



RELATÓRIO DE GESTÃO

2023-2025

Relatório de **700 dias** de gestão!



Composição do Tribunal de justiça

Presidente
Desembargadora **Regina Ferrari**

Vice-Presidente
Desembargador **Luis Camolez**

Corregedor-Geral da Justiça
Desembargador **Samoel Evangelista**

Juizes (as) Auxiliares da Presidência
Dra. Zenice Mota
Dr. Giordane Dourado
Dra. Isabele Sacramento

Juíza Auxiliar da Vice-presidência
Dra. Mirla Regina

Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral
Dr. Alex Oivane

ESCOLA DO PODER JUDICIÁRIO
Diretor — **Desembargador Elcio Mendes**



Tribunal Pleno

Desembargador **Samoel Evangelista**

Desembargador **Roberto Barros**

Desembargadora **Denise Bonfim**

Desembargador **Francisco Djalma**

Desembargadora **Waldirene Cordeiro**

Desembargadora **Regina Ferrari**

Desembargador **Laudivon Nogueira**

Desembargador **Júnior Alberto**

Desembargador **Elcio Mendes**

Desembargador **Luis Camolez**

Desembargador **Nonato Maia**

Desembargador **Lois Arruda**

Diretorias

Diretoria Geral

José Carlos Martins Júnior

Diretoria de Gestão Estratégica

Evandro Luzia Teixeira

Diretoria de Logística

Larissa Salomão Montilha

Diretoria Judiciária

Denizi Regis Gorzoni

Diretoria de Finanças e Informações de Custos

Sâmya Ester da Silveira

Diretoria de Gestão de Pessoas

Iriá Farias Franco Modesto Gadelha

Diretoria de Informação Institucional

Andrea Laiana Coelho Zilio

Diretoria de Tecnologia da Informação

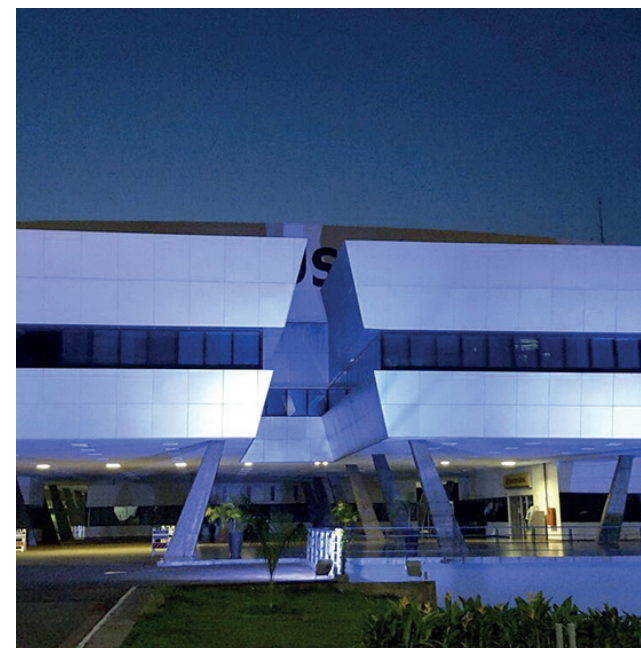
Elson Correia de Oliveira Neto

Diretoria Regional do Vale do Alto Acre

Ana Paula Viana de L. Carrilho

Diretoria Regional do Vale do Juruá

Solange Chalub Teixeira



Sumário

A HISTÓRIA QUE CONDUZ O TEMPO	08
A POSSE DO COMPROMISSO	
Gestão 2023-2024	11
GOVERNAÇA E ESTRATÉGIA	13
2.1 Planejamento Estratégico	14
2.2 Eixos do Planejamento	15
2.3 Plano de Gestão 2023-2025	15
2.4 Planos Operacionais	16
2.5 Governança	17
2.6 Produtividade	21
2.6.1 Resultado das Metas do Poder Judiciário 2024 (TJAC)	25
2.6.2 Estratégias de Produtividade	26
2.6.3 Atuação do Primeiro Grau de Jurisdição	26
2.6.4 Atuação do Segundo Grau de Jurisdição	27
2.6.5 Fortalecimento da Assessoria Virtual - ASVIR	28
2.6.6 Promoção e Remoção de Juízes: Integridade e Direitos	29
2.6.7 XVIII e XIX Semana Nacional da Conciliação	30
2.6.8 Adicional de Conciliação	30
2.6.9 Conciliador Aprendiz	31
2.6.10 Turmas Recursais	31
2.6.11 NUJUR - Núcleo de Apoio à Jurisdição	32
2.6.12 VAJUR - Vara de Apoio à Jurisdição: Qualidade e Eficiência no Judiciário	33
2.6.13 Instalação da Vara do Juiz das Garantias	34
2.6.14 Criação da Diretoria Geral	35
2.6.15 Vice-presidência	36
Transparência e integridade	37
3.1 Ranking da transparência CNJ 2024	37
3.2 Radar da transparência	38
3.3 Alterações Normativas	39

3.4 Transparência e integridade	43
3.5 Audiências Públicas, Metas Nacionais do Judiciário - PIME	44
3.6 Atualização do Plano de Gestão de Riscos	44
3.7. Relações Institucionais	45
GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	
4.1 Arrecadação de Receitas Próprias 2023 e 2024	46
4.1.1 Receitas Gerais	47
4.1.2 Taxas Judiciais	47
4.1.3 Recuperação de Crédito e Dívida Ativa PGE	47
4.1.4 Taxas Extrajudiciais	47
4.1.5 Contrato de Arrendamento de Imóveis	48
4.1.6 Leilão nº 96/2024 - Veículos	48
4.2 Depósitos Judiciais e Precatórios	48
4.2.1 Volume de Depósitos Judiciais e Precatórios 2023 - 2024	48
4.3 PAFO - Programa de Autonomia Financeira e Orçamentária	48
4.4 Captação de Recursos Externos	49
5. Gestão de Pessoas	58
5.1 Recursos Humanos em Números	59
5.2 Licença-Prêmio em pecúnia	60
5.3 Instituição da Premiação em pecúnia vinculada aos resultados do Selo CNJ de Qualidade	60
5.4 Revisão dos Indicadores da Gratificação por Alcance de Resultados - GAR	60
5.5 Posse de 46 novos servidores	61
5.6 Fortalecimento da Magistratura com a Posse de 18 Novos Juízes de Direito Substitutos	61
5.7 Posse de dois Desembargadores	62
5.8 Identidade profissional dos magistrados	62
5.9 Contratação de Estagiários	63
5.10 Mapeamento de Competência	64
5.11 Mestrado, Capacitação e Desenvolvimento de Competências	64
5.12 Implantação do Módulo de Produtividade Mensal (MPM)	66
5.13 Projeto Calçando as Sandálias da Gestão	69
5.14 Academia do Servidor	69

Sumário

5.15 Cancioneiros da Paz.....	70	6.23 CEJUC de Santa Rosa do Purus.....	90
5.16 Junta Médica Oficial.....	70	6.24 Novo Espaço para ASMAC.....	90
5.17 Campanhas de prevenção e promoção da vida.....	70	6.25 Reforma da Escola do Poder Judiciário - ESJUD.....	91
5.18 Campanhas de Vacinação.....	71	6.26 Instalação de Auditório na Cidade da Justiça.....	92
5.19 Esporte e saúde.....	71	6.27 Obras em andamento.....	92
5.20 Programa Ewã.....	72	6.28 Prédios Públicos a Serviço da Sociedade.....	93
5.21 Equidades.....	72	6.29 Energia e climatização.....	94
5.22 Pesquisa Organizacional.....	74	6.30 Novos Veículos.....	95
6. Infraestrutura e Sustentabilidades		6.31 Aquisição de Móveis e Equipamentos.....	96
6.1 Centralização dos serviços judiciais.....	76	6.32 Ambientes Humanizados.....	96
6.2 Reforma e ampliação do Portal de Acolhimento da Cidade da Justiça da Comarca de Rio Branco.....	76	6.33 Políticas Ambientais.....	100
6.3 Elevadores: Acessibilidade e Segurança.....	78	6.34 Segurança Institucional.....	103
6.4 Reabertura do restaurante do servidor.....	79	7. Inovação e Tecnologia	
6.5 Reforma e adequação do Prédio do Centro Médico.....	79	7.1 Percurso evolutivo da TI.....	105
6.6 Melhorias nas instalações do Palácio da Justiça.....	80	7.2 Maturidade de TI.....	106
6.7 Acesso e Passeio Público à Cidade da Justiça.....	80	7.3 IGovTICJUD.....	107
6.8 Novo Fórum da Comarca de Brasília.....	81	7.4 PDTIC.....	108
6.9 Reforma do Fórum da Comarca de Senador Guiomard.....	81	7.5 Projetos Prioritários.....	109
6.10 Reforma do Fórum de Epitaciolândia.....	82	7.5.1 Sistema EPROC.....	109
6.11 Melhorias na Comarca de Sena Madureira.....	83	7.5.2 SEAP.....	111
6.12 Revitalização do Fórum da Comarca de Capixaba.....	84	7.5.3 SIGES.....	111
6.13 Revitalização do Fórum de Assis Brasil.....	84	7.5.4 SISBAJUD.....	112
6.14 Reforma do Fórum de Xapuri.....	85	7.5.5 RPA.....	112
6.15 Reforma do Prédio da Comarca de Plácido de Castro.....	86	7.5.6 CPTEC.....	113
6.16 Instalação da Sala do Júri de Rodrigues Alves.....	86	7.5.7 SPROL.....	114
6.17 Revitalização do Fórum da Comarca do Bujari.....	87	7.5.8 PoC.....	114
6.18 Revitalização do Auditório da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul.....	87	7.5.9 Jurisprudência GPT.....	114
6.19 Reforma do Museu de Cruzeiro.....	88	7.5.10 Robô de requisição de endereço.....	115
6.20 Centro de Justiça e Cidadania em Porto Walter.....	88	7.5.11 Inteligência Artificial.....	116
6.21 Novas Instalações no Município do Jordão.....	89	7.5.12 APP Mobile.....	117
6.22 Marechal Thaumaturgo – CEJUC.....	90	7.5.13 Fábrica de Software.....	118
		7.5.14 Backup de Dados.....	118

Sumário

7.5.15 Consultoria em TI	118	8.5.2 Regularização fundiária	137
7.5.16 Armazenamento de Dados	118	8.5.3 Produzindo Liberdade / Entrelinhas	138
7.5.17 Aquisição de Equipamentos	119	8.5.4 Sandálias da Esperança	138
7.5.18 Renovação do Parque Computacional	119	8.5.5 Infância Literária	139
7.5.19 Sala de Depoimento sem Dano	119	8.5.6 Projeto Padrinhos.....	139
7.5.20 Conectividade Global	120	8.5.7 Central de Vagas	140
7.5.21 Sistema VoIP	120	8.5.8 Comitê Local da Primeira Infância	140
7.5.22 Valorização de TI	120	8.5.9 Fortalecendo Vidas	140
7.5.23 NUSAN	120	8.5.10 Coral Vozes do Povo	141
7.5.24 Residência em TI	121	8.5.11 Programa Radioativo	141
7.6 Orçamento de TIC	121	8.5.12 Abraçando Filhos	142
7.7 Doações	122	8.5.13 Cidadania e Justiça na Escola	142
7.8 Ações Inovadoras	124	8.5.14 Grupos Reflexivos	142
7.8.1 Gestão Documental	124	8.5.15 Projeto Entre Elas	143
7.8.2 Repositório Arquivístico Digital	125	8.5.16 Espaços Multidisciplinares	144
7.8.3 Sessões com Libras	126	8.5.17 Empresa Parceira	144
7.9 Comunicação Social	126	8.5.18 Campanhas de Arrecadação	144
7.9.1 Painel Digital	126	8.5.19 Alternativas Penais	145
7.9.2 Comunicação Interna e Externa	126	8.5.20 Produzindo Liberdade	145
7.9.3 Portal Institucional	127	8.5.21 Mulheres Egressas.....	145
7.9.4 Campanhas	127	8.5.22 ECA na Comunidade	146
7.9.5 Redes Sociais	127	8.5.23 Justiça na Escola – Interior.....	146
7.9.6 Boletins	127	8.5.24 Arte do Ser	147
7.9.7 Produção Audiovisual	127	8.5.25 Pedalando Novos Tempos	147
7.10 LAPIS – Laboratório de Inovação	128	8.5.26 Proteção à Mulher	148
7.11 PIDJUS	130	8.5.27 Abraçando Filhos	148
7.11.1 PIDJUS Pop-Rua.....	132	8.5.28 Colo de Amor	149
		8.5.29 Projeto Cidadão	150
		8.5.30 Casamentos Coletivos	153
		8.5.31 Justiça Sobre Rodas	153
		8.5.32 Rotas da Cidadania	154
		8.5.33 Justiça Comunitária	154
		8.6 Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência – COMSIV.....	156
8. Responsabilidade Social		9. Memórias e Honrarias	
8.1 Portal de Acolhimento ao Cidadão	123	10. Um Olhar para o Futuro	
8.2 Justiça e cidadania	134	11. Galeria de Prêmios	
8.3 Mobilidade reduzida	135	12. Palavra Final	
8.4 Projeto MOAbilidade	135		
8.5 Projetos Sociais	135		
8.4 Projeto MOAbilidade	135		
8.5 Projetos Sociais	135		
8.5.1 Monitoramento do sistema prisional	136		



Primeira palavra

Ofertas de Aninha (Aos moços).

Eu sou aquela mulher
a quem o tempo
muito ensinou.
Ensinou a amar a vida.
Não desistir da luta.
Recomeçar na derrota.
Renunciar a palavras e pensamentos
negativos.
Acreditar nos valores humanos.
Ser otimista.
Creio numa força imanente
que vai ligando a família humana
numa corrente luminosa
de fraternidade universal.
Creio na solidariedade humana.
Creio na superação dos erros
e angústias do presente.
Acredito nos moços.
Exalto sua confiança,
generosidade e idealismo.
Creio nos milagres da ciência
e na descoberta de uma profilaxia
futura dos erros e violências do presente.
Aprendi que mais vale lutar
do que recolher dinheiro fácil.
Antes acreditar do que duvidar.

Cora Coralina



Durante o biênio, a transformação digital constituiu-se como uma verdadeira revolução na gestão por meio da excelência da governança em TIC, aliando tecnologia e inovação a estratégias de alto impacto. Soluções avançadas que modernizaram processos, elevaram a eficiência e redefiniram a política de TI, construindo uma justiça moderna e verdadeiramente ao alcance de todos os acreanos.

Essa evolução não apenas qualificou a gestão de TI, mas também fortaleceu a administração como um todo, trazendo inovação para o centro das decisões estratégicas gerando impactos positivos e sustentáveis. Sendo a força de uma gestão que enxerga na tecnologia não só uma ferramenta, mas um pilar de progresso contínuo.

Os projetos sociais, por sua vez, representam o olhar humanitário do Poder Judiciário às necessidades da comunidade, a busca pela realização dos direitos fundamentais além das páginas dos processos judiciais. São iniciativas cujo foco é a pessoa na sua dignidade e integridade cidadã, a qual, assim considerada, tem significativa oportunidade para ser agente de transformação da realidade, contribuindo inclusive para a redução da violência de forma geral, da criminalidade e do regresso de reeducandos ao sistema prisional.



Todas as fotos e imagens apresentadas neste relatório são de domínio da Diretoria de Informação Institucional (DIINS) do Poder Judiciário do Acre. Seu uso é autorizado exclusivamente para fins institucionais, garantindo a preservação da integridade das informações registradas.



A história que conduz o tempo

O biênio 2023-2025 do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (TJAC) caracterizou-se como um novo ciclo, em continuidade às ações previstas no planejamento estratégico pensado para o período 2021 a 2026, implementou realizações que decantam a visão de progresso, ressignificando os desafios como oportunidades de crescimento institucional. O período priorizou a celeridade e o acolhimento para cumprir o compromisso com o jurisdicionado, tornando-os referências para guiar as decisões e a dosagem de todos os esforços.

A valorização e o reconhecimento dos magistrados, servidores e colaboradores, muito mais do que uma diretriz institucional, foram um tributo àqueles que sustentam e acreditam na missão da justiça de promover a paz social junto à sociedade. O cumprimento do Planejamento Estratégico 2021-2026, efetivado pelo Plano de Gestão, refletiu o compromisso de uma administração empenhada, que, junto a magistrados e servidores, imprimiu transparência e eficiência na prestação jurisdicional.



Entre os marcos dessa jornada, destacam-se a nomeação de novos juízes de direito substitutos e a realização de concurso e contratação de servidores, delegatários para os serviços extrajudiciais, juízes leigos, conciliadores, estagiários de nível médio, graduação e de pós-graduação para a capital e interior. A ampliação de benefícios e o fortalecimento das carreiras dos servidores e magistrados, igualmente, reafirmaram o valor humano que sustenta a grandeza do TJAC. Recursos e esforços substanciais foram investidos para a instalação de serviços inovadores, como a criação da Vara de Apoio à Jurisdição, Vara do Juiz de Garantias e Plantão, Portal de Acolhimento, além da atenção à qualidade e melhoria do ambiente de trabalho e de atendimento. Esses serviços, dentre outros, definiram uma nova concepção de Justiça.

As estruturas físicas da capital ao interior foram ampliadas e modernizadas. Investiu-se na infraestrutura em todo o Estado. A política de tecnologia consolidou-se essencialmente como estratégica para a instituição, 'navegando' em novos conceitos para criar e entregar serviços mais modernos, conectando sonhos a possibilidades, o que abriu novas fronteiras.



A aprovação e a validação de novos atos normativos propiciaram uma gestão mais dinâmica e integrada ao sistema nacional, contribuindo na organização dos serviços jurisdicionais e administrativos, facilitando a gestão de Governança dentro dos princípios da Administração Pública. A transparência, imperativo constitucional e reverência à probidade na gestão do patrimônio público, teve relevância na administração do biênio. O Portal da Transparência no site do Poder Judiciário do Acre foi reformulado para tornar-se mais acessível e intuitivo na busca de informações pelos cidadãos, aperfeiçoando o controle social sobre a gestão deste Poder.





Com esse espírito, projetos como, por exemplo, Sandálias da Esperança, Radioativo, Projeto Cidadão, Pedalando Novos Rumos, Colo de Amor e ações outras voltadas à proteção e inclusão de crianças e mulheres vulneráveis levam o sentido dos direitos humanos a uma perspectiva concreta e irradiadora de inspiração para a sociedade. Assim, caminhamos nesses dois anos, com o firme propósito de modernizar os atos e rotinas, otimizar os espaços, automatizar tarefas, deixando o ambiente aberto para novos conceitos de atendimento e harmônico para a valorização dos servidores.

O expressivo investimento empregado na capacitação de magistrados e servidores, com cuidado em cada detalhe na execução dos serviços, denota a dedicação e o zelo em efetivar a Justiça acreana aos jurisdicionados, o que elevou o Poder Judiciário acreano à categoria Ouro no Prêmio de Qualidade do Conselho Nacional de Justiça. Nossa missão, à frente do Poder Judiciário, priorizou a humanização da Justiça e o fortalecimento da cidadania. Convidamos a sociedade acreana para apreciar o relatório de gestão ora apresentado, acreditando que as sementes foram plantadas e que sempre possamos despertar em nós a valia do “ser” e do partilhar.





1.A posse do compromisso

Gestão 2023-2024

Em 6 de fevereiro de 2023, o Poder Judiciário acreano deu início ao Biênio 2023-2025, com a posse da desembargadora Regina Ferrari como presidente, do desembargador Luís Camolez, vice-presidente, e do desembargador Samoel Evangelista, como corregedor-geral da Justiça. A nova gestão ressaltou a missão de fortalecer o Judiciário e atender, cuidadosamente, às demandas da sociedade e reafirmou os princípios da celeridade e acolhimento na prestação jurisdicional.

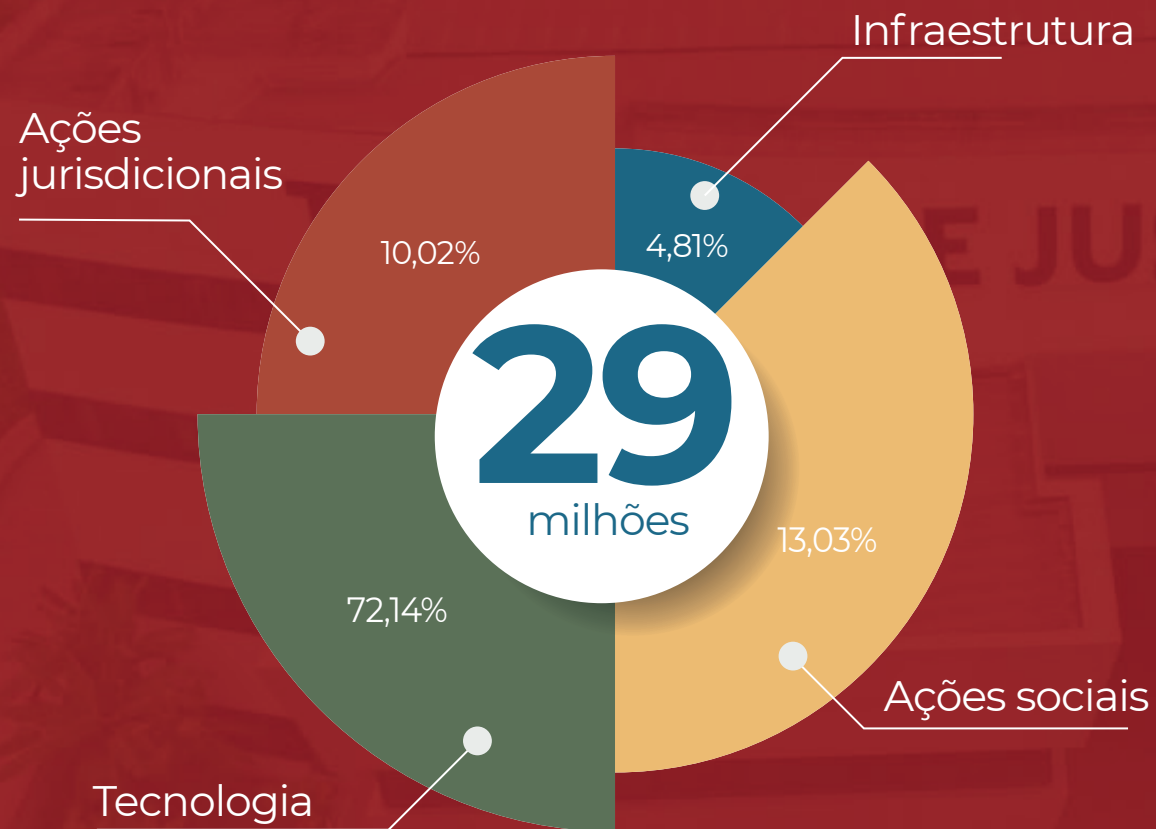
Regina Ferrari tornou-se a sétima mulher a ocupar o cargo mais alto da instituição, confirmando o protagonismo feminino na Justiça acreana e reafirmando um novo ciclo de gestão, sustentado pelo compromisso de aprimorar e fortalecer os serviços jurisdicionais. Assumiu que sua gestão evidenciaria ações impactantes na vida dos jurisdicionados com soluções acessíveis, especialmente em tempos de desafios sociais e econômicos. Destacou a ética e empatia como pilares de uma Justiça transformadora, com o firme propósito de fortalecer a prestação jurisdicional.

Gestos de inclusão marcaram, de imediato, o início de sua gestão. Durante a cerimônia de posse, a presidente eleita, Regina Ferrari, realizou uma autodescrição para pessoas com deficiência visual, evidenciando as marcas de um Judiciário mais acolhedor e acessível.



Ela pautou a continuidade dos avanços conquistados pela gestão anterior, priorizando as condições de trabalho, o fortalecimento das atividades jurisdicionais e a ampliação da participação feminina na gestão pública, com a perspectiva de um Judiciário mais justo e equânime, como um manifesto de igualdade e progresso, além de cumprir com a missão de servir com justiça, agilidade e humanidade.

2. Governança e Estratégia



2.1 Planejamento Estratégico

Os aprendizados e conquistas da gestão são frutos de um processo de organização, baseado em ferramentas institucionais, estruturadas pela política de Governança Institucional e Planejamento Estratégico, que fundamentou as diretrizes do Plano de Gestão do biênio 2023-2025.



MAPA ESTRATÉGICO

do poder judiciário do estado do Acre

2021-2026

MISSÃO	Garantir a justiça para a paz social
VISÃO	Ser reconhecido até 2026, como instituição que dialoga e presta serviços efetivos, ágeis e de qualidade aos jurisdicionados.
VALORES	Justiça, Celeridade, Honestidade, Ética, independência, Eficiência e Efetividade, Respeito, Transparência, Compromisso, Moralidade, Responsabilidade Social e Ambiental.

MACRODESAFIOS

SOCIEDADE	PROCESSOS INTERNOS	APRENDIZADO E CRESCIMENTO	SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA
Garantir a justiça para a paz social	Estabelecer rotinas de boas práticas e melhoria contínua em processos e procedimentos internos	Capacitar e valorizar servidores e colaboradores	Ampliar e diversificar fontes de recursos orçamentários e financeiros
Fomentar mediação de conflitos e reduzir litígios	Reestruturar política de comunicação institucional e estratégica ao alcance da sociedade e do público interno	Fortalecer a gestão de TIC	Otimizar recursos orçamentários e financeiros
Fortalecer relações institucionais	Garantir celeridade e efetividade nos julgamentos processuais	Definir estratégia institucional para o pós-pandemia	Assegurar infraestrutura adequada ao interior e à Capital
	Aprimorar a Governança Judiciária		
	Aperfeiçoar a gestão da Justiça Criminal		
	Promover políticas e práticas de sustentabilidade ambiental		

Relatório de **700 dias** de gestão!



Fonte: Caderno síntese Planejamento Estratégico PJAC (2021-2026) - GEPLA-DIGES/TJAC 12/2024

2.2 Eixos do Planejamento

“Sociedade”, “Processos Internos”, “Aprendizado e Crescimento”, “Sustentabilidades”. Todos alinhados com os objetivos estratégicos do CNJ previstos para o mesmo período.

As iniciativas desenvolvidas pelo PJAC estão alinhadas e atendem à Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Um compromisso com o futuro do mundo!



Fonte: Imagem pública - Google

As ações foram estruturadas dentro dos princípios que organizam os ODS. O Poder Judiciário antecipou o ODS – 18 - Igualdade Étnico-Racial.

“A responsabilidade social” de um Poder Judiciário está intrinsecamente ligada ao compromisso com a promoção da justiça, da equidade e da dignidade humana. Por meio de ações que assegurem o acesso amplo e igualitário à Justiça, o Judiciário contribui para a pacificação social e o fortalecimento dos direitos fundamentais. Esse conceito se faz presente no eixo Sociedade, assim doravante, em alguns aspectos aparecerá o verbete Responsabilidade Social para definir o eixo citado.

2.3 Plano de Gestão 2023-2025

As orientações e diretrizes estratégicas, que sejam locais, nacionais e internacionais, pautaram o planejamento de governança, definindo o Plano de Gestão 2023-2025 e fortalecendo as relações externas e internas.



2.4 Planos Operacionais

A partir do Plano de Gestão, o Poder Judiciário organizou os planos operacionais, que foram acompanhados periodicamente conforme o contexto político e econômico da instituição. Estes planos seguiram as diretrizes e os apontamentos do Plano Estratégico, nos eixos de Processos Internos, Sociedade, Aprendizado e Crescimento, Infraestrutura (física e tecnológica) e Sustentabilidade.

Nesse sentido, os Planos Operacionais Setoriais, com vistas a atender as estratégias administrativas e oferecer condições estruturais para as ações finalísticas, foram acompanhados:

O monitoramento administrativo cooperou na produtividade administrativa, valorização do pessoal e na infraestrutura física e tecnológica.

Fonte: GEPLA-DIGES/TJAC 12/2024





2.5 Governança

A governança no Poder Judiciário acreano, pautada pelas diretrizes da Portaria n. 74, de 23 de março de 2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), consiste em desenvolver mecanismos de liderança, estratégia e controle com a perspectiva de garantir a preservação e o fortalecimento do valor público, a transparência, a eficiência e a melhoria na gestão institucional.

Esses mecanismos, descritos como práticas, permitem a avaliação, o direcionamento e redirecionamento das ações e o monitoramento dos resultados.

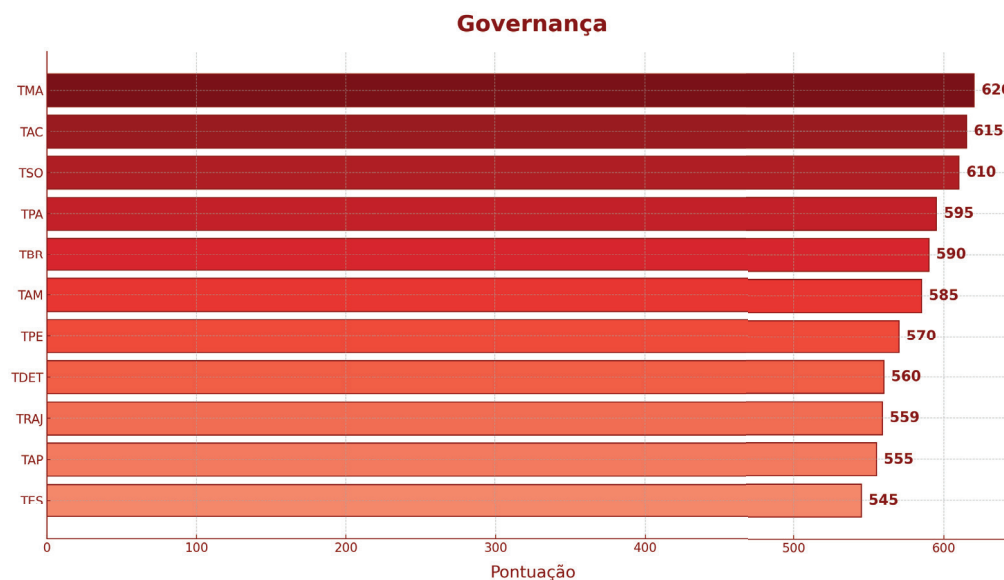
Entre as metas básicas, destacam-se a geração de valor público medida por indicadores de desempenho, o aprimoramento contínuo das competências de magistrados e servidores e o diálogo constante com a sociedade.

O PJAC fundamenta sua governança no alinhamento estratégico, na gestão eficiente de riscos e controles internos e no respeito aos direitos humanos e ao meio ambiente, assegurando processos e projetos voltados para a promoção da justiça e da paz social.

Guiada pelas diretrizes do CNJ, a governança no PJAC busca não apenas cumprir suas funções legais, mas também inovar e aperfeiçoar a prestação jurisdicional, tornando o Judiciário mais acessível, transparente e eficiente. Nessa perspectiva, proporcionou:

1º Lugar no Eixo Governança do Prêmio CNJ de Qualidade 2024

Em 2024, o PJAC conquistou o 1º lugar em Governança entre os tribunais de pequeno porte e a 2ª posição no ranking geral dos tribunais estaduais. Esses resultados refletem o compromisso com gestão eficiente, planejamento estratégico e prestação de serviços judiciais. A conquista é fruto da dedicação da equipe do PJAC e da busca contínua por práticas inovadoras e transparentes.



Fonte: relatório CNJ - 12/2024

Dentre as ações de governança, destacam-se:

A equalização da força de trabalho e do orçamento entre o 1º e o 2º grau, em conformidade com a Resolução CNJ N.º 219/2016, visando melhorar e ajustar os recursos humanos e financeiros das unidades judiciárias, de acordo com a carga de trabalho e os recursos disponíveis;

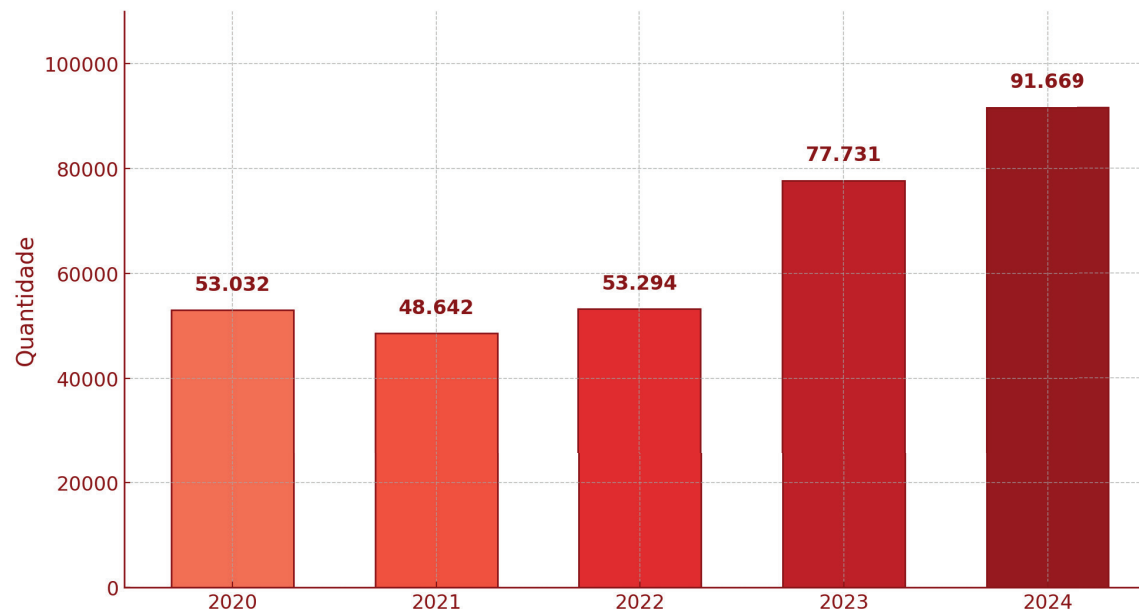
planejamento tático para atender às demandas institucionais, com a elaboração e execução de iniciativas estratégicas que visam aumentar a produtividade e assegurar maior celeridade na prestação jurisdicional;

O desenvolvimento de ações estratégicas para melhorar a prestação jurisdicional e como consequência os resultados dos indicadores do CNJ, por meio de aprimoramento da gestão processual de ações coordenadas e capacitação de magistrados e servidores e uso de tecnologias;

Em 2024, o PJAC alcançou um recorde ao melhorar a qualidade e reduzir 91.669 processos, marcando um aumento de 15% em relação a 2023, quando foram encerrados 77.731 feitos. Esse resultado representa um acréscimo de 58% no número total de demandas solucionadas nos últimos dois anos;

Fonte: NEGEST/TJAC

Baixados



Fonte: ASEG/TJAC

A instituição de uma política de paridade de gênero, aumentando a participação feminina nos diversos níveis de hierárquicos dentro do PJAC, visando reparar um desequilíbrio histórico;

Capacitação do quadro funcional como partícipes privilegiados no atendimento ao cidadão de forma efetiva, célere e eficaz;

- Avanço significativo nas políticas de TIC em cerca de 7% dentro do bimestre, contribuindo no cômputo geral para a premiação;
- O fortalecimento da política de sustentabilidade ambiental foi refletido na melhoria do Índice de Desenvolvimento Sustentável, visando impactar positivamente a qualidade de vida das pessoas envolvidas no trabalho judicial e administrativo local;
- Contribuição com ações de inspeção em estabelecimentos penais e medidas socioeducativas, visando humanizar o sistema prisional, verificar as condições das unidades e monitorar o cumprimento de penas alternativas, impactando diretamente a superpopulação carcerária no Acre;
- A aplicação prática de instrumentos e ações voltadas ao incremento da igualdade racial, à erradicação de qualquer forma de assédio moral ou sexual, ao apoio às vítimas de crimes e atos infracionais, bem como à melhoria das condições de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência, entre outras iniciativas.

- Nesse contexto, as ações contribuíram para o amadurecimento institucional de **governança e integridade**, incluindo: priorização do 1º grau de jurisdição, gestão participativa para definição das Metas Nacionais, além da atuação em temas relevantes:
- Fortalecimento da assessoria técnica na judicialização da saúde, por meio do Núcleo de Apoio Técnico - **NATJus**;
- Apoio e incentivo ao Centro de Inteligência - CIJEAC, que identifica e monitora o ajuizamento de demandas judiciais repetitivas, atuando com a edição de notas técnicas para orientar julgamentos com foco na celeridade e na segurança jurídica;
- Estruturação da política de gestão documental;
- Atenção contributiva à justiça restaurativa;
- Desenvolvimento de estratégia ao enfrentamento ao assédio e apoio às vítimas;
- Inclusão de pessoas em todas as suas condições físicas e sociais;

- Fortalecimento das iniciativas de inovação;
- Gestão da cooperação judiciária;
- Coordenação das ações de mapeamento de competências e capacitação;
- Acompanhamento das estratégias de proteção de magistradas, servidoras e colaboradoras;
- Fortalecimento no apoio a todas as unidades judiciais do 1º Grau e 2º Grau, com especial destaque às Varas de Infância e Juventude, Mulher e Família.

A governança é um eixo que, além de primar pelos indicadores fundamentais, contribui para a integração entre os demais eixos.

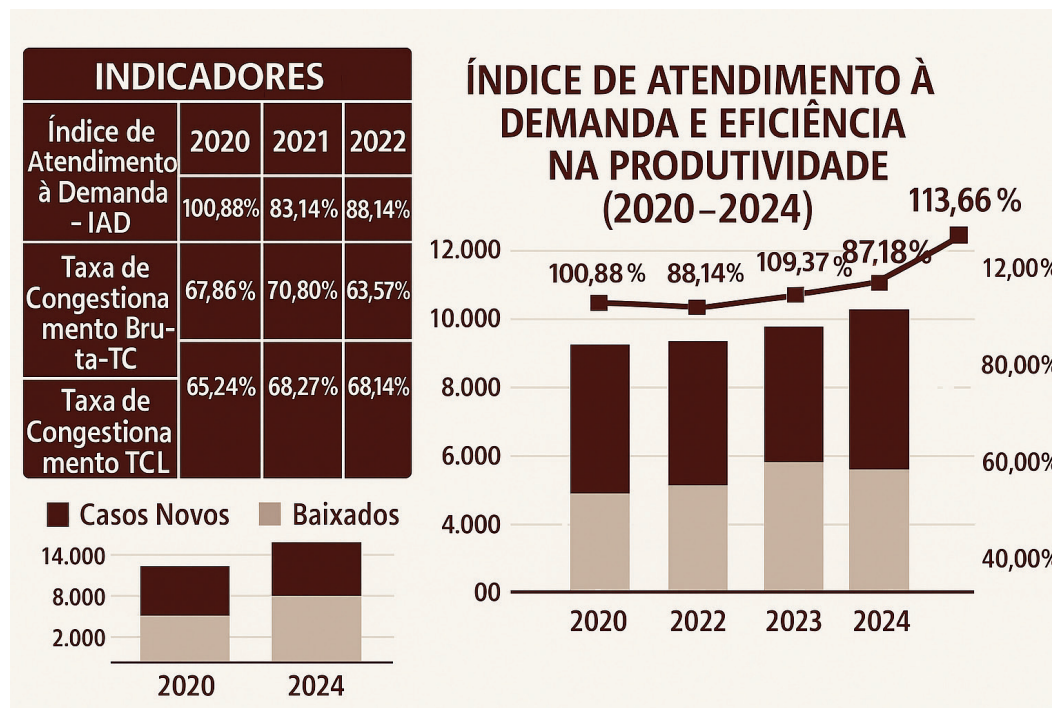
Produtividade

A produtividade no Poder Judiciário é um dos pilares para a entrega de justiça efetiva à sociedade. No contexto, a justiça acreana não se limita aos números, intenciona refletir o compromisso com a prestação jurisdicional. Reconhecer e valorizar práticas que promovem eficiência e a relação de confiança do cidadão no sistema de justiça.

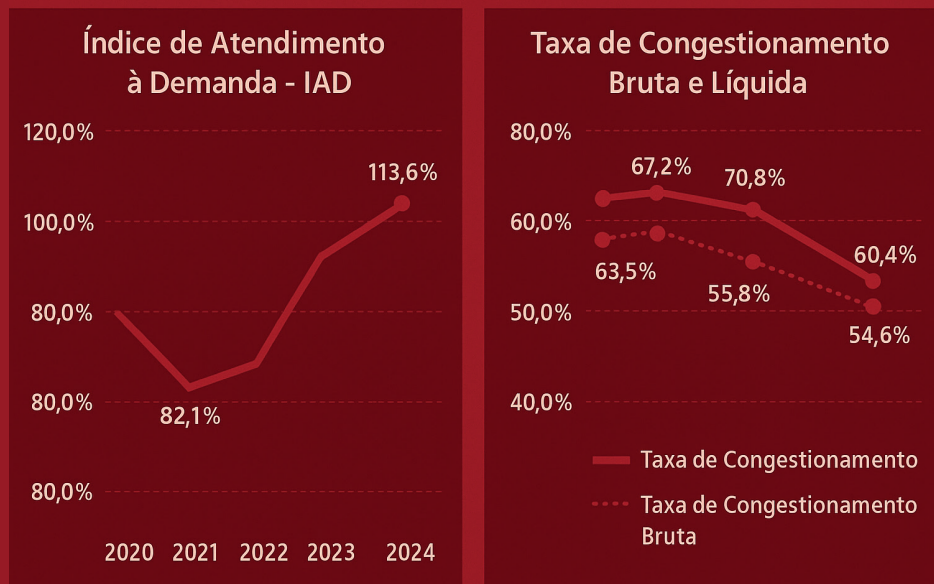
Produtividade no Ranking Nacional

A produtividade na prestação jurisdicional pode ser medida por dois principais indicadores: o Índice de Atendimento à Demanda (IAD) e a Taxa de Congestionamento (TC).

O IAD avalia se o Tribunal conseguiu baixar mais processos do que os distribuídos ao longo do ano. Quanto maior o IAD (representado pela linha verde no gráfico), maior a eficiência do Tribunal. Desde 2023, o TJAC tem baixado mais processos do que os ingressados, evidenciando eficiência e produtividade na prestação jurisdicional, conforme se verifica:



Comparativo IAD e TC



Fonte: ASEG/TJAC (Dados retirados do Painel de Estatísticas do Poder Judiciário 2024)

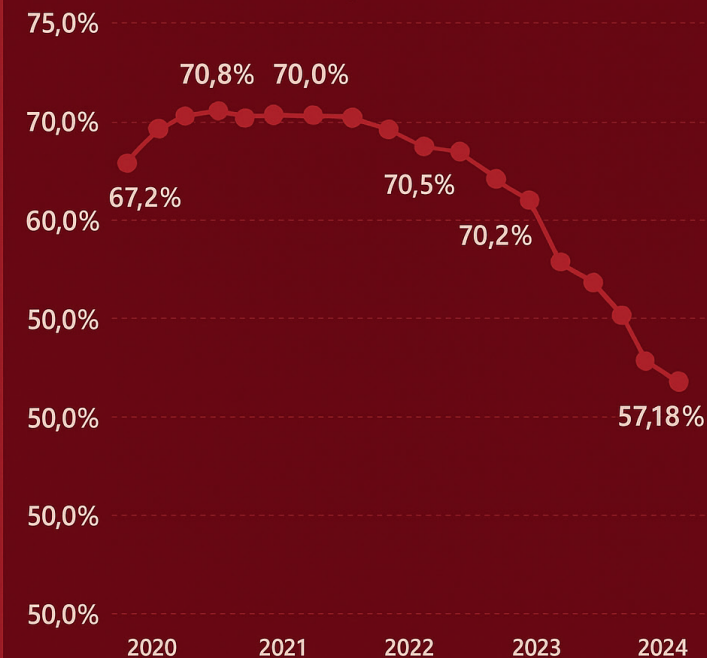
Poder Judiciário do Acre alcança o primeiro lugar no Índice de Atendimento à Demanda entre todos os tribunais estaduais do país

O Poder Judiciário acreano é destaque no “Justiça em Números 2024”, ao alcançar o primeiro lugar no Índice de Atendimento à Demanda (IAD) entre os tribunais estaduais do país. Com uma performance excepcional, o Judiciário acreano registrou um índice de 117,4%, considerando 1º e 2º graus, demonstrando um compromisso firme com a prestação jurisdicional e a eficiência operacional. Quando considerado somente o 1º grau, esse índice alcança 120%.

Tx. de Congestionamento Bruta em 31/12/2024

57,18%

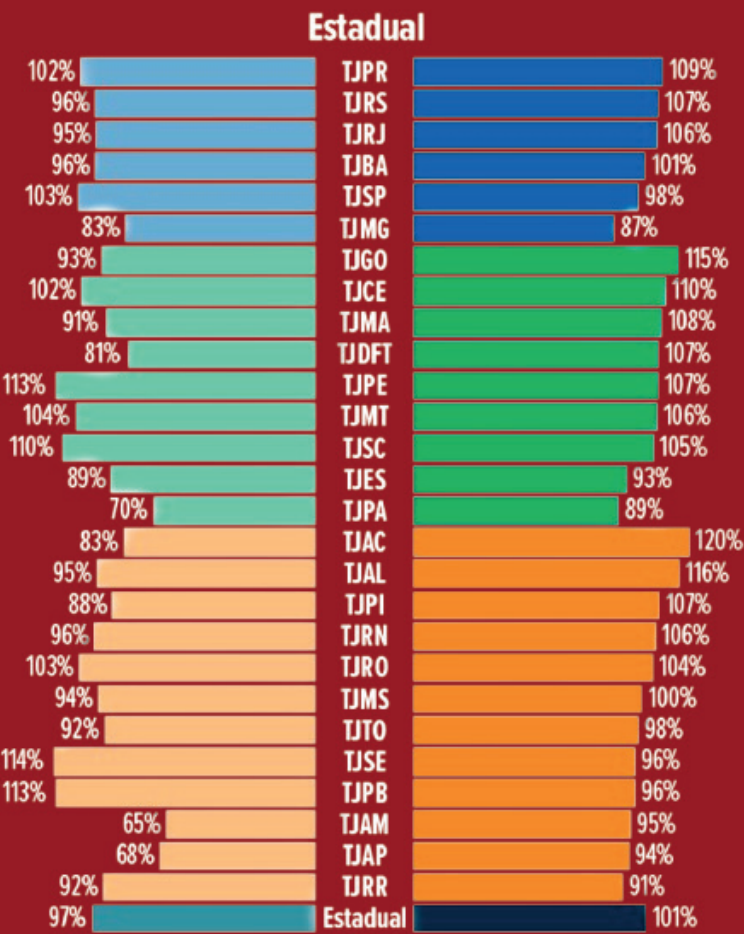
Série histórica da Tx. de Congestionamento Bruta por mês



Painel atualizado em 21/01/2025, com dados recebidos dos tribunais e processados até 13/01/2025 (situações processuais até 31/12/2024)

Uma das principais conquistas foi a significativa redução do acervo processual, especialmente no 1º grau, em que a taxa de arquivamento atingiu 120 processos para cada 100, resultando em uma diminuição do congestionamento e em processos mais ágeis. Além disso, o tempo de giro dos processos foi reduzido de 2 anos e seis meses para 1 ano e 9 meses, evidenciando uma melhoria significativa na celeridade do sistema judiciário.

Índice de Atendimento à Demanda (IAD) – por Tribunal



Fonte: Site tjac.jus.br: <https://www.tjac.jus.br/2024/05/poder-judiciario-do-acre-alcanca-o-primeiro-lugar-no-indice-de-atendimento-a-demanda-entre-todos-os-tribunais-estaduais-do-pais/> (acesso em 24/01/2025)

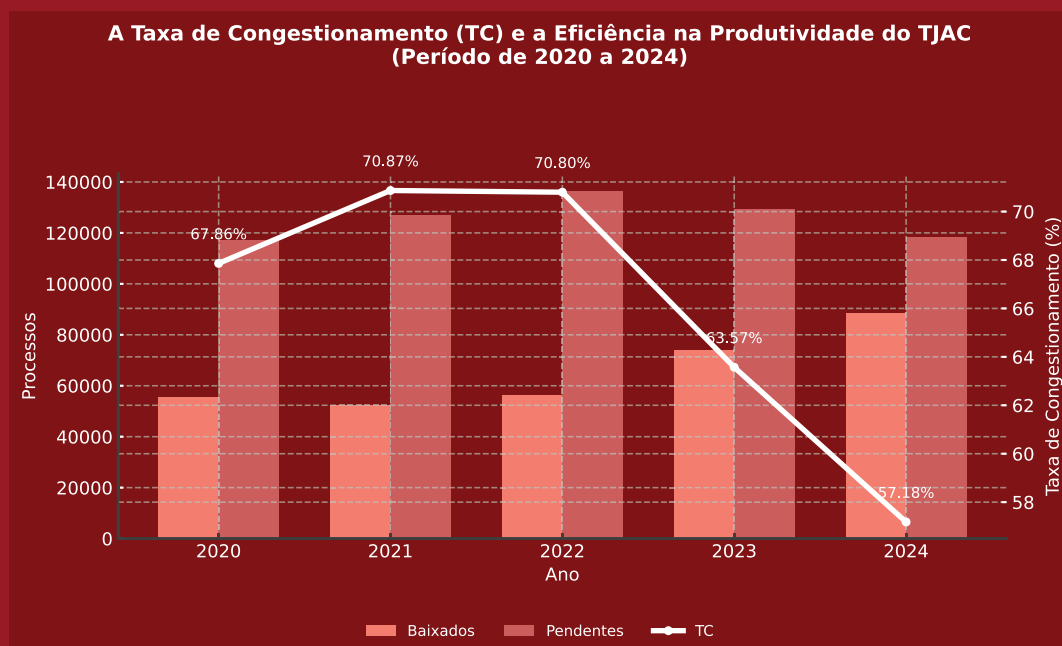
O investimento em servidores da área judiciária também foi um ponto de destaque, com o TJAC liderando o ranking de investimentos no 1º grau de jurisdição, atingindo 92%. Esses esforços refletiram diretamente no Índice de Produtividade dos servidores da Área Judiciária (IPC-Jud), que subiu de 47 para 63, indicando uma maior eficiência e desempenho por parte dos colaboradores.

As magistradas e magistrados do TJAC também se sobressaíram, com um aumento significativo no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), que saltou de 729 para 983. Essa melhoria na produtividade contribui para uma justiça mais célere e acessível, atendendo de forma mais eficaz às demandas dos jurisdicionados e reduzindo o acúmulo processual nos tribunais.

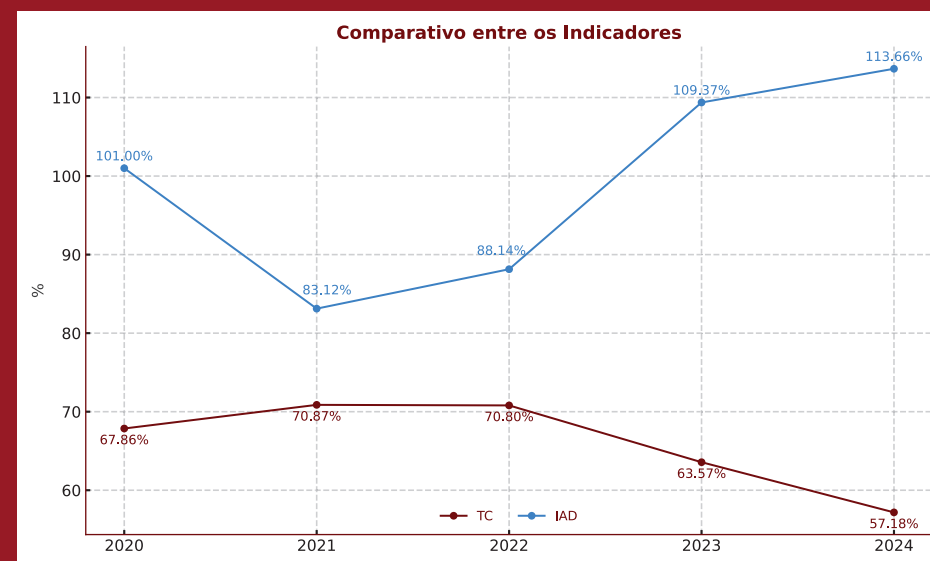
A Taxa de Congestionamento – TC mede o percentual de processos que ficaram sem solução ao final do período. Assim, quanto menor essa taxa melhor é a eficiência do TJAC.

Como vemos no gráfico abaixo, o TJAC desde 2022 vem diminuindo o número de processos de seu acervo de forma consistente.

No biênio 2023-2025, o TJAC se comprometeu na qualificação de magistrados e servidores para melhorar a qualidade do serviço prestado à população. O gráfico abaixo evidencia essa evolução, demonstrando uma melhoria consistente na prestação jurisdicional:



Fonte:ASEGD/TJAC (Dados retirados do Painel de Estatísticas do Poder Judiciário 2024)



Fonte:ASEGD/TJAC (Dados retirados do Painel de Estatísticas do Poder Judiciário 2024)

Indicadores de Produtividade

Item	Requisito	2022	2023	2024
Art. 10, I	Alcançar os melhores índices no IPC-Jus (Índice de Produtividade Comparada)	49,6%	53%	62%
Art. 10, II	Redução da Taxa de Congestionamento Líquida em até -2%	1,6%	-2%	-14,89%
Art. 10, III	Obter os menores tempos médios de tramitação dos processos pendentes liquidados (em dias)	654	655	518
Art. 10, IV	Melhores índices de Conciliação e Composição de Conflitos (em item cumprido)	4/8	3/6	2/5
Art. 10, V	Cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário (por meta cumprida)	7/10	7/8	9/9
Art. 10, VI	Julgar ou baixar os processos mais antigos para que representem apenas 20% dos pendentes	18,6%	17,5%	13,4%
Art. 10, VII	Conferir mais celeridade processual ao julgamento dos casos de (a) violência doméstica e familiar contra a mulher, (b) feminicídio, e (c) ao julgamento das medidas protetivas de urgência da Lei Maria da Penha (em dias)	a e b) 592 c) 15	a e b) 624 c) 2	a) 506 b) 487 c) 1
Art. 10, VIII	Conferir mais celeridade processual ao julgamento das ações de judicialização da saúde (dias)	-	326	299
Art. 10, X	Realizar (a) reavaliação das crianças e adolescentes acolhidos(as); (b) conferir celeridade processual aos processos de adoção; e (c) registrar adequadamente o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento - SNA	a) 67,24% b) 6,94% c) 13,89%	a) 92,16% b) 37,5% c) 87,5%	a) 98% b) 100% c) 100%
Art. 10, XI	Conferir mais celeridade processual à tramitação das ações penais: (a) criminais e (b) júri (tempo médio em dias)	a) 1049 b) 923	a) 1137 b) 1132	a) 807 b) 1070
Art. 10, XII	Julgar incidentes de IRDR ou IAC - (total de julgados)	-	0/3	2/3
Art. 10, XIII	Unidades judiciárias com Índice de Atendimento à Demanda - IAD acima de 100% (1º e 2º Grau)	a) - b) 25%	a) 35,4% b) 81,2%	a) 70,4% b) 52,9%
Art. 10, XIV	Solucionar as ações ambientais: a) IAD e (b) percentual de julgamento	150%/-	79%/11%	182%/43%

Fonte: ASEG/TJAC

2.6.1 Resultado das Metas do Poder Judiciário 2024 (TJAC)



As Metas Nacionais do Poder Judiciário representam o compromisso dos tribunais brasileiros com o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, buscando proporcionar à sociedade serviço mais célere, com maior eficiência e qualidade.

As Metas Nacionais foram traçadas pela primeira vez em 2009, resultantes de acordo firmado entre os presidentes dos tribunais para o aperfeiçoamento da Justiça brasileira.

Metas	Descrição	2020	2021	2022	2023
Meta 1	Julgar mais que os distribuídos	100,00%	92,00%	90,88%	173,80%
Meta 2	Julgar processos antigos	100,00%	100,00%	113,20%	117,80%
Meta 3	Estimular a conciliação	97,00%	98,00%	100,00%	100,50%
Meta 4	Crimes contra Administração Pública	100,00%	100,00%	131,80%	143,60%
Meta 5	Reduzir o congestionamento	99,98%	100,00%	123,40%	
Meta 8	Violência Doméstica e Feminicídio	100,00%	100,00%	139,00%	152,10%
Meta 10	Julgar processos ambientais	100,00%	100,00%	198,30%	280,30%
Meta 11	Infância e juventude	95,00%	100,00%	105,30%	113,20%



Fonte: Painel de Estatísticas do Poder Judiciário - CNJ (Atualização: 31/12/2024)

2.6.2 Estratégias de Produtividade

Durante o biênio, a gestão do PJAC implementou ações que impulsionaram a produtividade institucional, especialmente na área jurisdicional. As iniciativas foram planejadas para otimizar processos, modernizar práticas e atender de forma mais eficiente às demandas do Judiciário.

2.6.3 Atuação do Primeiro Grau de Jurisdição

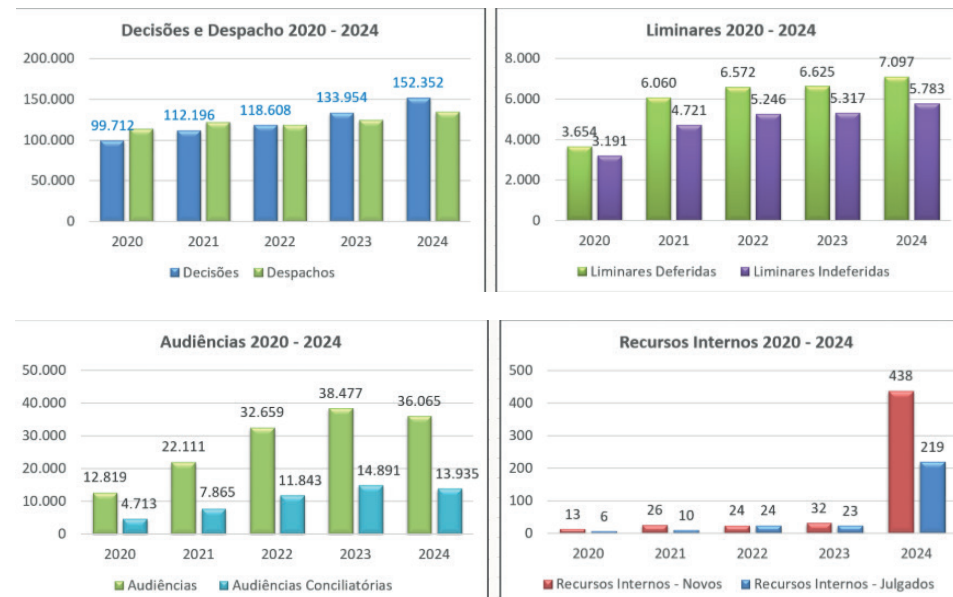
Magistrados distribuídos nas suas estruturas e especialidades, atuaram de forma organizada, conquistaram resultados por meio de ações que elevaram a produtividade.

- Realização de mutirões de atividades para a realização das audiências;
- Criação e atuação no Núcleo de apoio à Jurisdição - NUJUR;
- Criação da VAJUR – Vara de Apoio à Jurisdição;
- Dotação de quadro de pessoal extra: estagiário de graduação e pós-graduação;

- Fortalecimento da Assessoria Virtual -ASVIR -, por meio de lotação de estagiários e servidores;
- Construção de planos de ação para gestão das unidades judiciárias;
- Atuação coordenada e efetiva em todas as Varas.

Essas e outras atividades contribuíram na elevação da pontuação das Metas Nacionais, colocando o PJAC entre os dez primeiros tribunais do país.

Produtividade



Fonte: Painel de Estatísticas do Poder Judiciário - CNJ (Atualização: 31/12/2024)

2.6.4 Atuação do Segundo Grau de Jurisdição

Órgãos julgadores: Pleno Jurisdicional, Câmara Criminal, Primeira Câmara Cível, Segunda Câmara Cível e Câmaras Cíveis Reunidas.

Processos Judiciais

Variáveis	1º G	JE	2º G	TR
Casos Novos	47.233	16.643	9.705	4.410
Julgados	51.865	19.282	10.038	6.403
Baixados	55.814	19.776	7.700	5.352
Suspensos	17.681	1.061	700	278
Pendentes	95.528	13.664	6.541	2.624

Fonte: Painel de Estatísticas do Poder Judiciário - CNJ (Atualização: 31/12/2024)

Variáveis	2020	2021	2022	2023	2024
Decisões	99.712	112.196	118.608	133.954	152.352
Despachos	114.146	122.361	118.506	124.962	134.876
Liminares Deferidas	3.654	6.060	6.572	6.625	7.097
Liminares Indeferidas	3.191	4.721	5.246	5.317	5.783
Audiências	12.819	22.111	32.659	38.477	36.065
Audiências Conciliatórias	4.713	7.865	11.843	14.891	13.935
Recursos Internos - Novos	13	26	24	32	438
Recursos Internos - Julgados	6	10	24	23	219
Recursos Internos - Pendentes	8	24	24	37	286
Sem movimentação +100 dias					21.182
5% mais antigos	5.863	6.352	6.817	6.461	5.918

Fonte: Painel de Estatísticas do Poder Judiciário - CNJ (Atualização: 31/12/2024)

Gest

Variáveis	2020	2021	2022	2023	2024
Casos Novos	54.975	62.829	63.800	67.720	77.991
Julgados	55.293	55.720	63.198	75.670	87.558
Baixados	55.525	52.226	56.232	74.063	88.642
Suspensos	13.042	14.689	16.069	18.993	19.720
Pendentes	117.251	127.038	136.337	129.222	118.357
Pendente Líquido	104.209	112.349	120.268	110.229	98.637
Tramitaram	172.776	179.264	192.569	203.285	206.999

Fonte: Painel de Estatísticas do Poder Judiciário - CNJ (Atualização: 31/12/2024)

Dados até 31/12/2024			
Pendentes em 31/12/2024		Entradas em 2024	
118.357		77.991	
Suspensos e arquivados prov.		Novos	
19.720		87.588	
Pendentes líquidos		Julgados em 2024	
98.637		88.642	
Conclusos em 31/12/2024		Saídas em 2024	
16.174		Baixados	
Para julgamento	2.259	Outros	13.915
Há mais de 100 dias	1.234		

Fonte: Painel atualizado em 21/01/2025, com dados recebidos dos tribunais e processados até 13/01/2025 (situações processuais até 31/12/2024)

Novas Funcionalidades geram maior celeridade na tramitação processual

Implantação da funcionalidade de juntada automática de petições intermediárias (Portaria da Presidência nº 4702) e da juntada automática de petições intermediárias de agravo interno e embargos de declaração (Portaria da Presidência nº 5658 / 2024), com processamento dentro dos próprios autos, no âmbito do Segundo Grau de Jurisdição do Tribunal de Justiça do Estado do Acre (SEI 0009974-23.2024.8.01.0000).

Visando conferir mais celeridade aos trabalhos e aproximar as funcionalidades disponíveis no sistema SAJ/PG com o SAJ/SG, a partir de outubro de 2024, o SAJ/SG foi configurado para efetuar automaticamente a etapa de juntada das petições intermediárias.

Em novembro de 2024, em conformidade com a TPU/CNJ, as petições de agravo interno e embargos de declaração passaram a tramitar dentro dos próprios autos existentes, sem a necessidade de gerar outro processo com novo número.

2.6.5 Fortalecimento da Assessoria Virtual - ASVIR

Fortalecimento e reestruturação da ASVIR agilizou e incrementou a produção de sentenças, decisões e despachos pendentes, contribuindo para a celeridade dos serviços do Judiciário acreano. O trabalho desenvolvido segue as diretrizes da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º grau de jurisdição, lançada pelo CNJ em 2014, para garantir maior efetividade aos serviços da primeira instância.

A Assessoria atua em todo o território estadual, garantindo celeridade no julgamento dos casos, oferecendo suporte às varas com maior número de distribuição de processos.

A produtividade foi impulsionada nos 1º e 2º graus de jurisdição, durante a gestão 2023/2025, com a atuação 82 (oitenta e dois) assessores jurídicos e, estagiários de graduação e pós-graduação.



O investimento foi de R\$2.819.659,67 (dois milhões, oitocentos e dezenove mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e sessenta e sete centavos), sendo R\$2.353.635,73 (dois milhões, trezentos e cinquenta e três mil, seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos) no 1º grau e R\$466.023,94 (quatrocentos e sessenta e seis mil, vinte e três reais e noventa e quatro centavos) no 2º grau.

Paralelamente, foram atribuídas mais de 45 funções de confiança-FC3 no valor de R\$1.700,00 (mil e setecentos reais), e 10 funções de confiança FC2 no de R\$2.000,00 (dois mil reais), em diversas frentes de trabalho como a Central de Processamento Eletrônico (CEPRE), saneamento do DATAJUD e outros serviços. O investimento nessas frentes foi de R\$921.896,42 (novecentos e vinte e um mil oitocentos e noventa e seis reais e quarenta e dois centavos), perfazendo um total de R\$3.741.556,09 (três milhões, setecentos e quarenta e um mil quinhentos e cinquenta e seis reais e nove centavos).

2.6.6 Promoção e Remoção de Juízes: Integridade e Direitos

A gestão implementou um rito ágil para os processos de promoção e remoção de juízes, atendendo aos anseios dos magistrados por uma política efetiva e estruturada, além de assegurar a cada município a presença de um juiz titular.



Reconhecendo a complexidade envolvida na organização e no cumprimento dessas movimentações, foi priorizada a política respeitando as normas legais e os critérios técnicos.

A titularização de magistrados nas comarcas promove maior estabilidade e continuidade na prestação jurisdicional. Essa iniciativa teve impacto positivo na sociedade, aumentando a confiabilidade nos serviços do Judiciário, fortalecendo o vínculo institucional e melhorando o atendimento às demandas locais.

2.6.7 XVIII e XIX Semana Nacional da Conciliação

O Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec) realizou as agendas de conciliação, incluindo a 18ª e 19ª Semana Nacional da Conciliação, sob a orientação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As iniciativas tiveram como finalidade promover a cultura do diálogo entre as partes de um conflito.

Foram cumpridos todos os calendários de atendimentos dentro do biênio com atividades de orientação, informação e mediação.



2.6.8 Adicional de conciliação

O Conselho de Justiça Estadual (COJUS) aprovou a Resolução n.º 92/2024, que regulamenta o pagamento da Gratificação de Conciliação por Produtividade aos servidores do Judiciário acreano que atuam na mediação de audiências de conciliação.

O benefício é destinado a Analistas e Técnicos Judiciários com graduação, preferencialmente, em Direito e formação em mediação ou conciliação judicial, conforme os termos da Resolução n.º 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A medida tem como objetivo incentivar e aumentar a resolução de conflitos por meios alternativos de solução de conflitos.



2.6.9 Conciliador Aprendiz

Realização do curso de “Conciliador Aprendiz” direcionado a estudantes do curso de Direito, cujo objetivo é qualificar e sensibilizar os profissionais de direito para a importância dos métodos alternativos para solução de conflitos

O curso foi realizado pela Escola do Poder Judiciário do Acre (Esjud), em parceria com as Instituições de Ensino Superior Uninorte e a Faculdade da Amazônia de Rio Branco (Unama).

2.6.10 Turmas Recursais

Dentre os avanços da gestão destaca-se a implementação de medidas para agilizar a movimentação e o provimento de vagas nas Turmas Recursais. Com a adoção de procedimentos mais eficientes, foi possível assegurar o preenchimento imediato das vagas, garantindo a continuidade e a eficiência dos trabalhos.



Além disso, com a Portaria Conjunta n.º 75/2023, foi instituído o julgamento virtual nas Turmas Recursais, permitindo aos integrantes votar remotamente durante o período de análise eletrônica dos processos, sem necessidade de sessões presenciais.

Essas iniciativas fortaleceram a eficiência operacional e a capacidade do PJAC de enfrentar os desafios administrativos, além de fortalecer a produtividade.

2.6.11 NUJUR - Núcleo de Apoio à Jurisdição

A criação do Núcleo de Apoio à Jurisdição (NUJUR) caracteriza-se como um passo estratégico que oferece suporte às unidades jurisdicionais com maior volume de demandas. Idealizado como uma solução inovadora, o NUJUR visa contribuir com a celeridade na tramitação dos processos.

O núcleo atuou diretamente no suporte técnico e jurídico, o que otimizou tempo e recursos. Essa iniciativa é um protótipo, demonstrando a viabilidade e os benefícios de um modelo de gestão mais ágil e colaborativo, servindo de base para a criação da Vara de Apoio à Jurisdição (VAJUR).



2.6.12 VAJUR - Vara de Apoio à Jurisdição: Qualidade e Eficiência no Judiciário

A instituição da Vara de Apoio à Jurisdição (VAJUR) representou um progresso significativo na administração do Judiciário, aprimorando o desempenho processual e ampliando a agilidade na entrega de serviços à comunidade. Implantada como uma medida inovadora, a VAJUR assegura a regularidade das atividades judiciais, especialmente durante os períodos de ausência de magistrados, mantendo a qualidade e a produtividade.

A estrutura é composta por três núcleos distintos, cada um com funções específicas, a saber:

Núcleo de Longa Substituição: Responsável por assegurar o atendimento durante afastamentos prolongados, como licenças maternidade, afastamentos por motivos de saúde ou outras situações de longa duração.

Núcleo de Curta Substituição: Destinado a suprir ausências de curta duração, como férias e outras licenças temporárias.

Núcleo de Apoio: Focado no incremento da celeridade e na organização das varas com maior número de demandas, ajudando a evitar o acúmulo de atrasos e nos processos, contribuindo diretamente para a melhoria da eficiência judicial.

Inovação e produtividade dentro do contexto judicial.



2.6.13 Instalação da Vara do Juiz das Garantias

Consolidando diretrizes da política judiciária

A instalação da Vara do Juiz das Garantias reflete o avanço no sistema processual penal brasileiro e reforça a prática institucional de forma imparcial para a proteção das garantias fundamentais dos cidadãos.

No contexto do Poder Judiciário acreano trata-se de uma ação que beneficia tanto os operadores do direito quanto a população. A especialização facilita a condução técnica mais segura e contribui para as medidas investigativas.

Criada pela Lei n.º 13.964/2019, a nova Vara do Juiz das Garantias representa aprimoramento da justiça criminal, promovendo uma administração judiciária mais moderna, eficiente e transparente.



2.6.14 Criação da Diretoria Geral

Como estratégia de gestão, em 2024, foi criada a Diretoria-Geral para coordenar as ações da área meio, dispondo-se a fortalecer a governança administrativa do Poder Judiciário acreano. Essa iniciativa intenciona a otimização dos processos internos e o aprimoramento da gestão estratégica da instituição, como:

- garantir maior integração entre as unidades administrativas; e
- promover sinergia administrativa no cumprimento das metas institucionais, com uma abordagem orientada ao planejamento.

A Diretoria-Geral passou a atuar como um ponto de convergência entre os diferentes setores, alinhando as ações.



Entre as principais ações desencadeadas pela Diretoria-Geral, destacam-se:

- **Coordenação das Unidades Administrativas:** Implementação de mecanismos para assegurar maior integração nas atividades realizadas pelas diferentes unidades administrativas.
- **Contribuição ao Planejamento Tático e Operacional:** Apoio direto na organização e estruturação das ações voltadas para alcançar as metas da instituição.
- **Elaboração do Plano Anual de Contratações (PAC):** Coordenação e estruturação do PAC, com alinhamento ao planejamento estratégico, garantindo maior transparência nas aquisições e contratações.
- **Reestruturação Organizacional:** Realização de estudos da estrutura organizacional, culminando em alterações significativas nas Resoluções n.º 180 e n.º 187, a fim de modernizar e adequar a estrutura administrativa.
- **Elaboração de Propostas estratégicas/operacionais:** Desenvolvimento de propostas voltadas para a melhoria contínua dos processos administrativos e operacionais.



2.6.15 Vice-presidência

A vice-presidência se empenhou junto às ações e estratégias para melhorar a produtividade do biênio. Até o fim de dezembro de 2024, a vice-presidência está com a fila de processos zerados e continua empenhada em contribuir com a qualidade da produção do Poder Judiciário.

Atuou no ano de 2023 no fortalecimento das relações institucionais, contribuindo de forma efetiva nas ações de cooperações institucionais.

3. Transparência e integridade

A transparência e a integridade no Poder Judiciário são pilares essenciais para garantir a confiança da sociedade nas instituições e assegurar a imparcialidade das decisões. A transparência, por meio da divulgação objetiva e da acessibilidade dos atos processuais e administrativos; e a integridade, fundamentada na ética, honestidade e no cumprimento das normas, previnem práticas como corrupção e favorecimento. Juntas, essas práticas fortalecem um sistema judiciário mais justo.

A estrutura de transparência e integridade inclui áreas como planejamento, informações orçamentárias e financeiras (licitações, contratos e cooperações), controle, relatórios e outros mecanismos de monitoramento de efetivação do compliance (conjunto de procedimentos e regras) da instituição.

3.1 Ranking da Transparência CNJ 2024

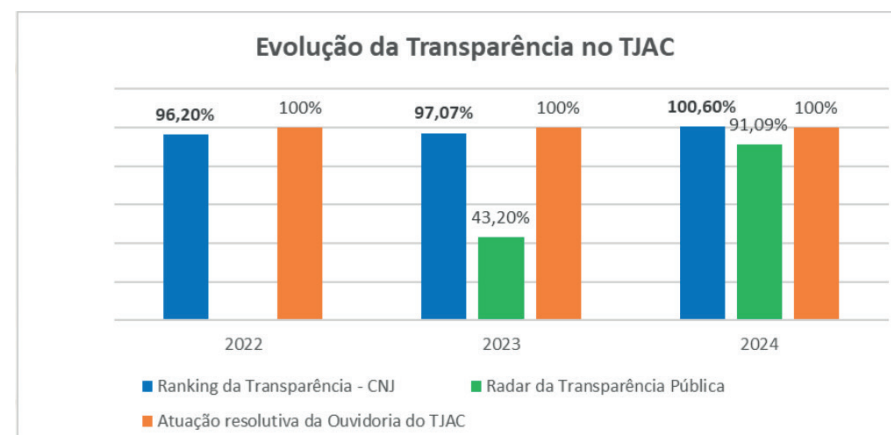
O Poder Judiciário acreano alcançou um excelente desempenho no eixo de Transparência em 2024, cumprindo 100% da meta estabelecida. Esse resultado foi traduzido no alcance total de 120 pontos possíveis no quesito. Em 2023, o TJAC já havia demonstrado avanços significativos ao atingir 83% do cumprimento da meta, o que garantiu 100 pontos no ranking daquele ano. O progresso registrado em 2024 reflete o aprimoramento contínuo das práticas institucionais e o esforço conjunto para fortalecer a confiança pública e a eficiência na gestão do Poder Judiciário.

Os índices de transparência vem obtendo bons resultados, conforme se vê abaixo:

Ranking da Transparência do CNJ: alcançou 100% em 2024;

Radar da Transparência Pública: alcançou 91,09% recebendo Selo Ouro de Transparência;

A Ouvidoria do TJAC resolveu em até 30 (trinta) dias 100% das demandas encaminhadas.



3.2 Radar da Transparência

Além do reconhecimento nacional avaliado dentro dos critérios do CNJ, a Política de Transparência foi premiada pelo Instituto “Radar da Transparência Pública”, conquistando o título OURO. O Programa tem o objetivo de examinar o nível de transparência nos sites institucionais dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e nas três esferas de governo (União, Estados e Municípios).



O Radar da Transparência é organizado pela Associação de Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), com o Tribunal de Contas do Mato Grosso (TCE/MT), Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom), Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), Instituto Rui Barbosa, Asociación de Entidades Oficiales de Control Público del Mercosur (Asur) e Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas (Audicon).



3.3 Alterações Normativas

Durante a gestão, houve a criação de novas leis e resoluções, bem como alteração de outras já existentes, conferindo maior organização e eficiência operacional.

LEIS COMPLEMENTARES			
	LEI	EMENTA	OBJETO DA LEI
01	LEI COMPLEMENTAR N.º 434, DE 27 DE ABRIL DE 2023	Altera a Lei Complementar n.º 258, de 29 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o PCCR dos servidores do Poder Judiciário.	Reajuste dos vencimentos dos servidores.
02	LEI COMPLEMENTAR N.º 440, DE 7 DE AGOSTO DE 2023	Altera a Lei Complementar n.º 258, de 29 de janeiro de 2013, que instituiu o PCCR dos servidores do Poder Judiciário.	Reajuste do percentual de 60% para o exercício de cargo em comissão.
03	LEI COMPLEMENTAR N.º 441, DE 7 DE AGOSTO DE 2023	Altera a Lei Complementar n.º 258, de 29 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o PCCR dos servidores do Poder Judiciário.	Definição dos critérios para capacitação.
04	LEI COMPLEMENTAR N.º 447, DE 6 DE NOVEMBRO DE 2023	Altera a Lei Complementar n.º 221, de 30 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias.	Titulação coletiva.
05	LEI COMPLEMENTAR N.º 449, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023	Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 258, de 29 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o PCCR dos servidores.	Pagamento de hora-extra.
06	LEI COMPLEMENTAR N.º 450, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023	Altera a Lei Complementar n.º 221, de 30 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias.	Gratificação de acervo para magistrados.
07	LEI COMPLEMENTAR N.º 452, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2023	Institui o auxílio pré-escolar em benefício dos magistrados e o auxílio-creche aos servidores do Poder Judiciário.	Auxílio-creche para magistrados e servidores.
08	LEI COMPLEMENTAR N.º 462, DE 4 DE ABRIL DE 2024	Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 221, de 30 de dezembro de 2010.	Revisão das normas acerca da convocação de juiz para atuar como

LEIS COMPLEMENTARES			
	LEI	EMENTA	OBJETO DA LEI
09	LEI COMPLEMENTAR N.º 463, DE 4 DE ABRIL DE 2024	Altera dispositivos da Lei n.º 221, de 30 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado do Acre e dá outras providências.	Revisão das normas acerca de juiz de paz.
10	LEI COMPLEMENTAR N.º 465, DE 2 DE MAIO DE 2024	Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 258, de 29 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR, dos servidores do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências.	Reajuste em 4,62% dos vencimentos dos servidores públicos estaduais efetivos do Poder Judiciário do Estado do Acre.
11	LEI COMPLEMENTAR N.º 466, DE 31 DE MAIO DE 2024	Altera a Lei Complementar n.º 258, de 29 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR dos servidores do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências.	Criação de cargos e funções para os servidores do Poder Judiciário.
12	LEI COMPLEMENTAR N.º 467, DE 1º DE JULHO DE 2024	Altera dispositivos da Lei Complementar n.º 258, de 29 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração - PCCR, dos servidores do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências.	Reenquadramento das progressões funcionais dos servidores efetivos do Poder Judiciário.
13	LEI COMPLEMENTAR N.º 469, DE 11 DE JULHO DE 2024	Altera a Lei Complementar n.º 258, de 29 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração - PCCR dos servidores do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências.	Revisão da norma acerca da Gratificação de Conciliação dos servidores do Poder Judiciário.
14	LEI COMPLEMENTAR N.º 473, DE 30 DE SETEMBRO DE 2024	Altera a Lei Complementar n.º 258, de 29 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR, dos servidores do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências.	Regulamenta a licença-prêmio dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre.
15	LEI COMPLEMENTAR N.º 474, DE 30 DE SETEMBRO DE 2024	Altera a Lei Complementar n.º 221, de 30 de dezembro de 2010, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Acre e dá outras providências.	Revisão das normas de licença-prêmio dos magistrados do Poder Judiciário do Estado do Acre.
16	LEI COMPLEMENTAR N.º 479, DE 29 DE NOVEMBRO DE 2024	Altera a Lei Complementar n.º 258, de 29 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração - PCCR, dos servidores do Poder Judiciário do Estado e dá outras providências.	Autorizada a criação de verba remuneratória, denominada Bônus, vinculada aos resultados anuais do Prêmio CNJ de Qualidade em favor dos servidores do Poder Judiciário

LEIS ORDINÁRIAS			
	LEI	EMENTA	OBJETO DA LEI
01	LEI ORDINÁRIA N.º 4.111, DE 13 DE JUNHO DE 2023	Dispõe sobre a remuneração dos conciliadores e juizes leigos do Poder Judiciário do Estado.	Dispõe sobre a revisão do subsídio da magistratura do Poder Judiciário do Estado.
02	LEI ORDINÁRIA N.º 4.134, DE 18 DE JULHO DE 2023	Dispõe sobre a revisão do subsídio da magistratura do Poder Judiciário do Estado.	Fixa o valor do subsídio mensal dos desembargadores.

LEIS ORDINÁRIAS			
	LEI	EMENTA	OBJETO DA LEI
03	LEI ORDINÁRIA N.º 4.178, DE 11 DE OUTUBRO DE 2023	Altera dispositivos da Lei n.º 1.805, de 26 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a fixação de emolumentos devidos pelos atos praticados pelos serviços notariais e de registros e dá outras providências.	Revisão das normas quanto à gestão do FECOM.

RESOLUÇÕES DO TRIBUNAL PLENO ADMINISTRATIVO			
	RESOLUÇÃO PLENO	EMENTA	OBJETO DA LEI
01	RESOLUÇÃO N.º 297, DE 26 DE JULHO DE 2023	Dispõe sobre a metodologia de cálculo da retribuição dos conciliadores e juizes leigos do Poder Judiciário do Estado do Acre.	Cálculo da retribuição de conciliadores e juizes leigos.
02	RESOLUÇÃO N.º 298, DE 29 DE JULHO DE 2023	Regulamenta a concessão de diárias a magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre.	Regulação dos parâmetros para concessão de diárias.
03	RESOLUÇÃO N.º 301, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023	Altera a Resolução TPADM n.º 193/2015, modificando a sistemática de elaboração das listas triplices no critério de merecimento.	Revisão dos critérios para promoção, remoção e acesso ao TJ.
04	RESOLUÇÃO N.º 302, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023	Institui Políticas de Meio Ambiente no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.	Política de meio ambiente no TJAC.
05	RESOLUÇÃO N.º 303, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023	Altera a Resolução n.º 154/2011 para atribuir competência privativa às Varas da Infância e Juventude para crimes contra crianças e adolescentes.	Alteração da competência da vara da infância com base na Lei n.º 14.344/2022.
06	RESOLUÇÃO N.º 304, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023	Altera a Resolução TPADM n.º 277/2022 para regulamentar a concessão de licença compensatória pela acumulação de acervo processual.	Regulamentação da licença pela acumulação de acervo dos magistrados.
07	RESOLUÇÃO N.º 305, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023	Altera a Resolução n.º 154/2011, transformando a 3ª Vara Criminal da Comarca de Rio Branco em 6ª Vara Cível da mesma comarca.	Alteração da 3ª Vara Criminal para a 6ª Vara Cível.
08	RESOLUÇÃO N.º 306, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023	Altera a Resolução n.º 154/2011 para incluir a denominação e competência da Vara de Apoio à Jurisdição (VAJUR).	Criação da Vara de Apoio à Jurisdição - VAJUR.

RESOLUÇÕES DO TRIBUNAL PLENO ADMINISTRATIVO			
	RESOLUÇÃO PLENO	EMENTA	OBJETO DA LEI
09	RESOLUÇÃO N.º 308, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2024	Regulamenta os artigos 70, inciso XI, e 70-A da Lei Complementar do Estado do Acre n.º 221/2010, que instituíram o auxílio pré-escolar em benefício dos Magistrados do Poder Judiciário do Estado do Acre.	Regulamenta o auxílio-creche em favor dos magistrados em atividade do Poder Judiciário.
10	RESOLUÇÃO N.º 298, DE 29 DE JULHO DE 2023	Altera a Resolução TPADM n.º 95/1997 e dá outras providências.	Revisão nas normas acerca da Gratificação Prêmio de Produtividade.
11	RESOLUÇÃO N.º 301, DE 27 DE SETEMBRO DE 2023	Regulamenta o Processo Judicial Eletrônico (e-proc/TJAC), no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre; altera as Resoluções n.º 180, de 27 de novembro de 2013, e 187, de 21 de novembro de 2014, do Tribunal Pleno Administrativo, para regulamentar a estrutura organizacional e a dotação de pessoal do Núcleo de Suporte e Análise de Negócio (NUSAN) e dá outras providências.	Regulamenta o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.
12	RESOLUÇÃO N.º 302, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2023	Institui e regulamenta o Programa de Preparação à Aposentadoria (PPA) aos magistrados e às magistradas do Poder Judiciário do Estado do Acre.	Regulamenta o Programa de Preparação à Aposentadoria (PPA) aos magistrados e às magistradas do Poder Judiciário do Estado do Acre.
13	RESOLUÇÃO N.º 303, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023	Institui o Núcleo de Inteligência de Segurança Institucional - NUII do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, consolidada as normas relativas à inteligência de segurança institucional e adota outras providências.	Institui o Núcleo de Inteligência de Segurança Institucional - NUII do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, com a finalidade de subsidiar o processo decisório da segurança institucional
14	RESOLUÇÃO N.º 304, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023	Regulamenta a assistência à saúde prestada aos(as) magistrados(as) ativos(as) e inativos(as) do Poder Judiciário do Estado do Acre e dá outras providências, em atendimento às diretrizes constantes na Resolução do Conselho Nacional de Justiça n.º 500, de 4 de maio de 2023.	Estabelece o programa e os procedimentos relativos à assistência à saúde suplementar dos Magistrados do Poder Judiciário do Estado do Acre.
15	RESOLUÇÃO N.º 305, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023	Cria a Unidade de Monitoramento e Fiscalização de decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre e dá outras providências.	Cria a Unidade de Monitoramento e Fiscalização (UMF) de decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário do Acre.
16	RESOLUÇÃO N.º 306, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2023	Altera a Resolução n.º 193/15, dispondo sobre ação afirmativa de gênero, para acesso das magistradas ao Tribunal.	Revisão das normas de acesso ao segundo grau, considerando as ações afirmativas de gênero.
17	RESOLUÇÃO N.º 304, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023	Altera a Resolução TPADM n.º 154, de 2 de fevereiro de 2011, para instituir a Vara Estadual do Juiz das Garantias no âmbito do Primeiro Grau do Poder Judiciário do Estado do Acre, definir a sua competência e outras providências.	Institui a Vara Estadual do Juiz das Garantias, com jurisdição em todo o Estado do Acre.
18	RESOLUÇÃO N.º 305, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2023	Altera a Resolução n.º 313, de 13 de junho de 2024, que regulamenta a assistência à saúde prestada aos(as) Magistrados(as) ativos(as) e inativos(as) do Poder Judiciário do Estado do Acre e dá outras providências.	Revisão das normas do auxílio-saúde dos magistrados.

RESOLUÇÕES DO TRIBUNAL PLENO ADMINISTRATIVO			
	RESOLUÇÃO PLENO	EMENTA	OBJETO DA LEI
19	RESOLUÇÃO N.º 319, DE 11 DE OUTUBRO DE 2024	Regulamenta o Concurso Público para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado do Acre.	Regulamenta o Concurso Público para Ingresso na Carreira da Magistratura do Estado do Acre.
20	RESOLUÇÃO N.º 320, DE 8 DE OUTUBRO DE 2024	Dispõe sobre o regime de plantão no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.	Dá nova roupagem ao regime de plantão, visando conferir regramento uniforme e atender à qualidade de vida de magistrados e servidores.
21	RESOLUÇÃO N.º 321, DE 11 DE OUTUBRO DE 2024	Altera as Resoluções TPADM n.º 180/2013, 187/2014, 255/2021, revoga a Resolução TPADM n.º 258/2021 e dá outras providências.	Revisão das normas acerca da estrutura administrativa e dotação das unidades jurisdicionais e administrativas.
22	RESOLUÇÃO N.º 322, DE 29 DE OUTUBRO DE 2024	Dispõe sobre a criação do Núcleo de Regularização Fundiária do Tribunal de Justiça do Estado do Acre - NUREF - e dá outras providências.	Cria o Núcleo de Regularização Fundiária - NUREF, com a finalidade de estimular e monitorar de forma contínua as atividades afetas à regularização fundiária no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.
23	RESOLUÇÃO N.º 323, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024	Altera a Resolução n.º 282, de 7 de dezembro de 2022, do Tribunal Pleno Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, que institui a Ouvidoria da Mulher do Poder Judiciário do Estado do Acre.	Revisão das normas acerca da Ouvidoria da Mulher.
24	RESOLUÇÃO N.º 324, DE 29 DE OUTUBRO DE 2024	Dá denominação ao Fórum da Comarca de Assis Brasil/AC.	Denomina o Fórum da Comarca de Assis Brasil/AC - Desembargador Ciro Facundo de Almeida.
25	RESOLUÇÃO N.º 325, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2024	Dispõe sobre as unidades jurisdicionais do Poder Judiciário do Estado do Acre, sua titularização individual ou coletiva, denominação e competência.	Estabelece a organização e as competências das unidades jurisdicionais de primeira instância do Poder Judiciário do Estado do Acre.
26	RESOLUÇÃO N.º 326, DE 16 DE JANEIRO DE 2025	Altera a Resolução TPADM n.º 297/2023, que dispõe sobre a metodologia de cálculo da retribuição dos conciliadores e juízes leigos do Poder Judiciário do Estado do Acre	Estabelece que conciliador e o juiz leigo poderão ser selecionados mediante processo seletivo simplificado ou por meio do sistema de credenciamento,
27	RESOLUÇÃO N.º 327, DE 16 DE JANEIRO DE 2025	Altera a Resolução TPADM n.º 193, de 3 de junho de 2015, que dispõe sobre o procedimento de promoção, remoção e acesso ao Tribunal de Justiça pelo critério de merecimento	Dispõe sobre a necessidade de serem exigidas certidões emitidas pela Justiça Eleitoral com informações sobre sanções disciplinares aplicadas a magistrados e magistradas no exercício da função eleitoral para fins de promoções e remoções por merecimento.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO DA JUSTIÇA ESTADUAL			
	RESOLUÇÃO COJUS	EMENTA	OBJETO DA LEI
01	RESOLUÇÃO N.º 76, DE 5 DE SETEMBRO DE 2023	Altera o art. 2º da Resolução COJUS n.º 40/2013, que estabelece a política de uso institucional da comunicação eletrônica no Poder Judiciário do Estado do Acre	Estabelece a política de uso da comunicação institucional.
02	RESOLUÇÃO N.º 77, DE 5 DE SETEMBRO DE 2023	Altera o artigo 10 da Resolução n.º 25, de 25 de abril de 2011, do Conselho de Administração do Tribunal de Justiça do Estado do Acre.	Alteração do prazo para financiamento.
03	RESOLUÇÃO N.º 78, DE 5 DE SETEMBRO DE 2023	Altera a Resolução n.º 3, de 31 de julho de 2013, do Conselho da Justiça Estadual, que regulamenta o art. 42, § 1º, inciso II, da Lei Complementar n.º 258, de 29 de janeiro de 2013.	Fixação de 60% do valor do cargo em comissão para servidores efetivos
04	RESOLUÇÃO N.º 79, DE 11 DE SETEMBRO DE 2023	Altera a Resolução n.º 15, de 21 de novembro de 2014, do Conselho da Justiça Estadual, para regulamentar a dotação de pessoal da Segunda Instância do Sistema dos Juizados Especiais.	Estabelecimento da dotação de pessoal das turmas recursais.
05	RESOLUÇÃO N.º 80, DE 21 DE SETEMBRO DE 2023	Altera a Resolução n.º 32, de 11 de outubro de 2017, do COJUS, que instituiu o teletrabalho no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Acre.	Revisão das normas do teletrabalho para servidores.
06	RESOLUÇÃO N.º 81, DE 26 DE SETEMBRO DE 2023	Altera a Resolução n.º 48, de 07 de dezembro de 2020, para garantir condições especiais de trabalho para magistradas e servidoras gestantes e lactantes e estabelecer normas sobre teletrabalho com tecnologia assistiva compatível com suas necessidades.	Revisão das normas do teletrabalho para magistrados.
07	RESOLUÇÃO N.º 82, DE 1º DE NOVEMBRO DE 2023	Altera a Resolução n.º 46, de 12 de novembro de 2020, para assegurar celeridade e eficiência na ausência de servidoras em licença-maternidade e priorizar o 1º grau no cumprimento de metas.	Revisão das normas da Assessoria Virtual - ASVIR.
08	RESOLUÇÃO N.º 83, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2024	Regulamenta o art. 19-A da Lei Complementar n.º 258/2013, que instituiu o auxílio-creche em benefício dos servidores do Poder Judiciário do Estado do Acre.	Instituição do auxílio-creche em favor dos servidores
09	RESOLUÇÃO N.º 85, DE 6 DE MAIO DE 2024	Altera o art. 1º da Resolução n.º 19-A/2015, do Conselho da Justiça Estadual, e dá outras providências.	Revisão das normas quanto aos cargos dos servidores do Poder Judiciário.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO DA JUSTIÇA ESTADUAL			
	RESOLUÇÃO COJUS	EMENTA	OBJETO DA LEI
10	RESOLUÇÃO N.º 86, DE 14 DE MAIO DE 2024	Regulamenta a assistência à saúde prestada aos(as) Servidores(as) ativos(as) e inativos(as) do Poder Judiciário do Estado do Acre e dá outras providências, em atendimento às diretrizes constantes na Resolução CNJ n.º 500, de 4 de maio de 2023.	Estabelece a política de uso da comunicação institucional.
11	RESOLUÇÃO N.º 87, DE 1.º DE JUNHO DE 2024	Altera a Resolução n.º 46, de 12 de novembro de 2020, do Conselho da Justiça Estadual, que dispõe sobre a instituição da Assessoria Jurídica Virtual.	Alteração do prazo para financiamento.
12	RESOLUÇÃO N.º 88, DE 12 DE AGOSTO DE 2024	Institui a Política de Equidade Racial no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre e dá outras providências correlatas.	Fixação de 60% do valor do cargo em comissão para servidores efetivos
13	RESOLUÇÃO N.º 89, DE 12 DE AGOSTO DE 2024	Institui a Política de Incentivo à Participação Institucional Feminina no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre e dá outras providências.	Estabelecimento da dotação de pessoal das turmas recursais.
14	RESOLUÇÃO N.º 90, DE 28 DE AGOSTO DE 2024	Altera a Resolução n.º 86, de 14 de maio de 2024, que regulamenta a assistência à saúde prestada aos(as) Servidores(as) ativos(as) e inativos(as) do Poder Judiciário do Estado do Acre e dá outras providências, em atendimento às diretrizes constantes na Resolução CNJ n.º 500, de 4 de maio de 2023.	Revisão das normas do teletrabalho para servidores.
15	RESOLUÇÃO N.º 91, DE 28 DE AGOSTO DE 2024	Altera a Resolução COJUS n.º 15, de 21 de novembro de 2014, acrescentando a dotação de pessoal e a estrutura organizacional da Vara Estadual do Juiz das Garantias no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.	Revisão das normas do teletrabalho para magistrados.
16	RESOLUÇÃO N.º 92, DE 28 DE AGOSTO DE 2024	Regulamenta o pagamento da Gratificação de Conciliação por produtividade, instituída pela Lei Complementar do Estado do Acre n.º 258/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Estado.	Revisão das normas da Assessoria Virtual - ASVIR.
17	RESOLUÇÃO N.º 93, DE 9 DE OUTUBRO DE 2024	Altera o Anexo Único da Resolução COJUS n.º 22/2015, que trata do pagamento da ajuda de custo por hora-aula no âmbito da Escola do Poder Judiciário.	Instituição do auxílio-creche em favor dos servidores
18	RESOLUÇÃO N.º 94, DE 9 DE OUTUBRO DE 2024	Altera a Resolução n.º 86, de 14 de maio de 2024, que regulamenta a assistência à saúde prestada aos (as) servidores (as) ativos (as) e inativos (as) do Poder Judiciário do Estado do Acre e dá outras providências, em atendimento às diretrizes constantes na Resolução CNJ n.º 500, de 4 de maio de 2023.	Revisão das normas quanto aos cargos dos servidores do Poder Judiciário.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO DA JUSTIÇA ESTADUAL			
	RESOLUÇÃO COJUS	EMENTA	OBJETO DA LEI
19	RESOLUÇÃO N.º 95, DE 18 DE OUTUBRO DE 2024	Institui o Programa de Residência Jurídica e em Tecnologia da Informação no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre, para o aprimoramento da formação teórica e prática dos profissionais do Sistema de Justiça	Proporcionar uma formação abrangente e integrada em áreas jurídicas e tecnológicas, destinada a bachareis em direito e graduados em áreas da tecnologia da informação.
20	RESOLUÇÃO N.º 97/2025, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2025	Regulamenta a composição da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário do Acre (UMF/AC)	Definir a composição da Unidade de Monitoramento e Fiscalização de Decisões do Sistema Interamericano de Direitos Humanos no âmbito do Poder Judiciário do Acre (UMF/AC)
21	RESOLUÇÃO N.º 98, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2025	Fixa os indicadores e metas institucionais, setoriais e individuais para a concessão da Gratificação por Alcance de Resultados - GAR no âmbito do Poder Judiciário Estadual, referente ao exercício de 2025.	Revisar os indicadores da Gratificação por Alcance de Resultados - GAR no âmbito do Poder Judiciário Estadual, referente ao exercício de 2025.
22	RESOLUÇÃO N.º 99, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2025	Altera a Resolução COJUS n.º 64/2022, que dispõe sobre o uso e o fornecimento de uniformes e acessórios de identificação visual para os(as) nspetores(as) e Agentes da Polícia Judicial do Poder Judiciário.	Estabelece o modelo de uniforme social feminino.

PROVIMENTOS CONJUNTOS PRESI-COGER				
	NÚMERO	DATA	OBJETO	PROCESSO
01	05/2024	29/10/2024	Dispõe sobre a suspensão dos efeitos do Provimento Conjunto n.º 4/2024 no que tange apenas à entrada em vigência do Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN), no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.	SEI 0003321-73.2022.8.01.0000
02	04/2024	23/10/2024	Dispõe sobre a publicação dos atos judiciais dos órgãos do Poder Judiciário do Estado do Acre no Diário da Justiça Eletrônico Nacional (DJEN) e sobre a citação e intimação pessoal, via Domicílio Judicial Eletrônico do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no âmbito da justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado do Acre.	SEI 0003321-73.2022.8.01.0000
03	03/2024	03/06/2024	Dispõe sobre o arquivamento de ações judiciais, independentemente do trânsito em julgado, nos casos de extinção sem resolução do mérito, fundado no art. 485 do Código de Processo Civil, bem como nas hipóteses de homologação de acordo e/ou satisfação da dívida.	Processo Administrativo n.º 0004772-65.2024.8.01.0000

PROVIMENTOS CONJUNTOS PRESI-COGER				
	NÚMERO	DATA	OBJETO	PROCESSO
04	02/2024	27/02/2024	Dispõe sobre diretrizes e procedimentos a serem observados pelo Poder Judiciário acreano de primeira instância e seus serviços auxiliares para o funcionamento da Central de Regulação de Vagas – CRV do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo.	0000435-38.2021.8.01.0000
05	01/2024	09/02/2024	Dispõe sobre o processamento do Acordo de Não Persecução Penal, nos termos da Lei n.º 13.964/2019.	0011055-41.2023.8.01.0000
06	05/2023	22/12/2023	Dispõe sobre o processamento das medidas protetivas de urgência deferidas com fundamento na Lei n.º 11.340/06 - Lei Maria da Penha.	0011041-57.2023.8.01.0000
07	04/2023	18/10/2023	Regulamenta, no âmbito da Justiça Estadual, o acompanhamento e avaliação dos Juízes de Direito Substitutos durante o estágio probatório.	0004369-04.2021.8.01.0000
08	03/2023	16/10/2023	Institui, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre, o procedimento de comunicação de partes mediante a utilização do aplicativo de mensagens WhatsApp ou outro aplicativo de envio de mensagens eletrônicas e dá outras providências.	0002158-58.2022.8.01.0000
09	02/2023	19/09/2023	Dispõe sobre as regras do depoimento especial da criança e do adolescente, vítima ou testemunha de violência no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre.	0007210-98.2023.8.01.0000
10	02/2023	12/06/2023	Regulamenta o uso e gestão do Banco Nacional de Medidas Penais e Prisões no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Acre e dá outras providências.	0006972-16.2022.8.01.0000

3.4 Transparência e integridade

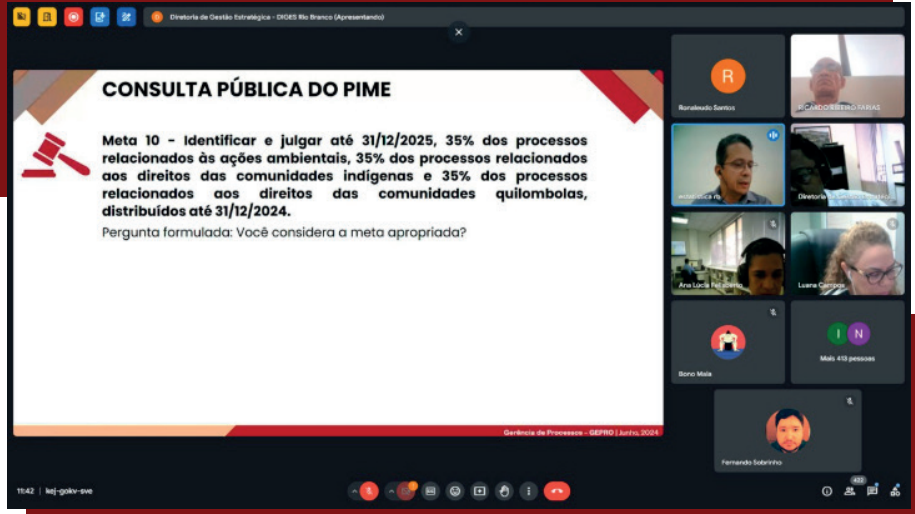
Com foco na participação social e institucional, o Poder Judiciário acreano implementou projetos voltados à melhoria das relações institucionais, alinhando as ações jurisdicionais às metas nacionais. Para isso, promoveu eventos participativos que destacaram o PJAC.

Foram realizados 11 (onze) eventos, incluindo 4 (quatro) encontros estruturantes com juízes e diretores de secretaria, 3 (três) com servidores e magistrados, 2 (dois) com a sociedade, além de 2 (duas) pesquisas de opinião para a construção das metas nacionais.

No mesmo contexto, foram realizadas capacitações e contratadas consultorias técnicas para aprimorar os processos de trabalho coletivo, com o objetivo de planejar estratégias de produtividade e qualidade no atendimento.

3.5 Audiências Públicas - Metas Nacionais do Judiciário - PIME.

As audiências reuniram mais de 500 participantes, incluindo da sociedade civil e de outras instituições, promovendo debates e sugestões de magistrados, servidores, advogados, representantes de entidades e membros metas para o Judiciário.



3.6 Atualização do Plano de Gestão de Riscos

A atualização do mapa de riscos no Poder Judiciário do Acre foi atualizada por duas vezes neste biênio. A cultura organizacional no serviço público precisa intensificar a aplicabilidade desse instrumento. O Poder Judiciário avançou nessa prática com a perspectiva de acompanhar e administrar riscos e gargalos administrativos e operacionais. Foram antecipados vários problemas estruturais que hoje se encontram mitigados ou resolvidos em áreas como: segurança institucional, gestão documental, segurança tecnológica, dados de cadastro processual dentre outras.



Fonte: DIGES/TJAC

3.7 Relações Institucionais

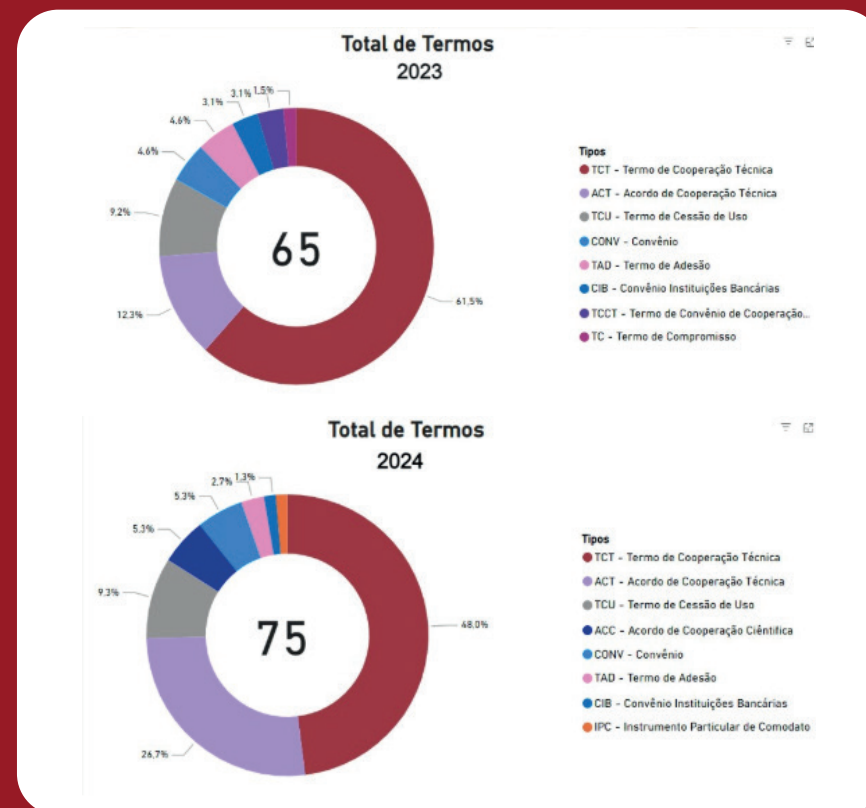
Termos de Cooperação e parcerias

As relações institucionais do Poder Judiciário acreano foram fundamentais para a criação de uma rede de cooperadores e parceiros, que facilitaram a execução de ações de interesses sociais e jurisdicionais.

Essa prática colaborou para a consolidação de iniciativas preventivas, educativas e de redução de danos, bem como para a realização de atividades administrativas e jurisdicionais.

No âmbito da gestão de Termos de Cooperação, o PJAC promoveu a administração de 305 acordos, dos quais 140 foram efetivados nesta gestão, com o acompanhamento da Diretoria de Gestão Estratégica e do Núcleo de Cooperação Judiciária (NUCOJ), que integra a Rede Nacional de Cooperação.

Sendo sintetizados:



Fonte: DIGES/TJAC

Por meio desses acordos, o Poder Judiciário alinhou esforços, compartilhou recursos e aprimorou práticas conjuntas, aumentando a eficiência e atendendo às demandas da população.

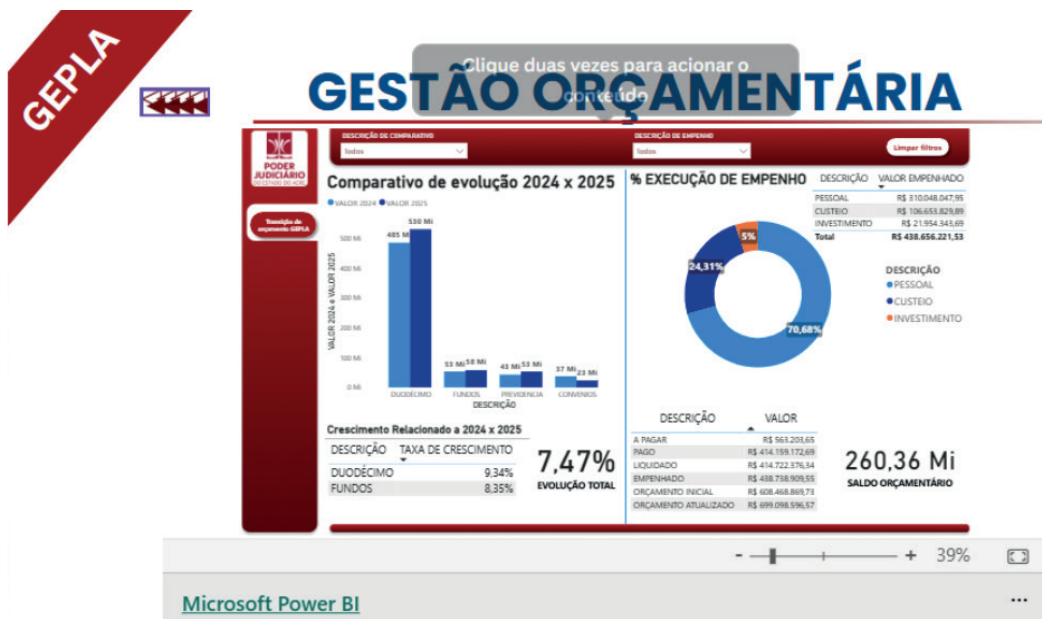
4. Gestão orçamentária e financeira

Um Ambiente de Integridade e Integração

O Planejamento e Orçamento Integrado é uma ferramenta de governança que promove transparência e integridade, organizando dados e informações essenciais sobre a alocação de recursos. Essa abordagem assegura maior eficiência operacional e fortalece a integração entre as ações de gestão.

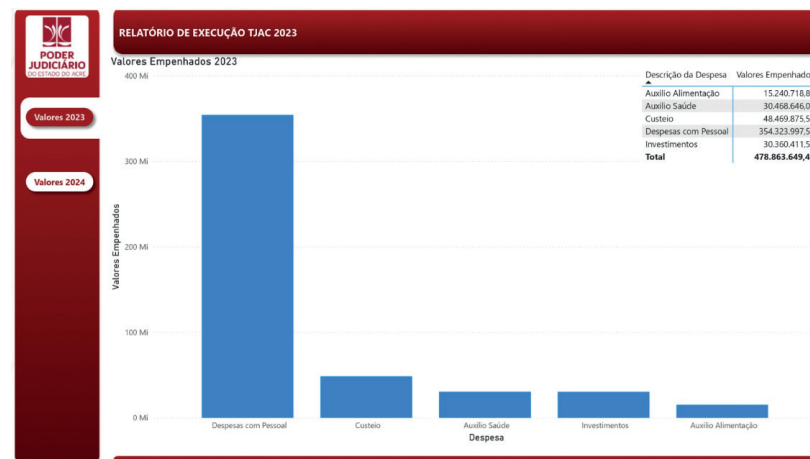
A gestão orçamentária permitiu tomadas de decisões mais seguras, minimizando riscos financeiros e viabilizando investimento em todos os setores, atendendo de forma estratégica às demandas institucionais de médio e longo prazos.

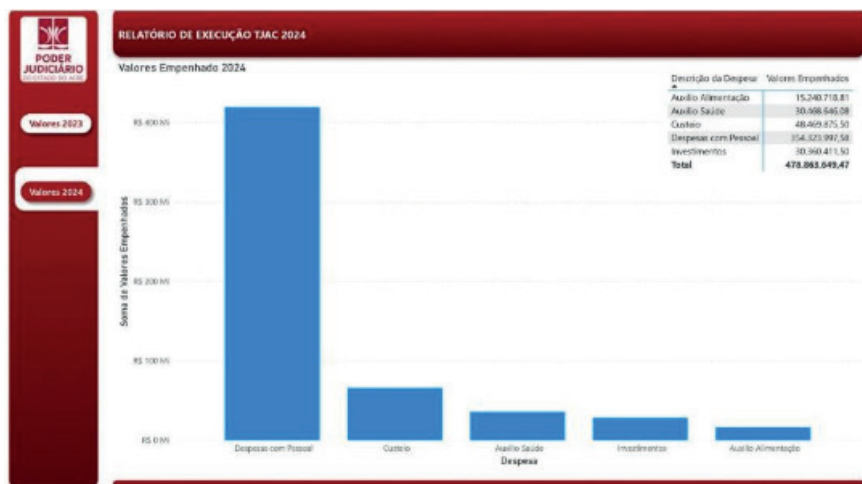
Fonte: DIGES/TJAC



O comportamento financeiro da Gestão durante o biênio teve desempenho favorável com base na arrecadação:

Fonte: DIGES/TJAC





Fonte: DIGES/TJAC

RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	2023	2024
Descrição da Despesa	Valores Empenhados	Valores Empenhados
Despesas com Pessoal	R\$ 354.323.997,58	R\$ 419.234.698,62
Auxílio Saúde	R\$ 30.468.646,08	R\$ 35.715.299,83
Auxílio Alimentação	R\$ 15.240.718,81	R\$ 15.966.706,93
Custeio	R\$ 48.469.875,50	R\$ 65.604.589,97
Hospedagem	R\$ 38.020,32	R\$ 66.560,78
Transferência a Instituição privadas sem fins lucrativos (Residência Tecnológica)	R\$ 1.000.000,00	R\$ 550.000,00
Serviços de Telecomunicação	R\$ 767.702,24	R\$ 2.059.135,97
Passagens	R\$ 1.496.474,12	R\$ 2.075.726,70
Serviços de Energia Elétrica	R\$ 2.254.432,30	R\$ 2.248.192,92
Serviços de Seleção e Treinamentos (Presidência, ESIUD)	R\$ 1.309.632,50	R\$ 2.638.957,02
Diárias	R\$ 1.641.507,86	R\$ 2.821.808,17
Estagiários	R\$ 1.453.376,59	R\$ 3.156.641,78
Outros Serviços de Custeio (Água, Esgoto, limpeza etc)	R\$ 839.853,14	R\$ 3.756.538,12
Material de Consumo	R\$ 1.865.970,36	R\$ 5.064.805,49
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação	R\$ 9.126.226,17	R\$ 10.234.745,57
Manutenção de Softwares	R\$ 8.853.900,73	R\$ 10.364.058,95
Outros Serviços de Pessoa Jurídica	R\$ 13.164.694,69	R\$ 15.542.244,74
Manutenção e Conservação de Bens Moveis e Imoveis	R\$ 4.658.084,48	R\$ 5.025.173,76
Investimentos	R\$ 30.360.411,50	R\$ 28.207.324,17
Obras e Instalações	R\$ 7.553.829,23	R\$ 11.274.119,18
Equipamentos de Audio e Video	R\$ 316.406,16	R\$ 2.600.391,92
Equipamentos de Proteção, Segurança e Socorro	R\$ 443.795,25	R\$ 155.897,00
Máquinas e Equipamentos Energéticos	R\$ 1.391.534,14	R\$ 474.749,00
Aparelhos de Utensílios Domesticos e diversos	R\$ 1.642.407,36	R\$ 2.443.410,86
Equipamentos de processamentos de dados	R\$ 9.105.644,20	R\$ 6.066.772,43
Mobiliarios	R\$ 217.357,34	R\$ 2.548.187,12
Veiculos	R\$ 1.453.750,00	R\$ 848.300,00
Investimento em Softwares	R\$ 8.235.687,82	R\$ 1.845.496,66
Total	R\$ 478.863.649,47	R\$ 564.728.619,52

Fonte: DIGES/TJAC

4.1 Arrecadação de Receitas Próprias 2023 e 2024

4.1.1 Receitas Gerais

Período de Referência	2023	2024	Percentual %
(janeiro a dezembro)	R\$51.239.226,81	R\$59.334.671,44	+15,80%
Total	R\$51.239.226,81	R\$59.334.671,44	+15,80%

Fonte: DIFIC/TJAC

4.1.2 Taxas Judiciais

Período de Referência	2023	2024	Percentual %
(janeiro a dezembro)	R\$18.806.301,59	R\$23.091.925,83	+22,79%
Total	R\$18.806.301,59	R\$23.091.925,83	+22,79%

Fonte: DIFIC/TJAC

4.1.3 Recuperação de Crédito e Dívida Ativa PGE

Período de Referência	2023	2024	Percentual %
(janeiro a dezembro)	R\$904.992,80	R\$1.007.794,38	+11,36%
Total	R\$904.992,80	R\$1.007.794,38	+11,36%

Fonte: DIFIC/TJAC

4.1.4 Taxas Extrajudiciais

Período de Referência	2023	2024	Percentual %
(janeiro a dezembro)	R\$16.302.182,16	R\$16.800.290,04	+3,06%
Total	R\$16.302.182,16	R\$16.800.290,04	+3,06%

Fonte: DIFIC/TJAC

4.1.5 Contrato de Arrendamento de Imóveis

Período de Referência	2023	2024	Percentual %
(janeiro a dezembro)	R\$91.667,28	R\$104.800,55	+14,33%
Total	R\$91.667,28	R\$104.800,55	+14,33%

Fonte: DIFIC/TJAC

4.1.6 Leilão nº 96/2024 - Veículos

Período de Referência	2023	2024	Percentual %
(janeiro a dezembro)	R\$0,00	R\$47.227,20	+100,00%
Total	R\$0,00	R\$47.227,20	+100,00%

Fonte: DIFIC/TJAC

Meses: 2023	Depósitos Judiciais R\$	Precatórios R\$	Total R\$	Δ%
janeiro	220.356.621,36	25.944.182,67	246.300.804,03	-
fevereiro	222.276.262,14	26.123.464,34	248.399.726,48	0,85%
março	211.256.634,07	26.276.280,71	237.532.914,78	-4,37%
abril	203.061.726,17	26.470.175,55	229.531.901,72	-3,37%
maio	198.001.477,40	26.625.483,70	224.626.961,10	-2,14%
junho	202.815.599,22	26.815.102,77	229.630.701,99	2,23%
julho	217.266.382,14	26.997.497,16	244.263.879,30	6,37%
agosto	222.354.472,47	27.176.479,89	249.530.952,36	2,16%
setembro	220.768.685,57	27.385.615,88	248.154.301,45	-0,55%
outubro	240.758.286,19	27.538.098,90	268.296.385,09	8,12%
novembro	248.072.290,21	27.705.685,55	275.777.975,76	2,79%
dezembro	242.301.486,17	27.871.837,28	270.173.323,45	-2,03%
Saldo Médio	220.774.160,26	26.910.825,37	247.684.985,63	-

Fonte: DIFIC/TJAC

4.2 Depósitos Judiciais e Precatórios

4.2.1 Volume de Depósitos Judiciais e Precatórios 2023 - 2024

Os saldos de depósitos judiciais e precatórios administrados pelo Banco do Brasil S/A apresentaram um volume médio de recursos na ordem de R\$220,77 e R\$26,91 milhões, respectivamente, cujo exercício financeiro fechou com um saldo médio de R\$247,68 milhões.

4.3 PAFO - Programa de Autonomia Financeira e Orçamentária

Acompanhamento de Resultados - PAFO

O Programa de Autonomia Financeira e Orçamentária, coordenado pelo Gabinete da Juíza Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Acre, implementou procedimentos para geração de recursos financeiros e orçamentários.

As ações, fundamentadas no princípio da eficiência, estão alinhadas à legislação vigente e apoiam decisões judiciais relacionadas ao processo de perdimento, garantindo uma gestão eficaz dos recursos para atender ao interesse público.

Em 2023 e 2024, o programa alcançou resultados financeiros expressivos, detalhados a seguir:

Meses de Referência	Ano 2023	Ano 2024	Δ% no período
Janeiro	37.002,41	67.713,38	83,00%
Fevereiro	41.721,26	34.660,13	-16,92%
Março	31.679,19	6.991,49	-77,93%
Abril	31.344,38	34.755,21	10,88%
Maiο	18.926,98	118.462,45	525,89%
Junho	7.438,66	143.393,61	1827,68%
Julho	29.632,32	177.145,13	497,81%
Agosto	13.912,13	109.435,51	686,62%
Setembro	34.465,16	67.441,78	95,68%
Outubro	35.326,03	64.913,75	83,76%
Novembro	395.481,78	9.021,30	-97,72%
Dezembro	124.578,10	2.770,59	-97,78%
Total	R\$ 801.508,40	R\$ 836.704,33	4,39%

Fonte: DIFIC/TJAC

4.4 Captação de Recursos Externos

A gestão atuou, gerenciou recursos externos e captou novos, por meio de emendas parlamentares, totalizando cerca de 29 milhões de reais em investimento no Poder Judiciário.



Fonte: DIFIC/TJAC

Durante o período foram gerenciados recursos externos que compuseram o montante orçamentário com a finalidade de contribuir com programas e projetos desenvolvidos na instituição, perfazendo um total de 22 (dezoito) convênios federais e estaduais. O que representa o financiamento de mais 25 projetos.

Desses recursos, cerca de \$15.000.000,00 (quinze milhões) foram captados entre 2023 e 2024.

Modalidade	Emenda/Parlamentar	Objeto	Órgão	Valor Global
Convênio Estadual		O presente Convênio tem por objeto a conjunção de esforços para aquisição de papel moeda a ser utilizado na emissão da primeira via das Cartilhas de Identidade, que serão expedidas durante a realização das ações do Projeto Cidadão, até o limite de 427 (quatrocentos e vinte e sete), ações essas realizadas nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2024, que terá um custo no valor total de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), haja vista a grande demanda deste serviço em todos as edições do referido projeto.	Polícia Civil do Estado do Acre - PCAC	50.000,00
Convênio Estadual	Dep. Estadual Pedro Longo	Programa Justiça Comunitária nos municípios de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	250.000,00
Convênio Estadual	Demanda Espontânea	Projeto Resgate da Cidadania - Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário	Procuradoria Regional do Trabalho da 14ª Região (MPJT)	67.302,60
Convênio Estadual	Emendas da Assembleia Legislativa Estadual: Daniel Zen, Eduardo Magalhães, Jenilson Leite, Neném Almeida, Pedro Longo, Roberto Duarte, Wagner Felipe, José Bestene, Antônio Pedro e Nicolau Junior.	Programa de Desenvolvimento Profissional e Inclusão Social pelo Trabalho - Programa RADIOATIVO	Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública - SEJUSP	485.000,00

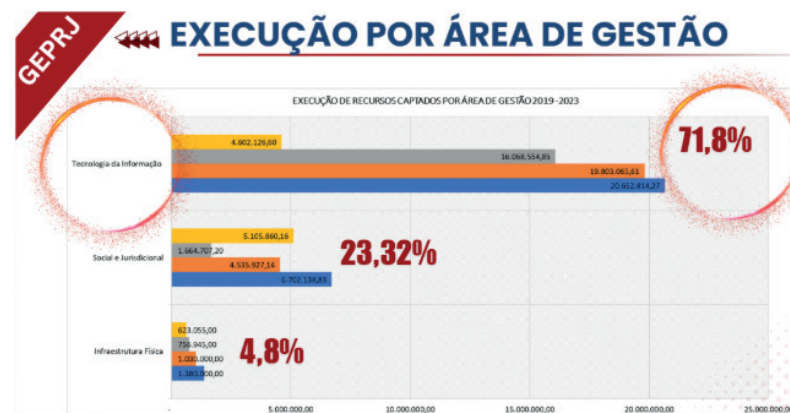
Modalidade	Emenda/Parlamentar	Objeto	Órgão	Ano	Valor Global
Convênio Federal		O presente convênio tem como objeto a transferência de recursos financeiros da CONCEDENTE para a ICT EXECUTORA visando a execução do projeto de pesquisa desenvolvimento e inovação, tendo por objeto o(a) RESIDÊNCIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ACRE, em conformidade com o plano de trabalho (Anexo).	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN	2024	R\$ 1.631.932,80

Modalidade	Emenda/Parlamentar	Objeto	Órgão	Ano	Valor Global
Emendas Estaduais		Apoio à Diagnóstico dos Casos de Femicídio no Acre	Secretaria de Estado da Fazenda — SEFAZ	2023	150.000,00
Emendas Estaduais		Execução do Projeto ECA na Comunidade Direitos e Deveres	Secretaria de Estado da Fazenda — SEFAZ	2023	20.000,00
Emendas Estaduais	Dep. Adailton Cruz	Programa de Desenvolvimento Profissional e Inclusão Social pelo Trabalho — PROGRAMA RADIOATIVO	Secretaria de Estado da Fazenda — SEFAZ	2024	80.000,00
Emendas Estaduais	Dep. Eduardo Ribeiro	Programa de Desenvolvimento Profissional e Inclusão Social pelo Trabalho — PROGRAMA RADIOATIVO	Secretaria de Estado da Fazenda — SEFAZ	2024	80.000,00
Emendas Estaduais	Dep. Luiz Gonzaga	Programa de Desenvolvimento Profissional e Inclusão Social pelo Trabalho — PROGRAMA RADIOATIVO	Secretaria de Estado da Fazenda — SEFAZ	2024	100.000,00
Emendas Estaduais	Dep. Manoel Moraes	Fortalecimento da Equipe de Agentes da Divisão de Proteção da Infância e da Juventude no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre — TIAC.	Secretaria de Estado da Fazenda — SEFAZ	2024	50.000,00
Emendas Estaduais	Emenda 01.927/2024 - R\$80.000,00 - Dep. Adailton Cruz; Emenda 08.356/2024 - R\$80.000,00 - Dep. Eduardo Ribeiro; Emenda 14.434/2024 - R\$100.000,00 - Dep. Luiz Gonzaga	O presente Convênio de Cooperação Técnica e Financeira tem por objeto a junção de esforços para a execução do Programa de Desenvolvimento Profissional e Inclusão Social pelo Trabalho, denominado Programa Radioativo, com o repasse de recursos financeiros advindos de Emenda Estadual ao Orçamento Geral do Estado do Acre 2024 (OGÉ), para custear no mínimo 17 (dezesete) bolsas para aprendizes, durante um período de 12 (doze) meses.	FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ACRE - FIEAC, doravante denominada FIEAC	2024	R\$ 260.000,00

Modalidade	Emenda/Parlamentar	Objeto	Órgão	Ano	Valor Global
Transferências Especiais	30360009 - Senadora Mallica Gomes	Aquisição de Equipamentos e Contratação de Serviços para Estruturação do Poder Judiciário	Estado de Planejamento - SEPLAN	2023	1.000.000,00
Transferências Especiais	38920012 - Senadora Mallica Gomes	Projeto de Implantação de Sala Segura do TIAC e Equipamentos de Infraestrutura de Dados	Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN	2023	4.995.642,00
Transferências Especiais	30360002 - Senador Alan Rick	Projeto de Melhoria da Estrutura de Comunicação e TIC	Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN	2023	350.000,00
Transferências Especiais	36400001 - Deputada Federal Mística Sales	Projeto de Implantação de Sala Segura do TIAC e Equipamentos de Infraestrutura de Dados	Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN	2023	5.700.000,00

Fonte: DIFIC/TJAC

Distribuição de Investimentos por área no Biênio



Fonte: DIFIC/TJAC

Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação	Potencializar a prestação de serviços digitais - inovação e segurança	para público externo e interno
Infraestrutura Física adequada	Possibilitar a segurança e melhorar estrutura para acolhimento institucional	para público externo e interno
Direito aos Jurisdicionados	Fortalecer a relação e o atendimento sócio institucional junto aos jurisdicionados	para público interno

A carteira de projetos dentro do biênio foi distribuída em iniciativas observando os eixos e as prioridades estratégicas, assentando-se o maior volume de investimentos na área de Tecnologia. Essa decisão administrativa se

justifica pela priorização a partir dos riscos e da vulnerabilidade da área e as orientações do Planejamento e Plano de Gestão.

Ações realizadas com recursos externos.



Aquisição de Data Center



Aquisição de Grupos Geradores



Renovação do Parque Computacional



Usina Fotovoltaica



Aquisição de Veículos



Programas Sociais



Alinhamento Estratégico dos dos Projetos

Os projetos foram alinhados em consonância com os ODS - Agenda 2030, Planejamento Estratégico e o Plano de Gestão 2023-2024, garantindo coerência com as diretrizes institucionais e promovendo ações integradas para alcançar os objetivos estabelecidos.



5. Gestão de pessoas

Para materializar ações e resultados, foram realizados investimentos no eixo estruturante de Planejamento denominado Aprendizado e Crescimento, com o objetivo de colocar o ser humano no centro das políticas institucionais. O Poder Judiciário acreano destacou-se por promover melhorias na qualidade de vida dos servidores, o que se refletiu diretamente na qualidade dos serviços prestados à população.

Com a perspectiva de enfrentar os desafios, foram adotadas as seguintes iniciativas:

- Capacitar, valorizar e cuidar de servidores e colaboradores;
- Desenvolver um Programa de Qualidade de Vida no Trabalho;
- Aprimorar a gestão de pessoas (servidores e magistrados);
- Fortalecer a gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

A gestão de pessoas é essencial para o funcionamento da instituição, valorizando servidores, magistrados e colaboradores. Destacam-se iniciativas voltadas ao aprimoramento do eixo Aprendizado e Crescimento do Planejamento Estratégico.

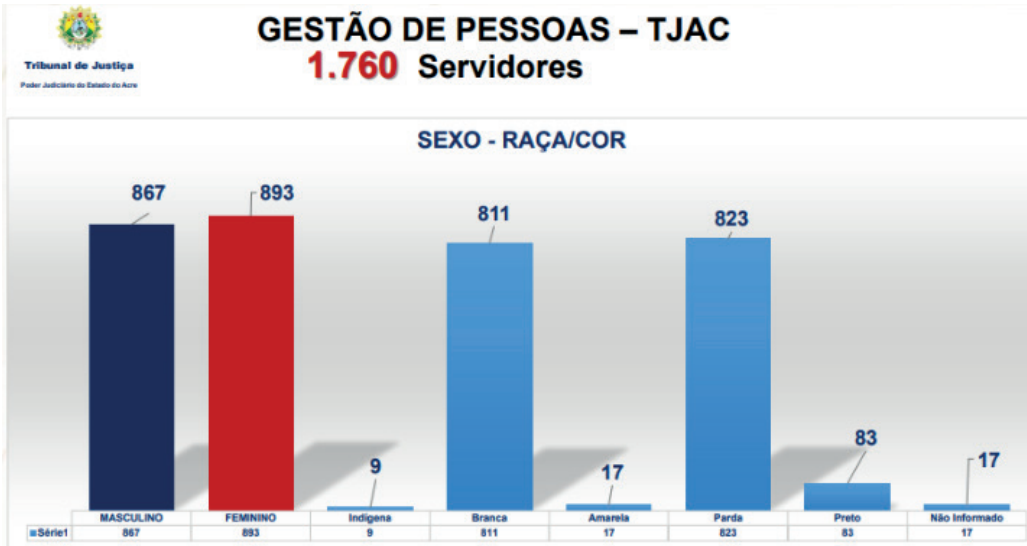
Entre as ações realizadas, merece destaque a equalização da força de trabalho e do orçamento entre o 1º e o 2º grau, em conformidade com a Resolução CNJ n.º 219/2016. Essa medida otimiza a distribuição e o equilíbrio dos recursos humanos e financeiros, alinhando-os à carga de trabalho e às necessidades específicas de cada unidade judiciária.



5.1 Recursos Humanos em Números

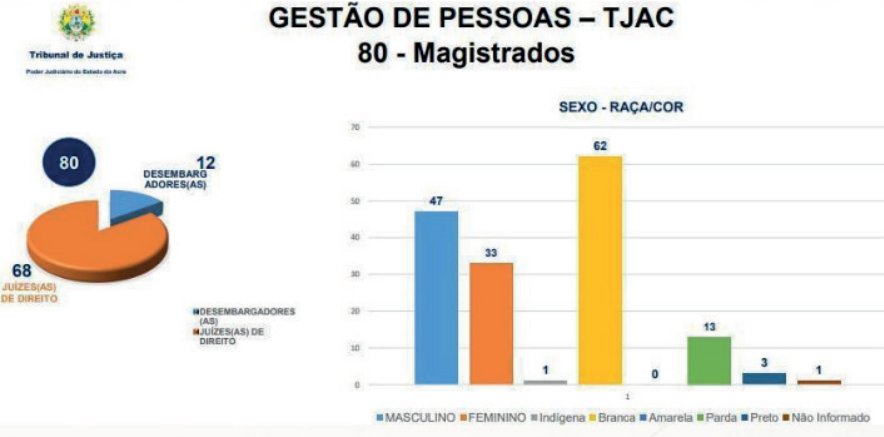


Fonte: DIPES/TJAC



Fonte: DIPES/TJAC

Colaboradores



Fonte: DIPES/TJAC

ITEM	2023	2024	ATUAL
JUIZ LEIGO	5	8	8
CONCILIADOR	8	16	16
ESTAGIÁRIO NÍVEL MÉDIO	8	11	19
ESTAGIÁRIO UNIVERSITÁRIO	48	104	154
ESTAGIÁRIO PÓS GRADUAÇÃO	19	28	47

Fonte: DIPES/TJAC

5.2 Licença-Prêmio em pecúnia

O Cumprimento da Recomendação n.º 145/2023 do CNJ permitiu a indenização de licença-prêmio a 979 servidores(as) e 49 magistrados(as), promovendo o equilíbrio das contas e a otimização dos recursos públicos. A iniciativa fortalece a valorização dos profissionais, aprimora a gestão de pessoas e contribui para a sustentabilidade. Essa medida reafirma o cuidado com os servidores.

5.3 Instituição da Premiação em pecúnia vinculado aos resultados do Selo CNJ de Qualidade

A Lei Complementar n.º 258/20213, que trata do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Acre, foi alterada pela LC n.º 479/2025 para a criação de verba remuneratória, denominada Bônus, vinculada aos resultados anuais do Prêmio CNJ de Qualidade em favor dos servidores do Poder Judiciário.



5.4 Revisão dos Indicadores da Gratificação por Alcance de Resultados - GAR

A Lei Complementar n.º 258/20213, que trata do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores do Poder Judiciário do Acre, foi alterada pela LC n.º 479/2025 para a criação de verba remuneratória, denominada Bônus, vinculada aos resultados anuais do Prêmio CNJ de Qualidade em favor dos servidores do Poder Judiciário.

5.5 Posse de 46 novos servidores

Quarenta e seis novos servidores aprovados no concurso de 2024 para cargos nas áreas de Analista de Banco de Dados, Desenvolvimento, Arquitetura, Arquivologia, Contabilidade e Engenharia Civil foram convocados e empossados. Os novos servidores atuarão em Rio Branco, Acrelândia, Mâncio Lima, Plácido de Castro, Senador Guimard, Tarauacá e Cruzeiro do Sul.

A medida reforça o compromisso de descentralizar e ampliar o acesso à Justiça em todo o estado.



5.6 Fortalecimento da Magistratura com a Posse de 18 Novos Juízes de Direito substitutos

Dezoito magistrados do 20º Concurso da Magistratura foram empossados, fortalecendo o quadro do Judiciário para a prestação de serviços.



5.7 Posse de dois Desembargadores

Nesses 60 anos de instalação do Poder Judiciário acreano, 39 desembargadoras e desembargadores passaram pelo Judiciário. Durante o biênio, dois novos desembargadores são empossados.

O desembargador Nonato Maia tomou posse em 1º de dezembro de 2023, após 27 anos de ingresso na magistratura.



O desembargador Lois Arruda tomou posse no dia 1º de novembro de 2024, após 28 anos de ingresso na magistratura.



5.8 Identidade profissional dos magistrados

Como reconhecimento da identidade profissional e segurança dos magistrados, foi contratado a confecção de 150 carteiras de identidade profissional, investimento na ordem de R\$46.000,00 (quarenta e seis mil reais). O processo de emissão, com a coleta dos dados, começa ainda em fevereiro de 2025.

5.9 Contratação de Estagiários

Entre 2023 e 2024, 216 estagiários foram contratados para apoiar as unidades jurisdicionais de 1º e 2º graus, contribuindo para o fortalecimento do serviço prestado à sociedade. Nas contratações, o Poder Judiciário cumpre as orientações quanto às cotas raciais, sendo 115 pardos, 70 brancos, 24 pretos e 07 indígenas, dos declarados. Para essa política, foi criado o banco de cadastro que facilita o processo de inscrição, seleção e contratação.

O programa visa oferecer aos estudantes uma oportunidade de desenvolver competências profissionais, conciliando teoria e prática, sem gerar vínculo empregatício.

Além disso, com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional, o PJAC regulamentou as normas do Programa de Estágio para estudantes de pós-graduação.



Os estagiários estão divididos da seguinte forma:

- Pós-graduação: 43 estudantes;
- Nível superior: 161 estudantes;
- Nível médio: 43 estudantes para o PIDJus, o que propiciou aos jovens indígenas, da zona rural e periferia, a terem a primeira experiência profissional com capacitação básica para o trabalho e para a gestão documental, que tem como colaboradoras, mulheres egressas do sistema prisional;
- Voluntários: 09 integram às atividades do judiciário acreano, oportunizando espaço de formação e vivência profissional.

5.10 Mapeamento de Competência

O mapeamento de competências identifica e organiza habilidades, conhecimentos e comportamentos necessários para alinhar os talentos dos servidores aos objetivos institucionais, aumentando eficiência e produtividade. Em 2024, contratou-se uma consultoria especializada que, junto aos servidores, realizou estudos para implementar a gestão por competências.



5.11 Mestrado, Capacitação e Desenvolvimento de Competências

Com o objetivo de promover o crescimento institucional e o desenvolvimento pessoal, realizaram-se ações estratégicas formativas, focadas na valorização das pessoas e no fortalecimento de competências essenciais para o desempenho das atividades jurisdicionais, nas quais se incluem capacitação direcionada ao fazer diário dos servidores.



Foram realizados dois cursos de formação inicial para magistrados como iniciativa para acolher os novos magistrados e integrá-los às atividades laborais do judiciário.



A Aula Magna do Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Prestação Jurisdicional e Direitos Humanos) aconteceu em setembro de 2023 e representa uma conquista para todo o Poder Judiciário acreano e para toda a sociedade.

Essas iniciativas refletem o compromisso com o aprimoramento contínuo, indo além dos resultados técnicos. Também apoiam o desenvolvimento comportamental e o reconhecimento do potencial de cada indivíduo como parte fundamental do sucesso coletivo.

O Poder Judiciário, por meio da ESJUD, promoveu a implantação do curso de mestrado em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), por meio da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), juntamente com a Universidade Federal do mesmo estado (UFT).



No Biênio 2023-2025, foram investidos R\$7.452.262,77 (sete milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, duzentos e sessenta e dois reais e setenta e sete centavos) em política de capacitação, investimentos em estrutura da ESJUD (equipamento e climatização), reforçando o compromisso com o desenvolvimento e aprimoramento profissional.

Capacitações realizadas em outras Instituições de Ensino, Capacitação e Treinamento

2023	Projetos vetor	R\$ 753.960,36
	Seminário CNJ	
	4linux – curso ditec	
	In lear educação Ltda - curso ditec	
	Esafi-semana de adm. Orç.e financeira	
	Esafi-retenções esocial e efd-reind	
	Esafi-folha de pagamento	
	Curso plataforma transfere gov	
	Treinamento implantação storages	
2024	Folha de pagamento	R\$ 782.706,68
	Horas aula formador interno	
	Folha de pagamento	
	Curso execução orçamentária e financeira	
	Consulte consultorias	
	Pregão eletrônico na nova lei de licitação	
	Centro de estudos em compras públicas	
	Retenções de tributos na administração pública supreme capacitações	
	Pregão eletrônico na nova lei de licitação	
	Centro de estudos em compras públicas	
	Esafi-curso excelência no atend.ao cidadão	
	Inag-capacitação de recursos federais	
	Curso de encerramento do exercício	
	Execução financeira e orçamentária	
	One cursos - consultoria	
	Curso Amana-key	
	Treinamento implantação Storages	
	Móveis e equipamentos	R\$ 1.445.681,00
	Ar-condicionado e mão de obra para climatização	R\$ 1.004.000,00

Fonte: ESJUD/TJAC

Cursos de capacitação realizados pela Escola do Judiciário (ESJUD)

Ano	Vagas	Certificados	Investimentos
2023	7.793	4.962	R\$1.384.625,61
2024	12.813	10.002	R\$2.483.288,82

Fonte: ESJUD/TJAC

5.12 Implantação do Módulo de Produtividade Mensal (MPM)

Regulamentado pela Resolução CNJ n.º 76/2009, o sistema visa ao envio mensal de informações sobre unidades judiciárias, magistrados, servidores e auxiliares, permitindo a mensuração da produtividade dos tribunais sob diferentes perspectivas. Atualmente, conta com 1.838 registros de servidores e auxiliares, além de 80 registros de magistrados.



5.13 Projeto Calçando as Sandálias da Gestão

Durante o biênio 2023-2025, foi efetivado o projeto "Calçando as Sandálias da Gestão", que tem como objetivo promover a participação ativa das magistradas e magistrados na administração do Poder Judiciário, incentivando-os a contribuir diretamente para a melhoria dos processos internos, a otimização dos recursos e o aprimoramento da prestação jurisdicional.



Com esta iniciativa, busca-se ampliar a visão dos juízes sobre os desafios administrativos, permitindo que suas experiências e percepções contribuam para decisões estratégicas mais eficazes. Dessa forma, o projeto fortalece a governança institucional e melhora a qualidade do serviço.

Com esta iniciativa, busca-se ampliar a visão dos juízes sobre os desafios administrativos, permitindo que suas experiências e percepções contribuam para decisões estratégicas mais eficazes. Dessa forma, o projeto fortalece a governança institucional e melhora a qualidade do serviço.

O Poder Judiciário acreano reafirma, com essa ação, o compromisso com a modernização da gestão pública e a busca por um sistema de justiça mais eficiente, acessível e de qualidade.

5.14 Projeto Calçando as Sandálias da Gestão

A reabertura da Academia do Servidor reforça as iniciativas de promoção e prevenção da saúde física e mental, assim como a redução do absenteísmo. O espaço oferece atividades de musculação e pilates para magistrados, servidores (ativos e inativos), colaboradores e seus dependentes. Atualmente, registra-se uma média diária de 40 usuários, demonstrando o engajamento da comunidade jurídica na prática de atividades físicas.

5.15 Cancioneiros da Paz

Ativado em 2024, o coral institucional “Cancioneiros da Paz”, composto por magistrados, servidores e colaboradores, tem se destacado como uma atividade que favorece a criação de novos laços de amizade e proporciona momentos de descontração no ambiente de trabalho. Essa iniciativa tem promovido integração e fortalecido o espírito de equipe entre os envolvidos, proporcionando bem-estar e maior motivação no dia a dia.



5.16 Junta Médica Oficial

Oficializada em 27 de junho de 2023, com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Poder Judiciário do Acre (PJAC), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE/AC) e o Ministério Público do Estado do Acre (MPAC), a Junta Médica é composta por três médicos designados pelos órgãos e funciona no Centro Médico do TJAC.

Por meio dessa parceria, foi possível organizar uma política de atendimento e afastamento de servidores e magistrados.

5. 17 Campanhas de prevenção e promoção da vida

Objetivando o combate e prevenção às Hepatites Virais, foram realizadas, em 2023, as seguintes campanhas:

- Junho Amarelo: testes rápidos a todos servidores e magistrados para prevenção de Hepatites B e C, testes de Glicemia, Sífilis, Glicose e HIV;
- Setembro Amarelo: valorização da vida;
- Outubro Rosa: saúde da mulher;
- Novembro Azul: saúde do homem.
- Calendário de atendimento no interior: profissionais de saúde percorreram o interior oportunizando atendimento aos servidores.

5.18 Campanhas de Vacinação

Abrangeu a imunização contra a Covid-19, Vacina Bivalente e a Gripe - Influenza, oferecendo atendimento individualizado nos locais estratégicos do Poder Judiciário acreano, incluindo o Centro Médico, a Cidade da Justiça e o Fórum Barão do Rio Branco. Nesse processo, servidores, magistrados, terceirizados, colaboradores e o público externo que frequentou as dependências do Tribunal foram imunizados.



As campanhas tiveram como objetivo conscientizar os servidores sobre a importância da vacinação e a necessidade de ampliar a cobertura vacinal em todo o estado do Acre.

5.19 Esporte e saúde

O Poder Judiciário do Acre promoveu eventos esportivos para incentivar a integração e a qualidade de vida dos seus colaboradores. Dentre essas iniciativas, destacaram-se as Corridas da Justiça, realizadas em celebração ao Dia do Servidor Público.



Os eventos reuniram servidoras, servidores, magistradas e magistrados, proporcionando um momento de confraternização e bem-estar, no qual os participantes puderam reencontrar colegas de trabalho em um ambiente descontraído e humanizado.

5.20 Programa Ewã

O programa foi nomeado com a palavra indígena do tronco linguístico Pano: Ewã, que significa mãe e tem o objetivo de criar ações afirmativas de valorização e reconhecimento dos direitos à mulher dentro do Poder Judiciário acreano.



A iniciativa é executada em três diferentes eixos: atenção às mães gestantes, para contratação de mão de obra para substituir temporariamente mulheres em licença maternidade; implantação de política de enfrentamento a violência doméstica contra mulher do Judiciário, com disponibilização do canal de atendimento; e, finalmente, o estímulo à paridade de gênero em cargos estratégicos da gestão.



5.21 Equidades

- Política para Promoção da Igualdade de Gênero

O Poder Judiciário acreano adota políticas de inclusão e respeito à diversidade de gênero em todas as suas unidades e entre seus servidores. A instituição segue as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para garantir a paridade de gênero nas atividades administrativas e jurisdicionais, promovendo um ambiente de trabalho igualitário. Além disso, assegura a representatividade de gênero nos cargos de liderança e em processos seletivos, implementando ações de capacitação e sensibilização para magistrados e servidores, sempre com foco no respeito, igualdade de oportunidades e valorização da diversidade, de acordo com as normativas e resoluções.

- Políticas de Equidade Racial

Implementou-se ações alinhadas às resoluções e iniciativas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) voltadas à igualdade racial. O Judiciário acreano participa do Pacto Nacional do Judiciário pela Equidade Racial e adotou medidas como a reserva de vagas para negros, conforme a Resolução CNJ n.º 203/2015, além de aplicar o Protocolo para Redução dos Impactos do Racismo no sistema de Justiça.



- Implementação de Medidas de Inclusão e Respeito às Culturas Indígenas

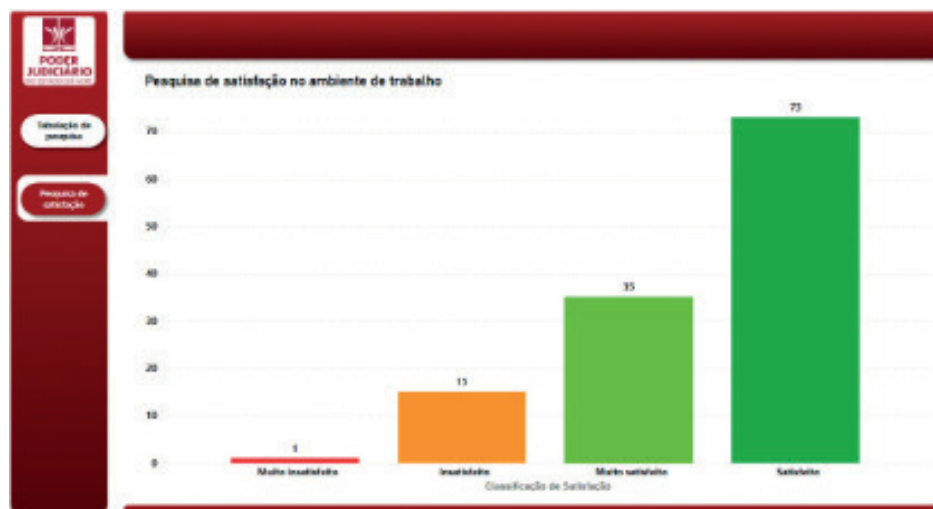
Medidas em conformidade com as Resoluções CNJ n.º 524/2023, n.º 454/2022 e n.º 287/2019 foram adotadas, garantindo inclusão e respeito aos direitos das populações indígenas. Nos processos de adolescentes e adultos indígenas, o Poder Judiciário acreano assegura a presença de intérpretes de português, sempre que necessário, por meio do CEPTEC, além de procedimentos diferenciados, como o reconhecimento da identidade por autodeclaração e a realização de perícias antropológicas.



Essas ações reafirmam o compromisso com a promoção da igualdade e a valorização das diversidades culturais, raciais garantindo acesso à Justiça.

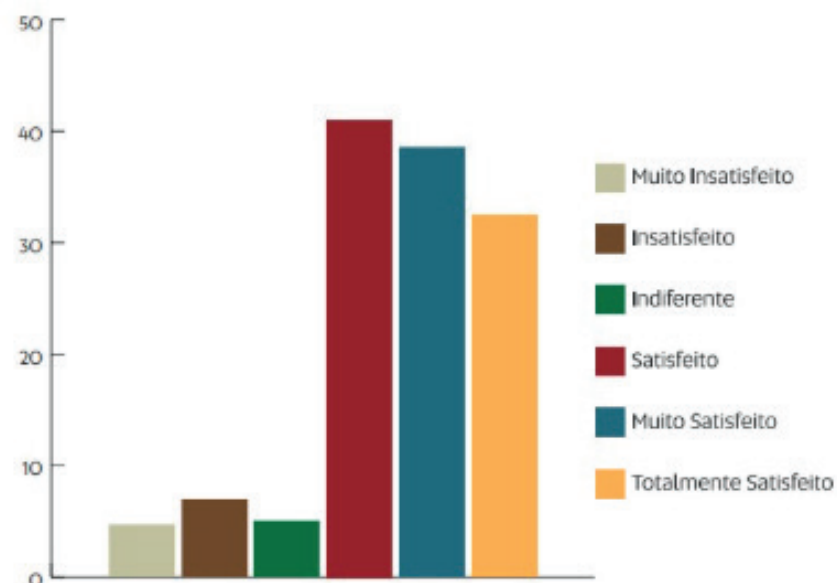
5.22 Pesquisa Organizacional

A realização da Pesquisa de Clima Organizacional é uma oportunidade para que servidoras, servidores, magistradas, magistrados e colaboradores apresentem suas opiniões sobre os diversos aspectos que envolvem a cultura organizacional e informem o nível de satisfação referente ao desempenho da gestão, o que permite mensurar o clima organizacional no ambiente de trabalho. Em 2023, o Poder Judiciário teve uma avaliação positiva concentrada em cerca de 70% entre satisfeito e totalmente satisfeito.



Fonte: DIPES/TJAC

SATISFAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO



Fonte: DIPES/TJAC

O índice de satisfação no ano de 2024, conforme evidenciado no gráfico acima, reflete o grau de envolvimento e contentamento dos servidores do PJAC, representando um crescimento na aprovação da gestão, atingindo aproximadamente 86%.

6. Infraestrutura e sustentabilidades

Este eixo destaca a importância de adequar, manter e tornar sustentável a infraestrutura física e tecnológica, assegurando condições ideais para o funcionamento eficiente do Poder Judiciário e o impulsionamento de ações que contribuam com as políticas de sustentabilidade.

Principais desafios:

- Garantir infraestrutura adequada tanto na capital quanto no interior, promovendo equidade no atendimento às demandas regionais.
- Modernizar a infraestrutura de TIC, com foco na atualização de equipamentos e no aprimoramento de suportes tecnológicos, essenciais para a eficiência e segurança dos sistemas.
- Ampliar e diversificar fontes de recursos, abrangendo orçamento e financiamento, para viabilizar as melhorias estruturais e tecnológicas de forma sustentável.

Essas ações são fundamentais para assegurar um ambiente funcional, moderno e alinhado às necessidades da Justiça e da sociedade.

Reformas e Construção de Unidades Judiciais



Fonte: DILOG/TJAC

6.1 Centralização dos serviços judiciais

- Integração das Unidades do Fórum Barão do Rio Branco à Cidade da Justiça

Em outubro de 2024, foi entregue uma obra de readequação do Fórum dos Juizados Especiais Cíveis, centralizando as varas cíveis, de família e fazenda pública de Rio Branco na Cidade da Justiça.

Os investimentos nos serviços de readequação e melhorias foram de R\$1.233.722,97 (um milhão duzentos e trinta e três mil setecentos e vinte e dois reais e noventa e sete centavos), de recursos próprios do PJAC e Convênio com o Governo do Estado do Acre.



2.2 Reforma e ampliação do Portal de Acolhimento da Cidade da Justiça da Comarca de Rio Branco

O espaço foi reformado e ampliado para instalação do portal de acolhimento ao cidadão, proporcionando à população melhorias significativas na qualidade do atendimento e acolhimento das demandas dos (as) usuários (as) do Poder Judiciário do Estado do Acre. Os recursos empregados foram de R\$1.553.000,00 (um milhão e quinhentos e cinquenta e três mil reais).

O Portal de Acolhimento ao Cidadão dispõe de uma estrutura adequada para uma verdadeira mudança de paradigma no atendimento ao público, com sala de espera, sala reservada aos advogados, intervenções de cores e paisagismo pensados com a finalidade específica de diminuir a ansiedade comum vivida por pessoas que têm demandas na Justiça.

Paisagismo

Toda a Cidade da Justiça recebeu um novo paisagismo, com reativamento de áreas verdes, instalação de pergolados e melhorias na jardinagem com espécies locais. A iniciativa visa proporcionar um ambiente mais harmonioso, contribuindo para a qualidade dos espaços de circulação e permanência de pessoas.



Pórtico - Proteção e acessibilidade

Construção de um espaço integrador que conecta o Portal de Acolhimento às passarelas da Cidade da Justiça. Essa obra tem como principal objetivo proporcionar mais acessibilidade, conforto e segurança, reforçando o compromisso com o bem-estar e o cuidado com as pessoas que utilizam esses serviços. Para atender a essa expectativa foram investidos R\$260.000,00 (duzentos e sessenta mil reais).



6.3 Elevadores: Acessibilidade e Segurança

A estrutura de elevadores da Cidade da Justiça da Comarca de Rio Branco foi modernizada com a substituição do mecanismo hidráulico pelo elétrico. Essa mudança garante maior segurança, estabilidade e eficiência energética, alinhando-se à política de integridade.

No total, foram 04 (quatro) equipamentos, todos oferecem acessibilidade aos prédios da cidade da justiça e atendem diretamente aos magistrados, servidores, colaboradores e jurisdicionados.

Além disso, encontra-se em instalação um elevador externo, exclusivo para acessibilidade de jurisdicionados e emergências, projetado de acordo com as normas da NBR 9050, garantindo inclusão e conforto aos que necessitam de serviços seguros.

O investimento total nessas melhorias representam custo de R\$1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais).



6.4 Reabertura do restaurante do servidor promove melhor qualidade de vida

O Poder Judiciário acreano deu um passo significativo na promoção do bem-estar de seus colaboradores ao reabrir o restaurante do servidor.

A reabertura do espaço gastronômico foi celebrada pelos servidores, que agora têm à disposição um local adequado para as refeições diárias, sem precisar sair das dependências do tribunal. Além de fortalecer os laços entre colegas de trabalho, a medida reflete um compromisso da administração em valorizar a qualidade de vida e o conforto no ambiente laboral.



6.5 Reforma e adequação do Prédio do Centro Médico

A reforma e manutenção do Centro Médico foi projetada para adequar os espaços existentes às normas sanitárias vigentes, promovendo ambientes mais seguros e funcionais. Para efetivação da reforma o Poder Judiciário investe R\$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).

Os ambientes para atendimentos foram adaptados com sistemas de renovação de ar, proporcionando maior segurança e conforto aos usuários, alinhando o espaço às melhores práticas de saúde e bem-estar.

Além disso, com a perspectiva de melhorar a qualidade de vida dos servidores, magistrados e colaboradores, a estrutura do Centro Médico foi potencializada com a aquisição de materiais e equipamentos. Dentre eles, um aparelho de ultrassonografia que garante melhor qualidade dos atendimentos.

6.6 Melhorias nas instalações do Palácio da

O Palácio da Justiça da Comarca de Rio Branco passou por melhorias estruturais para garantir segurança e acessibilidade. Além da revitalização do mobiliário, foram realizadas a manutenção preventiva da rede elétrica, a instalação de luminárias pendentes e a reforma do chafariz. O investimento total foi de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais).



Foi executada a readequação da rede hidráulica e a reformulação do sistema de climatização interna. O ambiente recebeu um novo conceito de organização e valorização da história da Justiça acreana, com a reestruturação da biblioteca, a aplicação de plotagens históricas e a modernização do sistema de arquivos.

O Chafariz

Sinônimo de abundância, que sacia nossa sede de cultura. Teve um lugar especial na gestão, quando foram feitas restaurações para reafirmar simbolicamente sua presença junto ao Palácio da Justiça.

6.7 Acesso e Passeio Público à Cidade da Justiça

Por meio de uma parceria com o município de Rio Branco, garantiu-se a construção de calçadas para facilitar o acesso dos jurisdicionados à Cidade da Justiça da Comarca de Rio Branco. As novas estruturas garantem acessibilidade inclusiva e promovem segurança.



6.8 Novo Fórum da Comarca de Brasília

Em novembro de 2024, o Poder Judiciário acreano e o Governo do Estado inauguraram o novo Fórum Dr. Evaldo Abreu de Oliveira, da Comarca de Brasília, agora localizado no Centro Administrativo da cidade. Com investimentos de R\$5.406.349,29 (cinco milhões e quatrocentos e seis mil e trezentos e quarenta e nove reais e vinte e nove centavos) provenientes de Emendas Parlamentares e Recursos Próprios do PJAC, o novo espaço oferece instalações modernas, maior conforto e eficiência no atendimento, incluindo salas para crianças, audiências e um salão reformulado do Tribunal do Júri. Destaque para o Portal de Acolhimento que humaniza e agiliza os serviços judiciais. Com acessibilidade, o prédio também revive a memória com espaço dedicado, oferecendo à população acesso à própria história.



6.9 Reforma do Fórum da Comarca de Senador Guimard

O Fórum Ananias Gadelha Filho, na Comarca de Senador Guimard, foi reformado em 2024.

A modernização e reforma dos prédios do Poder Judiciário do Acre têm sido uma das prioridades da atual gestão para garantir um ambiente adequado e funcional para atendimento aos cidadãos, além de promover a eficiência operacional e refletir o compromisso da Administração com a prestação de serviços de qualidade à população e também com o bem-estar do público interno.



Com recursos próprios, a reforma do prédio teve o valor de R\$ 567.644,63 (quinhentos e sessenta e sete mil seiscentos e quarenta e quatro reais e sessenta e três centavos) e contou com substituição das telhas de cobertura, pintura, sala de acolhimento, adequação de parte da instalação elétrica e de cabeamento estruturado, rampa de acessibilidade, identidade visual, ampliação da sala do Tribunal do Júri e da Central de Processamento Eletrônico (CEPRE), entre outros.

6.10 Reforma do Fórum de Epitaciolândia

Em 2024, o prédio do Fórum de Epitaciolândia Desembargador Francisco das Chagas Praça foi revitalizado com investimentos na ordem de R\$2.025.387,45 (dois milhões e vinte e cinco mil trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e cinco centavos).



A obra se tornou uma prioridade na pauta administrativa da gestão e representa um marco significativo no compromisso de promover melhorias substanciais nas instalações judiciárias, visando ao aprimoramento do ambiente de trabalho e à excelência na prestação jurisdicional.

O fórum ganhou o nome do Desembargador Francisco das Chagas Praça, com aprovação do Pleno administrativo do Poder Judiciário.



6.11 Melhorias nas Instalações Físicas da Comarca de Sena Madureira

A reforma do fórum de Sena Madureira, com investimentos de R\$516.281,00 (quinhentos e dezesseis mil e duzentos e oitenta e um reais), que inclui melhorias como guaritas de atendimento, rampas de acessibilidade, fechamento do estacionamento, climatização, manutenção elétrica, reformas nas celas, padronização do Júri, identidade visual e criação da Sala de Memória. A obra integra um conjunto de melhorias promovidas pela gestão para aprimorar as condições de trabalho dos servidores, magistrados e colaboradores e também o atendimento aos cidadãos.



6.12 Revitalização do Fórum da Comarca de Capixaba

O Fórum Juiz de Direito Álvaro de Brito Vianna foi reformado e entregue em outubro de 2024, pela Administração. A obra, que inclui novos espaços, teve investimentos de R\$1.036.730,50 (um milhão e trinta e seis mil setecentos e trinta reais e cinquenta centavos) provenientes de recursos de Convênio com o Governo do Estado do Acre e SEOP/AC e cerca de R\$100.000,00 (cem mil reais) de recursos próprios do PJAC. A obra busca aprimorar os serviços e proporcionar acessibilidade, acolhimento e modernidade, destacando o compromisso com uma Justiça inclusiva, humana e próxima do cidadão, reafirmando a importância de oferecer um ambiente que respeite as diferenças.



6.13 Revitalização do Fórum de Assis Brasil

Em outubro de 2024, foi entregue a obra de revitalização do Fórum da Comarca de Assis Brasil, fortalecendo a presença do Judiciário no interior do estado. O nome do fórum, aprovado pelo Pleno do tribunal, homenageia o desembargador Ciro Facundo de Almeida.

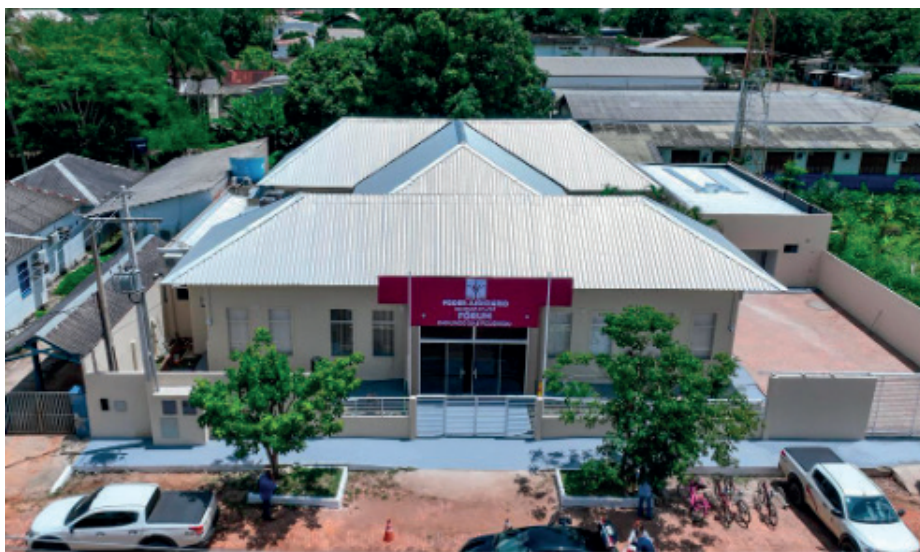
Investiu-se na obra R\$1.331.587,17 (um milhão e trezentos e trinta e um mil quinhentos e oitenta e sete reais e dezessete centavos) de recursos próprios do Poder Judiciário acreano. O objetivo é aprimorar os serviços oferecidos à população, assegurando um ambiente mais acessível e digno para o atendimento judicial.



6.14 Reforma do Fórum de Xapuri

A quarta comarca mais antiga do Acre foi revitalizada com investimentos de R\$774.009,00 (setecentos e setenta e quatro mil e nove reais) decorrentes de recursos próprios do Judiciário acreano e Convênio com o Executivo estadual.

As reformas do fórum incluíram troca de piso, telhado, portas e janelas, além da criação de espaços como salas de depoimento especial, conciliação, lúdica e de acolhimento. Também foram renovados equipamentos de informática, mobiliário e restauração de itens históricos, como os móveis e o piso do Tribunal do Júri. Um Espaço de Memória foi criado para preservar a história local, unindo modernidade e valorização do patrimônio histórico.



A reforma do Fórum de Xapuri simboliza um marco de modernização e de respeito à população local, reforçando o compromisso do Poder Judiciário do Acre com a excelência no atendimento e na prestação jurisdicional.



Durante a solenidade, os servidores da Comarca de Xapuri foram agraciados com o certificado do Selo Ouro, conquistado em 2024 pelo Judiciário acreano, entregue pela presidente e pelo corregedor-geral.

6.15 Reforma do Prédio da Comarca de Plácido de Castro

O Fórum da Comarca de Plácido de Castro, Desembargador José Lourenço Furtado Portugal, passou por melhorias, incluindo troca de janelas e portas, pintura interna e externa, troca de piso e reparos hidráulicos. As intervenções visam oferecer um ambiente mais confortável para os servidores e a população, com um investimento de R\$1.146.856,73 (um milhão cento e quarenta e seis mil e oitocentos e cinquenta e seis reais e setenta e três centavos), de recursos próprios aplicados em sua reforma.



6.16 Instalação da Sala do Júri de Rodrigues Alves

O Fórum Waldenor Jardim Alves Ferreira, da Comarca de Rodrigues Alves, passou por reforma e, no dia 07 de fevereiro de 2025, foi entregue oficialmente à população o novo Salão do Júri e a Galeria de Juízes, o investimento foi de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por meio de recursos próprios do TJAC. A inauguração representa um avanço significativo para a Justiça local, ao oferecer um espaço moderno e adequado para a realização dos julgamentos.

O novo Salão do Júri proporciona um ambiente estruturado que garante mais conforto e acessibilidade para juízes, advogados, promotores, jurados e para a população em geral, refletindo um compromisso com a melhoria das condições de trabalho e do atendimento jurisdicional.



Sob a liderança da presidente do TJAC, a política de valorização dos servidores e de atenção aos usuários tem sido consolidada. Essas reformas simbolizam o compromisso do Judiciário acreano com uma Justiça acessível, eficiente e humanizada. O espaço renovado é um marco de respeito e dignidade para todos que buscam a Justiça na Comarca de Rodrigues Alves.

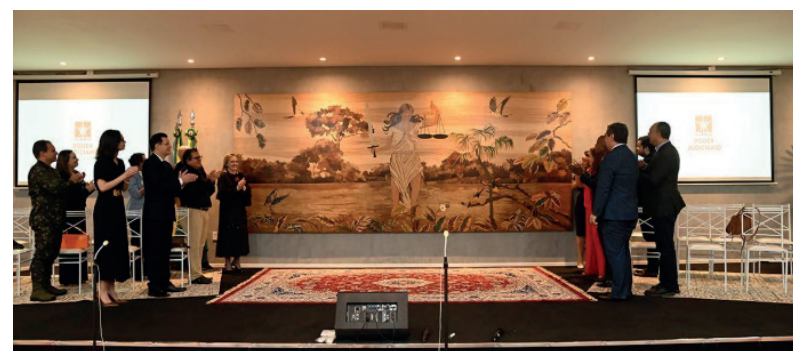
6.17 Revitalização do Fórum da Comarca do Bujari

O Fórum Desembargador Paulo Itamar Teixeira, no município de Bujari, foi revitalizado. A reforma no valor de R\$822.186,00 (oitocentos e vinte e dois mil e cento e oitenta e seis reais) inclui novos ambientes, equipamentos modernos e espaços acessíveis para pessoas com deficiência, promovendo maior eficiência no atendimento e facilitando o acesso aos serviços jurisdicionais no município.



6.18 Revitalização do Auditório da Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul

Com investimentos no montante de R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), foi revitalizado o auditório na Cidade da Justiça de Cruzeiro do Sul proporcionou um espaço moderno, acessível e funcional para magistrados, servidores, colaboradores e cidadãos. O local foi transformado com piso escalonado, 124 poltronas inclusivas e áreas para cadeiras, além de novas instalações de áudio e vídeo. A obra também recebeu a marchetaria "A deusa da Justiça nascendo das águas do Juruá", do artista Maqueson Pereira. Durante a cerimônia de entrega, a presidente do TJAC, desembargadora Regina Ferrari, destacou que o espaço simboliza o compromisso com a justiça e a promoção da paz social.



6.19 Valorização da história: Reforma do Museu de Cruzeiro

Além da reforma do Palácio da Justiça em Rio Branco, em Cruzeiro do Sul o museu foi reformado com serviços que incluem a recuperação das salas, manutenção preventiva da acessibilidade, da cobertura e da rede elétrica. Este investimento tem como objetivo humanizar o espaço e oferecer segurança. Foram investidos R\$230.000,00 (duzentos e trinta mil reais).



6.20 Instalação do Centro de Justiça e Cidadania em Porto Walter

O município de Porto Walter foi o primeiro a receber, em 2023, a instalação do Centro de Justiça e Cidadania (CEJUC), com investimento de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), uma iniciativa do Judiciário acreano em parceria com outras instituições do sistema de Justiça. A inauguração marcou um importante avanço no atendimento à população local e consolidou uma proposta para as cidades sem comarcas instaladas.

O Cejuc foi instalado no espaço que já abrigava o Judiciário acreano, sendo ampliado para contar com serviços permanentes de instituições como o Ministério Público do Acre (MPAC), a Defensoria Pública (DPE), o Tribunal Regional Eleitoral (TRE) e o Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-14). Essa integração reflete uma estratégia inovadora com a metodologia semelhante ao Ponto de Inclusão Digital (PIDJus), assegurando à população o acesso a serviços digitais de forma ágil e eficiente.

A iniciativa foi viabilizada com total apoio do município de Porto Walter, consolidando uma parceria institucional que garante benefícios diretos à população.

6.21 Novas Instalações para o Centro de Justiça e Cidadania do Município do Jordão

Como parte da programação de aniversário do município do de Jordão, o TJAC entregou em abril de 2024 novas instalações para atendimentos do Centro de Justiça e Cidadania (Cejud) para promoção do atendimento e inclusão digital na cidade. O investimento foi de R\$45.000,00 (quarenta e cinco mil reais).

A entrega do Cejud com o PIDjus significa atenção diária para os jordãoenses, pois o município não possui a quantidade de pessoas para ter Comarca instalada.

A partir de agora, as pessoas poderão conversar com magistrados(as) por videochamada e ter acesso aos serviços das instituições parceiras no PIDjus: Tribunal Regional Eleitoral (TRE/AC), Defensoria Pública (DPE/AC), Ministério Público (MPAC) e Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT 14).



A desembargadora Regina Ferrari falou sobre a aproximação do Judiciário com as pessoas e enfatizou que ninguém mais precisaria esperar a vinda de magistrados, promotores ou defensores para ser atendido.

6.22 Revitalização do prédio de Marechal Thaumaturgo e instalação do CEJUC

A revitalização proporcionou melhores condições de trabalho para servidores e magistrados, além de um acolhimento mais digno à população local. O Poder Judiciário avançou na oferta de serviços digitais, conectando os cidadãos de Marechal Thaumaturgo aos sistemas de Justiça e às instituições parceiras, como MPAC, DPE-AC, TRT14 e TRE-AC. Esse espaço reforça a presença do Poder Judiciário na região. O custo total foi de R\$170.753,00 (cento e setenta mil, setecentos e cinquenta e três reais).



6.23 Entrega do CEJUC de Santa Rosa do Purus

Em Santa Rosa do Purus, um dos municípios mais isolados do estado, o Poder Judiciário acreano entregou novas instalações para funcionamento do Centro de Justiça e Cidadania (CEJUC) com obra de adaptação no valor de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Durante a cerimônia de abertura, a presidente do PJAC, desembargadora Regina Ferrari, ressaltou que o projeto busca garantir instalações dignas à população, promovendo a justiça com eficiência e humanidade.



Além disso, para viabilizar a construção de prédio próprio dedicado ao Centro de Justiça e Cidadania, o Município de Santa Rosa do Purus efetuou a doação de terreno ao Tribunal de Justiça do Estado do Acre, cujo projeto já está elaborado.

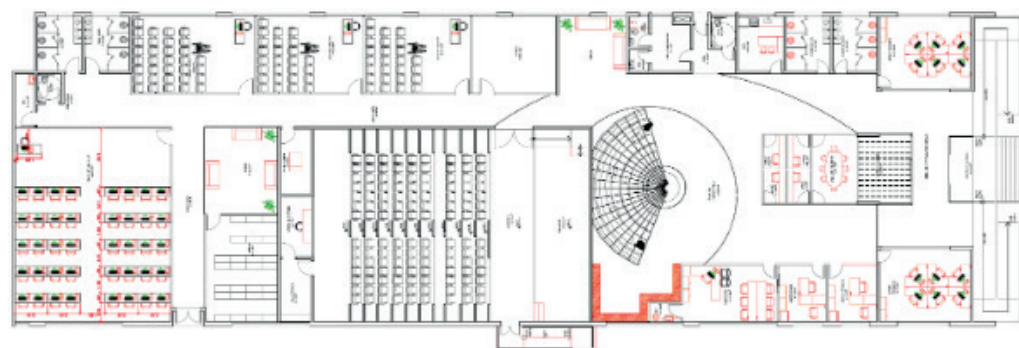
A Associação dos Magistrados do Acre - ASMAC recebeu uma sala no prédio do Fórum Criminal em Rio Branco, que será a nova sede administrativa da organização.

A entidade já tinha um espaço que era localizado no Fórum Barão do Rio Branco, no Centro. Mas, com a unificação de todo o 1º grau do Judiciário na Cidade da Justiça, a Asmac ganhou um novo espaço mais amplo e confortável.



6.25 Reforma da Escola do Poder Judiciário - ESJUD

A Escola do Poder Judiciário (ESJUD) passou por um processo de reforma e ampliação, abrangendo uma área de 1.227 m², com investimento em obras superior a R\$2.300.000,00 (dois milhões e trezentos mil reais). Além da modernização, o projeto inclui a reestruturação do mobiliário para aprimorar a funcionalidade dos espaços.



A iniciativa tem como objetivo fortalecer as atividades formativas e de capacitação, proporcionando um ambiente moderno e adequado para o aperfeiçoamento contínuo de magistrados, servidores e demais profissionais do Judiciário.



6.26 Instalação de Auditório na Cidade da Justiça

Instalação de auditório na Cidade da Justiça, projetado para sediar eventos institucionais, capacitações, palestras e outras atividades voltadas ao aprimoramento dos serviços judiciais.



O novo espaço será acessível e funcional, garantindo mais conforto para encontros e formações. A iniciativa facilitará a execução de ações institucionais, criando um ambiente adequado para o diálogo e a troca de conhecimentos.

6.27 Obras em andamento

Construção da Nova Sede para o Fórum Cível da Comarca de Rio Branco

A construção do 3º prédio da Cidade da Justiça da Comarca de Rio Branco, destinado à instalação do Fórum Cível, foi planejada e contratada para garantir maior eficiência na gestão, aprimorar as condições de trabalho dos servidores e magistrados, e oferecer um atendimento de qualidade ao público.

O investimento previsto é de R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais). O projeto segue o padrão arquitetônico da Cidade da Justiça, assegurando acessibilidade, infraestrutura moderna e espaços funcionais para melhor atender às demandas judiciais e institucionais.

Comarca de Manoel Urbano

A Comarca de Manoel Urbano passa por um processo de reforma que visa modernizar sua estrutura física, com o valor de investimento de R\$693.000,00 (seiscentos e noventa e três mil reais) ampliando os espaços e aprimorando os serviços prestados à população. O investimento também busca proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores, garantindo um ambiente mais funcional.

Reforma do Prédio da Comarca de Acrelândia

Foi dada a ordem de serviço para reforma e ampliação da Comarca de Acrelândia, com o valor do investimento estimado em R\$1.673.000,00, com o objetivo de aprimorar a estrutura física e garantir um atendimento de maior qualidade à população.

Projeto da Nova Sede do Poder Judiciário em Santa Rosa do Purus

Em 2024, o PJAC recebeu a doação de um terreno do município de Santa Rosa do Purus, para construção da futura sede do Poder Judiciário, na localidade.

A iniciativa fortalece as relações institucionais e contribui para a sustentabilidade e a melhoria do atendimento à população, ampliando a infraestrutura do Judiciário. O projeto da obra já foi concluído e a previsão é que seja executada no próximo biênio.

6.28 Prédios Públicos a Serviço da sociedade

Em janeiro de 2025, a presidente do Poder Judiciário acreano, desembargadora Regina Ferrari, oficializou a entrega do antigo prédio do Fórum Barão do Rio Branco, inaugurado em 1971, para se tornar a nova sede administrativa da Polícia Civil do Acre. A transferência simboliza o reforço da parceria entre o Judiciário e as autoridades de segurança pública.



Parceria entre o Judiciário Acreano e o Município de Brasiléia

Com o objetivo de preservar o valor histórico e social do antigo prédio situado no centro de Brasiléia, o Judiciário acreano firmou uma parceria com a administração municipal para a cessão temporária do imóvel. Essa iniciativa busca garantir que o edifício continue desempenhando um papel relevante na prestação de serviços à comunidade.

Essa cooperação reflete não apenas a valorização do patrimônio histórico e social, mas também a busca por soluções práticas que promovam a sustentabilidade.

6.29 Energia e climatização

TJAC Investe em Energia Limpa e Sustentabilidade

O Poder Judiciário acreano deu um passo importante na direção da sustentabilidade ao implementar sistemas fotovoltaicos em duas novas usinas de energia limpa. Em Cruzeiro do Sul, a usina tornou a Cidade da Justiça autossustentável na geração de energia, enquanto em Rio Branco o sistema integrou a sustentabilidade à rotina administrativa e à infraestrutura institucional.

Com capacidade de geração superior a 400W, o projeto atende parte significativa da demanda energética do Judiciário acreano, alinhando-se ao Plano de Logística Sustentável (PLS) e refletindo o compromisso com a eficiência energética e a preservação ambiental.

O Poder Judiciário instalou 190 equipamentos de climatização na capital e no interior, priorizando motores com tecnologia de menor consumo energético. Com um investimento de 1 milhão, essa iniciativa reduzirá os custos de manutenção e contribuirá para a sustentabilidade, promovendo eficiência e responsabilidade ambiental.



Gerador de Energia e Aquisição de Nobreaks

O antigo gerador de energia foi substituído por um modelo mais eficiente e ambientalmente amigável, reduzindo a emissão de poluentes. Além disso, adquiriu-se nobreaks para garantir a continuidade dos serviços, mitigando riscos e assegurando maior segurança e estabilidade energética para a instituição.

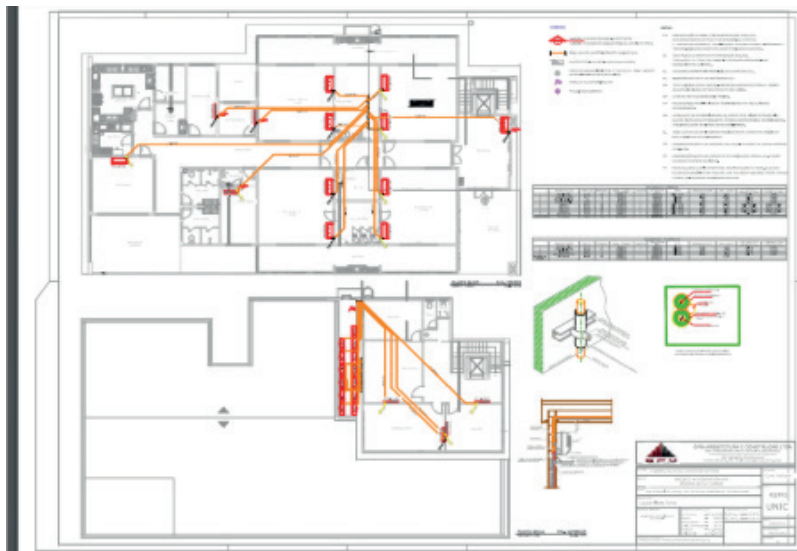


Melhoria do Sistema de Energia

Foram implementadas melhorias no sistema de manutenção de aparelhos de ar-condicionado, garantindo maior eficiência operacional. Além disso, substituiu equipamentos antigos por modelos ecologicamente mais sustentáveis, reduzindo o consumo energético e o impacto ambiental.

Valores investidos:

- Fórum Criminal: R\$ 306.402,07 (equipamentos e instalação).
- Juizados Especiais Cíveis: R\$ 420.120,00 (equipamentos e instalação).
- Grupo Gerador da Sede: R\$ 56.705,80.



6.30 Novos Veículos para Aprimoramento dos Serviços de Transporte e Deslocamento

Com o objetivo de aprimorar as condições de trabalho, transporte de materiais e facilitar o deslocamento de servidores e magistrados, o PJAC adquiriu **04 novos veículos para as diversas unidades do Judiciário acreano, sendo 1 (uma) caminhonete, 2 (dois) caminhões para transporte de materiais e 1 (uma) Van com capacidade de transporte de 20 pessoas, totalizando o investimento de R\$1.395.000,00 (um milhão, trezentos e noventa e cinco mil reais).**

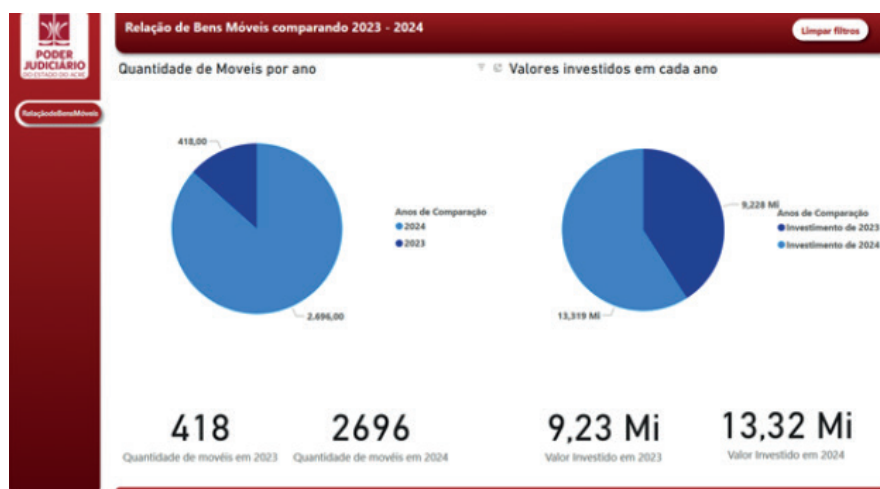
Essa iniciativa busca oferecer maior eficiência operacional e suporte logístico, beneficiando tanto os profissionais quanto o atendimento à população nas comarcas atendidas.



6.31 Aquisição de Móveis e Equipamentos

Durante o biênio 2023-2025, o Poder Judiciário do Acre realizou investimentos consideráveis em bens móveis e equipamentos tecnológicos para a instituição. A aquisição desses bens teve como objetivo melhorar a saúde física, as condições de trabalho com a estruturação dos espaços, proporcionando um atendimento mais eficiente e acolhedor.

Frisa-se a aquisição de bebedouros e purificadores para instalação nas unidades do PJAC, com o objetivo de aprimorar a estrutura física, beneficiar os servidores e promover qualidade de vida. A iniciativa também contribui para a sustentabilidade, reduzindo a emissão de substâncias poluentes.



6.32 Ambientes Humanizados

A Administração do PJAC implementou iniciativas para criação de espaços de convivência mais aconchegantes e acolhedores. Como parte desse cuidado, foram realizadas exposições de arte e inserção de plantas ornamentais, proporcionando um ambiente mais agradável.



A humanização é uma prioridade aplicada a todos os espaços, reforçando o bem-estar de servidores, magistrados, colaboradores e jurisdicionados. O conceito vai além dos espaços físicos, abrangendo também a qualidade do atendimento.

História, cultura e arte

Ressalta-se que os ambientes têm recebido valorização da história local e do Judiciário. Obras de arte enriquecem esses espaços, promovendo bem-estar, cultura e conhecimento.

A preservação da memória e a integração do patrimônio histórico refletem o compromisso com a identidade e os valores institucionais. Dessa forma, os espaços tornam-se mais inspiradores para servidores e visitantes.



Assis Brasil



Plácido de Castro



Xapuri



Epitaciolândia



Senador Guiomard



Bujari



Brasília



Fórum Criminal



Sena Madureira

Entrega do Fórum Barão do Rio Branco para a Polícia Civil do Acre

Nos espaços de atendimento, o Poder Judiciário criou ambientes pedagógicos e lúdicos para as crianças, garantindo conforto e segurança. Esses espaços permitem que os pequenos se envolvam em atividades recreativas enquanto seus pais ou responsáveis recebem atendimento.



A iniciativa reforça a humanização dos serviços e o bem-estar das famílias. Dessa forma, o Judiciário abriga a todos e todas de forma sensível às necessidades da comunidade.

6.33 Políticas Ambientais

Jardins da Justiça

A política de jardinagem foi implementada em todas as unidades do PJAC, com serviços executados de forma permanente, incluindo roçagem, fornecimento de materiais e equipamentos, mão de obra especializada e destinação adequada dos resíduos.

Essas iniciativas visam cumprir a manutenção das áreas verdes devidamente conservadas e se integram à qualidade de vida e à sustentabilidade.



Atuação Socioambiental

Durante o biênio o Poder Judiciário acreano fortaleceu e atualizou o Plano de Logística Sustentável (PLS/TJAC), com o objetivo de promover a sustentabilidade ambiental, econômica e social em suas atividades.

Aprovado pela Portaria n.º 2042/2021, o plano inclui uma série de ações e atividades para conscientizar e mobilizar todos os envolvidos no âmbito do PJAC, especialmente o corpo funcional.

Entre as atividades realizadas, destacam-se:

- Promoção da sustentabilidade ambiental, econômica e social nas unidades judiciárias;
- Descarte adequado dos resíduos de bens de consumo e compostagem de resíduos orgânicos;
- Conscientização e mobilização para o consumo consciente e racional de recursos, como água, energia e materiais, e a eliminação do desperdício;
- Difusão de boas práticas de sustentabilidade e a adoção de hábitos que visam à preservação ambiental;
- Redução do uso de copos plásticos descartáveis, com incentivo ao uso de canecas e garrafas de uso próprio e permanente;
- Promoção de um consumo consciente de água e energia elétrica, disseminando boas práticas entre servidores e colaboradores;
- Redução substancial do consumo de papel, buscando alternativas sustentáveis;
- Revisão e aprimoramento dos processos de compras e contratações, para assegurar que as aquisições sigam critérios de sustentabilidade ambiental;
- Incentivo a critérios de sustentabilidade nos projetos de construções e reformas;
- Promoção da qualidade de vida no ambiente de trabalho, com foco no bem-estar dos servidores;
- Ampliação das parcerias institucionais responsáveis pela implementação de práticas de sustentabilidade, racionalização e qualidade no uso dos recursos e serviços.



Essas ações refletem o compromisso do Poder Judiciário acreano com a sustentabilidade e a responsabilidade social, alinhadas com as diretrizes ambientais e a preservação dos recursos para as futuras gerações, como destaca a **Agenda 2030**.

Descarbonização: integrando presente e futuro



O Poder Judiciário acreano assumiu o compromisso de descarbonização, com a meta de zerar as emissões de carbono até 2030, conforme a Resolução n.º 594/2024 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A estratégia para alcançar essa meta inclui um plano de descarbonização com três etapas principais: a elaboração de um inventário de emissões de gases de efeito estufa (GEE), a implementação de medidas para reduzir essas emissões e a compensação das emissões que não podem ser reduzidas.

Para orientar esse processo, o PJAC contratou uma consultoria especializada, ainda em dezembro de 2024, com o objetivo de adotar as melhores práticas e metodologias de descarbonização. A iniciativa está alinhada com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 13 da Agenda 2030 da ONU, que visa combater as mudanças climáticas.

O Núcleo Socioambiental Permanente (Nusap), coordenado pela desembargadora Waldirene Cordeiro, será responsável por acompanhar a execução do plano. A presidente do PJAC, desembargadora Regina Ferrari, assumiu o compromisso ambiental, destacando a obrigação de promover um ambiente saudável, em consonância com a proteção constitucional ao meio ambiente e o desenvolvimento sustentável.

A atuação do Nusap será essencial para garantir que as ações ambientais sejam concretas e responsáveis.



Leilão de Veículos como Política de Sustentabilidade

Como parte da política de gestão sustentável dos recursos públicos, foi realizado um estudo para o gerenciamento da frota de veículos do Poder Judiciário. A iniciativa resultou no leilão de 19 veículos classificados como inservíveis. Todos os veículos foram arrematados na modalidade de “maior lance ou oferta por lote”, gerando um retorno financeiro de R\$622.937,35 (seiscentos e vinte e dois mil, novecentos e trinta e sete reais e trinta e cinco centavos) aos cofres públicos.

Além do aspecto financeiro, a ação reforça o compromisso com a sustentabilidade ao viabilizar a destinação responsável de veículos que não mais atendiam às demandas operacionais. A redistribuição de veículos remanescentes também foi realizada, atendendo às necessidades específicas de diversas comarcas, promovendo maior equilíbrio e aproveitamento dos recursos existentes.

6.34 Aprimoramento da Segurança Institucional

A gestão do Poder Judiciário acreano, durante o biênio implementou uma série de ações destinadas ao fortalecimento da segurança institucional.

Entre as medidas adotadas estão a aquisição de novos equipamentos de segurança, a realização de treinamentos especializados e a padronização do fardamento dos agentes de polícia judiciária.



Destaca-se os investimentos em instalações de equipamentos eletrônicos para monitoramento remoto e em tempo real das comarcas, reforçando a segurança de servidores, magistrados, jurisdicionados e advogados, além de proteger as estruturas prediais.

As comarcas já atendidas com o monitoramento remoto incluem Brasília, Xapuri, Capixaba, Rio Branco (Sede e Cidade da Justiça) e Plácido de Castro. Já as comarcas de Assis Brasil e Bujari estão em fase de implantação do sistema de monitoramento remoto.

O investimento total está estimado em R\$195.096,94 (cento e noventa e cinco mil, noventa e seis reais e noventa e quatro centavos), incluindo manutenção preventiva, orçada em R\$32.000,00 (trinta e dois mil).

Além disso, foram firmados diversos termos de cooperação com diferentes instituições de segurança, ampliando a integração e a eficiência das operações de proteção ao ambiente judiciário.

Desempenho da Patrulha Judiciária



Fonte: ASMIL/TJAC

Manutenção no sistema de Circuito Fechado de Televisão do Tribunal de Justiça do Acre (CFTV) das Comarcas da capital e do interior

Totalizam-se 165 serviços realizados, sendo 121 somente em Rio Branco, que são executados pela equipe de manutenção de câmeras e alarmes de segurança, contabilizando mais de 475 horas de serviços prestados.

Reforço na Segurança dos Prédios do Poder Judiciário Acreano

Serviços Realizados em Rio Branco



Com o objetivo de aumentar a segurança dos prédios do Poder Judiciário do Acre e garantir a proteção de magistrados, servidores, colaboradores e usuários do sistema de justiça, foram contratados serviços de vigilância privada, por meio do Contrato nº 173/2023.

Os profissionais atuarão em turnos diurnos e noturnos nas Comarcas de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, garantindo um ambiente mais seguro e adequado ao funcionamento da prestação jurisdicional.

7. Inovação e tecnologia

As ações estratégicas na área de Tecnologia da Informação contribuíram para a modernização da infraestrutura tecnológica e a transformação digital do Poder Judiciário acreano.

Com foco na melhoria dos serviços e na otimização de recursos, as iniciativas atendem às demandas do Judiciário, garantindo a segurança, a eficiência e a integridade dos sistemas e dados.

A equipe de TI se destacou pela implementação de soluções inovadoras e pela priorização da modernização e capacitação, fundamentais para o avanço tecnológico da instituição.

7.1 Percorso evolutivo da TI

Para estruturar as ações da Tecnologia da Informação, a DITEC se pautou em:

Auxiliar na Tomada de Decisões Estratégicas

Propiciando informações para tomadas de decisões quanto às metas de planejamento e investimentos em TI.

Estabelecer um Padrão de Comparação (Benchmarking)

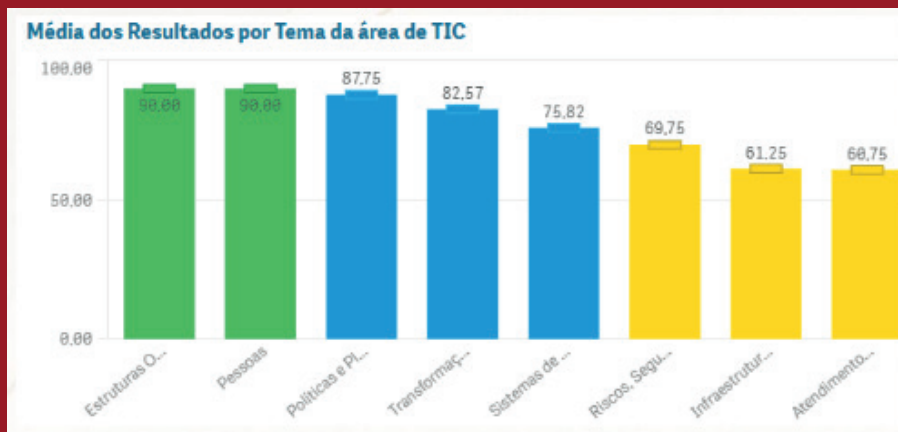
Aplicou estudos analíticos do iGovTIC-JUD para avaliar a evolução frente a outros tribunais, visando a melhorias contínuas.

Fortalecer a Transparência e Prestação de Contas

O monitoramento da governança para aprimorar a gestão de TI.

Monitoramento da Maturidade em TI com o iGovTIC-JUD. Índice de Governança, Gestão e Infraestrutura de tecnologia da informação do Poder Judiciário (2023-2024)

No ano de 2023, a média de resultados distribuída por temas da Área de TIC apresentou as seguintes notas:



Fonte: DITEC/TJAC

Aplicou estudos analíticos do iGovTIC-JUD para avaliar a evolução frente a outros tribunais, visando a melhorias contínuas.

TEMA	NOTA
Estrutura organizacionais e macros processos	90,0
Sistemas de informações	75,82
Transformação digital	82,57
Infraestrutura tecnológica e serviços em nuvem	61,25
Riscos e segurança da informação e proteção de dados	47,0
Políticas e planejamento	87,75
Pessoas	90,0
Atendimento e suporte a usuário	60,75

Fonte: DITEC/TJAC

Quanto ao ano de 2024, a média de resultados distribuída por temas da Área de TIC apresentou as seguintes notas:

TEMA	NOTA
Atendimento e suporte ao usuário	90,0
Pessoas	90,0
Sistemas de informações	90,0
Políticas e planejamento	87,75
Transformação digital	85,95
Estrutura organizacionais e macros processos	85,50
Riscos e segurança da informação e proteção de dados	83,25
Infraestrutura tecnológica e serviços em nuvem nota	74,10

Fonte: DITEC/TJAC

Efetivou-se em 2023-2024 o processo de análise em áreas críticas, como planejamento estratégico de TI, gestão de riscos, segurança, infraestrutura e inovação, estruturando a evolução da maturidade tecnológica do PJAC.

7.2 Evolução em Maturidade de TI

Com base no iGovTIC-JUD, o Índice de Governança e Gestão de TI do Poder Judiciário, desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pode ser estruturado para monitorar a evolução da maturidade de TI. Esse índice permite avaliar a capacidade do Judiciário acriano em áreas críticas, como planejamento estratégico de TI, gestão de riscos e segurança, infraestrutura e inovação.

Dentro do biênio 2023-2024, a tecnologia do Judiciário teve dois avanços significativos que mudaram a posição “satisfatória” para aprimorada em 2023 e, na sequência, em 2024, de aprimorada para “excelência” em maturidade de TI, destacando um movimento estratégico focado em resultados.

Ano	Classificação Justiça Estadual	Nível de Maturidade	Nota do Órgão	Legislação Vigente
2024	6	Excelência	95,82	Res. 370/2021
2023	17	Aprimorada	85,74	Res. 370/2021
2022	25	Satisfatório	53,99	Res. 370/2021

Fonte:DITEC/TJAC

Essa evolução reflete o comprometimento com práticas de governança, capacitação de equipes e transformação digital, resultando em avanços nas áreas avaliadas.

O progresso do índice de maturidade do TIC demonstra o esforço do PJAC para alcançar níveis de excelência.

Dimensão	2023	2024	Variação 2023-2024
Estrutura Organizacional e Macroprocessos	90,0	85,50	4,50
Sistemas de Informações	75,82	90,0	+14,18
Transformação Digital	82,57	85,95	+3,38
Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem	61,25	74,10	+12,85
Riscos e Segurança da Informação e Proteção de Dados	69,75	83,25	+13,5
Políticas e Planejamento	87,75	87,75	-
Pessoas	90,0	90,0	-
Atendimento e Suporte ao Usuário	60,75	90,0	+29,25

Fonte:DITEC/TJAC

A análise da evolução em dois anos permitiu:

- Identificar avanços em infraestrutura, segurança e inovação;
- Avaliar a maturidade dos resultados e dos investimentos;
- Detectar áreas de fragilidade e ajustar metas e prioridades.

Atendimento e Suporte ao Usuário

A área de Atendimento e Suporte ao Usuário teve uma evolução notável, com um aumento de 84 pontos ao longo de três anos.

Esta melhoria indica um foco na capacitação da equipe de suporte e na qualidade dos serviços, resultando em um serviço eficiente e eficaz para os usuários.

Pessoas e Tecnologia

Registra-se um crescimento significativo em 2023 de 62 pontos na política de capacitação e desenvolvimento de recursos humanos de TI. Consequência do investimento na capacitação de pessoal.

Sistemas de Informações

A pontuação obtida no setor de Sistemas de Informações teve um crescimento em 2024, comparado com o de 2023, de 14,18 pontos. Reflexo do investimento na área na política de gestão de dados, trabalho técnico e coerente ao Planejamento.

Políticas e Planejamento de TIC

A Política e Planejamento de TIC apresentaram um aumento expressivo em 2023, subindo 45,75 pontos, indicando um foco significativo na estruturação e implementação de estratégias, o que se consolidou em 2024, refletindo um progresso notável na governança e no planejamento estratégico.

Transformação Digital

A área de Transformação Digital obteve 20,95 pontos de 2022 a 2024, refletindo esforços contínuos na modernização de processos e na adoção de tecnologias inovadoras.

Estrutura Organizacional e Macroprocessos

A estrutura organizacional apresentou uma diminuição de 90 para 85,50 entre os anos de 2023 e 2024. A redução média é natural e indica a necessidade de revisar no futuro processos e práticas para garantir efetividade.

Riscos, Segurança da Informação e Proteção de Dados

A área de Riscos e Segurança da Informação apresentou uma melhoria significativa, com um aumento de 13,50 pontos de 2023 a 2024. Esse crescimento indica tendência crescente em práticas de segurança, proteção de dados e mitigação de riscos.

Infraestrutura Tecnológica e Serviços em Nuvem

A infraestrutura tecnológica e serviços em nuvem mostraram uma melhoria desde 2022, com um aumento total de 21,35 pontos de 2022 a 2024, refletindo um foco em modernização e adequação tecnológica.

7.3 IGovTIC-JUD

Melhorias Significativas: A evolução nas áreas de Atendimento e Suporte ao Usuário (+84), Pessoas (+62) e Riscos e Segurança da Informação (+36,25) é notável.

- **Desafios:** A Estrutura Organizacional e Macroprocessos requer atenção dada a redução da pontuação para 85,50 em 2024 o que indica desafios em manter a eficiência dos processos à medida que o ambiente e as demandas tecnológicas evoluem.

7.5 Projetos Prioritários de TIC

A constante evolução tecnológica tem mudado a forma como as instituições públicas operam, e o PJAC não é uma exceção. A implantação de novos sistemas e ferramentas na área de tecnologia é essencial para modernizar os processos judiciais e administrativos, promover maior eficiência e garantir que os serviços prestados à sociedade sejam cada vez mais ágeis e acessíveis.

No contexto do Judiciário acreano, sistemas como o EPROC, em substituição ao SAJ, representam avanços inovadores. Essas ferramentas não apenas otimizam o fluxo de trabalho, mas também fortalecem a segurança e a integridade dos dados, aspectos fundamentais para garantir a confiança pública no Poder Judiciário.

Além disso, a adoção de tecnologias modernas possibilita maior integração entre os diferentes órgãos e equipes, promovendo a padronização e a simplificação dos processos.

A gestão 2023 – 2025 priorizou investimentos na área de tecnologia, recursos humanos e materiais, alinhando-se às melhores práticas e diretrizes nacionais. Essa postura reforça a imagem de uma instituição comprometida com a inovação e com a prestação jurisdicional.

7.5.1 Sistema EPROC

Em novembro de 2023, o Poder Judiciário acreano instituiu um Grupo Estratégico para coordenar a transição do sistema SAJ (Sistema de Automação da Justiça) para o EPROC, sistema de automação de processos desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4).

A nova ferramenta tem o objetivo de agilizar as movimentações processuais e modernizar a Justiça, promovendo maior eficiência, integração e transparência, tanto na Primeira quanto na Segunda Instância do Poder Judiciário.

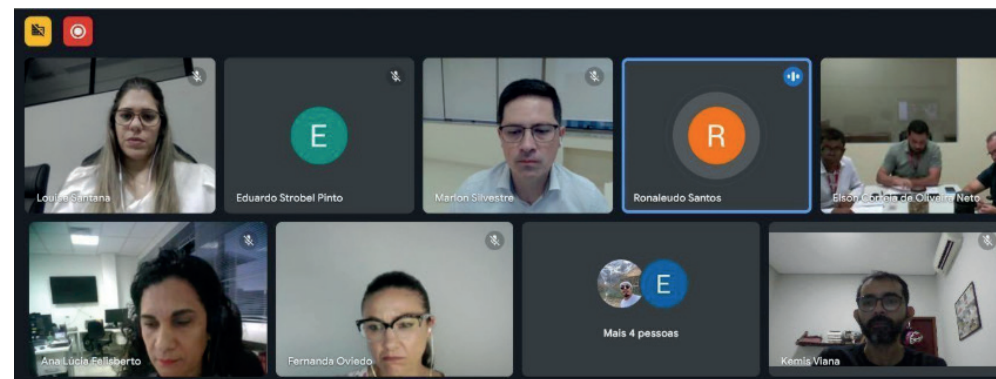


Figura 6 – Reunião do eproc com equipe de TJSC

O sistema foi instalado e diversas atividades de implantação foram realizadas, envolvendo áreas de negócio, órgãos jurisdicionados e equipes de TI.

Cronograma geral de atividades do eproc

Assunto / Atividade	2024												2025		
	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez	jan-fev
Criação do Grupo Estratégico (GE)															
Aprovação do Plano de Transição															
Disponibilização da infraestrutura de TIC															
Implementação do Ambiente															
Desenvolvimento (Pré-prova) (TQ)															
Assento de Cooperação Técnica com o TJPA															
Discussão de viabilidade e necessidade de contratação de equipe para a implantação															
Elaboração de documentação e revisão do Plano de Ação															
Solicitação de abertura de vaga para perfil técnico para apoiar a implantação															
Elaboração de plano de contratação															
Proposta de criação do grupo de análise de negócios															
Aprovação do projeto inicial de implantação de sistema de Sistema de Justiça do Acre															
Monitoria direta de negócio nos processos para testes e gestão de unidades e competências															
Criação do TJUSC (Pólo de Justiça de Negócios)															
Mapeamento de competências, classes e assuntos, criação de unidades e habilitação de competências															
Troca de experiências com TJTO															
Primeiro reunião de trabalho com o grupo interinstitucional, marcando o início oficial da implantação do eproc no TJAC															

Em 27 de janeiro de 2025 mais um passo importante foi dado com a oficialização da implantação do sistema processual eletrônico EPROC na fase de teste na unidade Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC).

A fase de testes iniciada no CEJUSC marca o início da expansão do sistema para outras unidades judiciais. A implementação será gradual, permitindo ajustes para garantir segurança e eficiência. Assim, a modernização do Judiciário acreano avança.

A presidente do TJAC, desembargadora Regina Ferrari, reforçou as etapas de implantação do EPROC, destacando que, desde o início do processo, cada passo foi dado com diálogo, planejamento e total transparência.



O presidente do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGEST) e presidente eleito do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) para o biênio 2025-2027, desembargador Laudivon Nogueira, considerou o momento um marco para a transformação digital.



A adoção do EPROC agilizará as movimentações processuais e a gestão dos processos judiciais e promoverá maior eficiência, integração e transparência. Além disso, a implantação do sistema reduzirá custos operacionais, princípio da sustentabilidade, além de responder aos interesses dos jurisdicionados.

7.5.2 SEAP - Sistema de Automação Eletrônico do Processamento de Precatórios

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC) definiu as estratégias de desenvolvimento e implantação do Sistema de Automação Eletrônico do Processamento de Precatórios (SEAP), regulamentado pela Portaria nº 3513/2024, em substituição ao antigo sistema Sapre.

O sistema é resultado do trabalho de colaboradores, analistas e técnicos de TI do Poder Judiciário acreano.

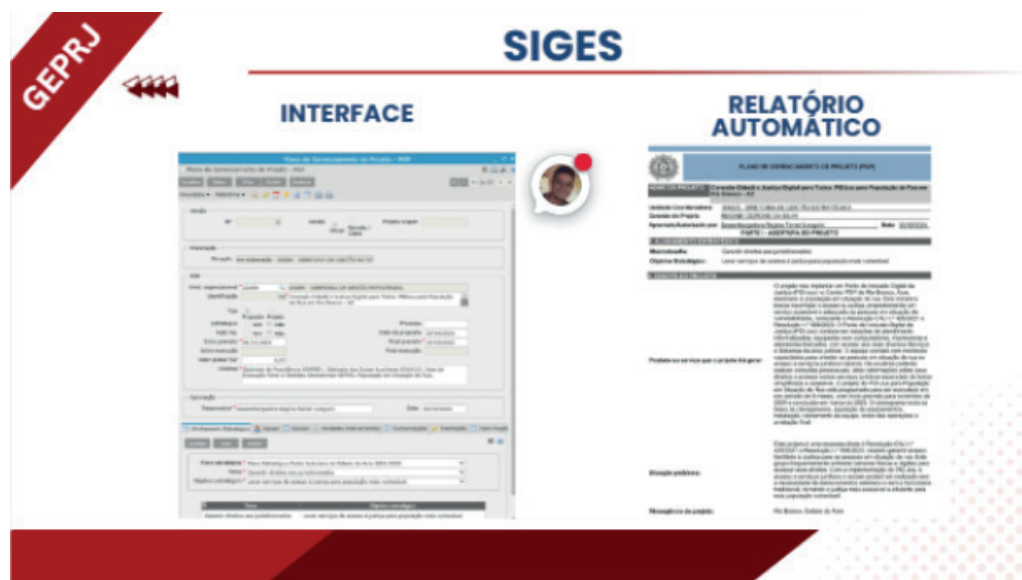


7.5.3 Sistema de Gestão Estratégica e Gerenciamento de Projetos - SIGES

O Poder Judiciário comprometido com a modernização e eficiência, implantou o Sistema de Gestão Estratégica e Gerenciamento de Projetos.

A iniciativa é fruto do trabalho conjunto entre a Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC) e a Diretoria de Planejamento Estratégico (DIGES), que uniram esforços para oferecer uma ferramenta essencial para o gerenciamento eficaz de projetos e o acompanhamento de iniciativas estratégicas.

O sistema de gestão estratégica e projetos pode incluir planejamento estratégico, gestão de projetos, monitoramento de resultados, definição de metas e objetivos e sistematização de planos de ação.



7.5.4 SISBAJUD - Planejamento e Automação

A automação transformou profundamente a gestão de processos judiciais, trazendo agilidade e precisão ao cumprimento de decisões.

Nesse contexto, o **Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (SISBAJUD)** destaca-se como uma ferramenta essencial para melhorar a penhora on-line e a busca de ativos financeiros, garantindo maior eficiência e transparência.

A evolução contínua do SISBAJUD, aliada à automação, consolida um modelo de gestão mais eficiente e alinhado às demandas de uma gestão cada vez mais digital.

7.5.5 RPA - Robotic Process Automation (Automação de Processos)

Atividades desenvolvidas:

- Automação de Processos – RPA (Robôs) – SISBAJUD;
- Implementação do robô Bloqueio de Valor (SISBAJUD) nas unidades de Rio Branco e ajustes de competências das unidades e filas;
- Teste do robô Requisição de endereço (SISBAJUD) nas unidades de Rio Branco.

7.5.6 Implementação do CPTEC

O Poder Judiciário do Estado do Acre implantou o CPTEC (Cadastro Eletrônico de Peritos, Órgãos Técnicos, Administradores e Auxiliares da Justiça), uma plataforma digital inovadora que centraliza o cadastro e gerenciamento de profissionais que prestam serviços técnicos no âmbito judicial.

O sistema está em conformidade com a Resolução n.º 233/2016 do CNJ, permitindo o registro de peritos de diversas áreas, órgãos técnicos, administradores judiciais, intérpretes especializados, antropólogos e outros profissionais auxiliares da justiça, além de especialistas em recuperação judicial e falência.

O CPTEC oferece agilidade operacional, contribuindo diretamente para maior eficiência na tomada de decisões judiciais. Ele é um exemplo de modernização e inovação nos serviços oferecidos pelo Poder Judiciário, promovendo transparência e organização.

A Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DITEC) desempenhou papel crucial na implementação e manutenção do CPTEC, realizando as seguintes ações:

- **Credenciamento de profissionais especializados**, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução n.º 233/2016 do CNJ;
- **Atendimento a chamados técnicos via sistema Aranda**, assegurando a solução de problemas relacionados ao CPTEC;
- **Acompanhamento permanente da plataforma**, promovendo melhorias contínuas na interface e funcionalidade do sistema do sistema.



7.5.7 SPROL – Gestão de Produtividade

Em 2024, a equipe de desenvolvimento da DITEC concluiu a implementação do sistema **SPROL - Controle de Produtividade de Juízes Leigos e Conciliadores**, utilizando a metodologia ágil Scrum. Esta versão do sistema incluiu o perfil administrativo, que possibilita ao administrador inserir informações necessárias para o cálculo de produtividade, fortalecendo o gerenciamento de atividades e resultados.

O sistema foi submetido à validação dos envolvidos, junto à empresa terceirizada, com o suporte e participação ativa da **Equipe de Desenvolvimento**. A conclusão do SPROL reforça o compromisso do PJAC com a inovação tecnológica, garantindo modernização por meio de ferramentas práticas e operacionais.



7.5.8 Prova de Conceito - PoC

Inteligência Artificial Generativa

Em conformidade com a Resolução CNJ n.º 332, de 21 de agosto de 2020, que estabelece diretrizes de ética, transparência e governança no desenvolvimento e uso de Inteligência Artificial no âmbito do Judiciário, o PJAC, por meio da Portaria n.º 4637/2024, instituiu a realização de uma Prova de Conceito (POC) como etapa essencial para a escolha de uma solução de Inteligência Artificial Generativa.

Essa iniciativa busca avaliar a viabilidade, eficácia e aplicabilidade da tecnologia, assegurando que a solução selecionada atenda às necessidades específicas do Judiciário.

O processo avaliativo será fundamentado nos relatórios apresentados pelos magistrados que aderirem ao projeto, permitindo análises detalhadas e criteriosas sobre o desempenho e os benefícios da ferramenta e contribuirá para fortalecer a inovação no Poder Judiciário.

7.5.9 Jurisprudência GPT



7.5.10 Robô de requisição de endereço

O Poder Judiciário acreano conta com ferramentas automatizadas que otimizam processos internos de trabalho. Entre elas, destaca-se o robô que agiliza a identificação de inconsistências no DataJud, proporcionando maior confiabilidade nos dados utilizados para subsidiar decisões judiciais.

O robô Pesquisador de Endereços realiza buscas automatizadas nos sistemas do Poder Judiciário, simulando a atuação de um usuário no SISBAJUD. Essa ferramenta foi desenvolvida para localizar informações de maneira mais rápida e precisa.



A Inteligência Artificial generativa baseada no ChatGPT foi desenvolvida para realizar buscas e pesquisas nos julgados dos Tribunais Superiores, Federais e Estaduais, com o objetivo de incrementar a eficiência e rapidez no Poder Judiciário. Nesse sentido, a Gestão investiu na política de IA. Por meio da Escola do Poder Judiciário (ESJUD) e da Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação (DITEC), promoveu-se o Webinar “Jurisprudência GPT”. Teve como propósito aprofundar os conhecimentos de magistrados(as) e assessores(as) sobre o uso da nova ferramenta, descrita como um assistente especializado em conhecimento jurídico e aplicação da lei. A atividade complementou o workshop “IA e Justiça: Integrando o ChatGPT na Prática Judicial”.

7.5.11 Inteligência Artificial a serviço da Justiça

ADA - Analisador de Documentos

A Inteligência Artificial ADA ("Analisador de Documentos") é uma ferramenta desenvolvida com modelos de IA treinados pelo TJAC, voltada para otimizar a análise de documentos processuais. Entre suas funcionalidades, destacam-se: análise e classificação de documentos, criação de resumos, extração de dados estruturados e identificação de intenções textuais. Além disso, o ADA realiza transcrição de áudios e vídeos de audiências, permitindo a geração de resumos e o destaque automático dos pontos mais relevantes ao final de cada depoimento.

Outro diferencial do ADA é o uso de IA generativa, capaz de criar novos conteúdos, como textos, imagens, áudios e até códigos, com base em padrões extraídos de vastas bases de dados. A ferramenta está atualmente em fase de homologação.

VERA

O Vera é um sistema de automação que auxilia o saneamento de dados, adentrando ao banco da receita federal do Brasil e apontando o cpf, data de nascimento e filiação da parte para preenchimento do cadastro no sistema processual. Representou um avanço no saneamento de processos.

Com essa funcionalidade, o VERA contribui para a melhoria da qualidade das informações processuais, oferecendo maior segurança quanto aos dados. Classificado como projeto inovador, sua automatização permite associar os dados básicos da documentação das partes, propiciando condições de sanear informações.

BERNA

Trata-se da ferramenta de Inteligência Artificial Berna (Busca Eletrônica em Registros usando Linguagem Natural), desenvolvida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) e adotada pela justiça acreana.

A ferramenta foi desenvolvida para identificar e unificar, automaticamente, volumes significativos de demandas judiciais em tramitação que possuam o mesmo fato e tese jurídica na petição inicial. As fases iniciais do processo, entre a chegada da petição inicial e o primeiro despacho e/ou decisão, que em média demorava de quatro a cinco dias, com o uso da Berna passou a ser de apenas um dia. A petição inicial que chega é analisada pela Berna em no máximo quatro horas, mesmo no final de semana ou feriado, e, na maioria das vezes, a petição é analisada em minutos.

Colibri

Foi implantado o sistema Colibri, que foi desenvolvido para calcular a produtividade de conciliadores, analistas judiciários e técnicos judiciários, garantindo conformidade com os critérios estabelecidos pela Resolução n.º 92/2024 do PJAC. A ferramenta busca aprimorar o acompanhamento do desempenho individual quanto ao cumprimento das metas institucionais.

Além de facilitar a mensuração da produtividade, o Colibri contribui para a gestão estratégica de recursos humanos.

Segunda Sala Segura – Data Center Isaac Timóteo de Oliveira Júnior

A implantação de um segundo ambiente computacional traz mais segurança ao armazenamento de dados, com cópia em tempo real e garantia de continuidade dos trabalhos em caso de falhas no ambiente principal.

Essa conquista representa um avanço significativo para o Judiciário acreano, especialmente para a Diretoria de Tecnologia, contribuindo para o fortalecimento do Poder Judiciário.

O novo Data Center foi ativado em 20 de junho de 2024 e simboliza a melhoria dos serviços, garantindo eficiência no armazenamento e segurança de dados.

Um investimento de 8.3 milhões de reais, em uma solução moderna, com garantia e requisitos mínimos para hospedar infraestrutura crítica.

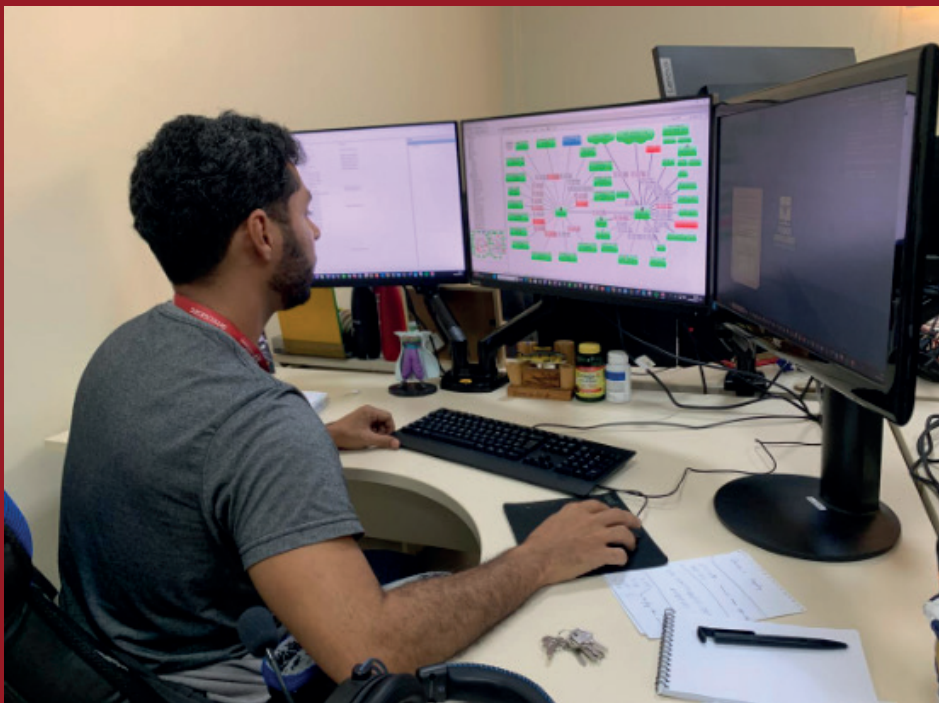


7.5.12 APP Mobile

Desenvolvimento do aplicativo APP Mobile, com objetivo de otimizar o atendimento ao público, permitindo que os usuários consultem processos de forma ágil, acessem informativos e utilizem serviços como o peticionamento eletrônico e o acionamento do juizado de trânsito. A digitalização desses serviços reduz a necessidade de deslocamentos presenciais e o tempo gasto em trâmites burocráticos, tornando o sistema judicial mais acessível.

7.5.13 Fábrica de Software

Para aprimorar a automação de processos e integração de sistemas foi contratada uma fábrica de software para desenvolvimento de soluções tecnológicas personalizadas e desenvolvimento de softwares.



7.5.14 Solução Moderna de Backup de Dados

Foram investidos mais de R\$8 milhões em soluções de backup, garantindo mais de 256 TB (terabytes) de armazenamento seguro. O sistema realiza cópia de segurança de dois ambientes: a sala segura na Sede e o Datacenter na Cidade da Justiça e oferece proteção contra ameaças e sequestro de dados, além de ser automatizado, garantindo maior segurança e eficiência no armazenamento.

7.5.15 Consultoria em Tecnologia

Foi realizada a contratação da empresa Gartner do Brasil Serviços de Pesquisas Ltda, especializada em assessoramento e serviços técnicos especializados de pesquisa e aconselhamento em Tecnologia da Informação, na forma de assinaturas para acesso a bases de conhecimentos, bem como serviços complementares de apoio à consulta, interpretação e aplicação das informações contidas nas referidas bases, primando pela qualidade efetiva dos serviços a serem oferecidos pela área de tecnologia do PJAC.

7.5.16 Solução de Armazenamento de Dados

O Poder Judiciário acreano investiu mais de R\$6 milhões na ampliação da capacidade de armazenamento, totalizando 880 TB (terabytes) para garantir a segurança das informações.

Essa capacidade deve atender à demanda por aproximadamente cinco anos, garantindo flexibilidade e proteção na gestão de dados críticos.

7.5.17 Aquisição de Computadores e Servidores

Foram adquiridos 28 computadores/servidores, representando investimentos de mais de 3.5 milhões de reais, mais do que dobrando a capacidade de processamento de aplicações e sistemas deste TJAC.

Esses equipamentos foram aplicados em todas as comarcas do interior e na capital, representando um aumento significativo no poder de processamento de aplicações deste TJAC.

7.5.18 Renovação do Parque Computacional

A renovação do parque computacional é um marco importante para a melhoria da prestação jurisdicional, otimizando processos internos e permitindo que os servidores atendam a população com mais agilidade.



Durante o biênio 2023 - 2025, foi realizada a aquisição de 2.473 equipamentos, entre eles computadores, monitores, workstation, notebooks, câmeras, scanner e nobreaks, que foram distribuídos em todas as Comarcas e unidades do Judiciário Acreano, substituindo equipamentos antigos e lentos. O total do investimento foi de R\$7.860.330,13 (sete milhões, oitocentos e sessenta mil, trezentos e trinta reais e treze centavos), entre recurso próprio, emendas parlamentares ou convênios.

As emendas recebidas e os convênios destacam a parceria entre os Poderes Judiciário e Legislativo, demonstrando sensibilidade e comprometimento com a justiça.

7.5.19 Ativação da Sala de Depoimento sem Dano com novos equipamentos

Essa sala é um espaço destinado à coleta de depoimentos de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência em um ambiente protegido e acolhedor, utilizado principalmente em processos judiciais das Varas da Infância e Juventude.

A Lei n.º 13.431/2017 regulamenta a escuta especializada e o depoimento especial, orientando a prática judicial nesses casos. O objetivo principal é garantir o direito da criança à proteção e evitar o agravamento de traumas.

7.5.20 Conectividade Global

Acesso à internet de forma contínua e estável

Serviços de acesso corporativo via satélite de baixa órbita foram contratados para garantir conexão de internet banda larga de alta velocidade e baixa latência. Essa iniciativa assegura uma segunda rede disponível de forma contínua e estável.

As instalações foram planejadas em outubro de 2024, com a ativação de 30 pontos, incluindo fóruns municipais, unidades do PIDJus e o Centro Cultural do Juruá. Em dezembro, o serviço foi expandido para os fóruns de Marechal Thaumaturgo, Jordão, Porto Walter e Santa Rosa, aprimorando a infraestrutura tecnológica e garantindo um atendimento mais eficiente à população, especialmente nos municípios mais distantes.

7.5.21 Implantação do Sistema VoIP

O sistema VoIP é uma tecnologia que utiliza a internet para chamadas de voz, trazendo benefícios tanto para o público interno quanto externo. Internamente, ele se integra ao Webex, viabilizando videochamadas, bate-papos, agendamento de reuniões e outras funções colaborativas. Externamente, centraliza a comunicação com uma numeração única, otimizando o contato com os cidadãos e organizando os canais.

No Portal de Acolhimento ao Cidadão foi instalado o “Contact Center” como Central de Atendimento ao Público.

7.5.22 Política de Valorização de TI

A valorização em Tecnologia da Informação (TI) abrange diversas ações estratégicas voltadas para o fortalecimento do setor. Isso inclui a capacitação contínua da equipe, assegurando a atualização e o aprimoramento técnico dos profissionais; a disponibilização de recursos técnicos e tecnológicos modernos para atender às demandas institucionais; a aquisição e renovação de equipamentos para otimizar o desempenho das atividades; a ampliação da equipe de TI, visando atender com eficiência o aumento das demandas; e a revisão do plano de carreira, que foi implementada, reforçando o reconhecimento e a motivação dos profissionais da área.

Essas medidas refletem o compromisso com a inovação e a valorização dos talentos em TI, opção de valorização profissional e humanização na tecnologia.

7.5.23 NUSAN – Núcleo de Análise de Negócios

Com o propósito de aprimorar a análise técnica e negocial dos processos, foi instituído o NUSAN (Núcleo de Análise de Negócios). O núcleo é responsável pela análise técnica, pela disponibilização de ambientes de desenvolvimento e homologação, além da definição de rotinas de testes de uso.

7.5.24 Residência em Tecnologia da Informação

Em parceria com o Instituto MetrÓpole Digital (IMD) da UFRN, o Poder Judiciário acreano lançou o programa de residência em Tecnologia da Informação (TI), oferecendo 20 vagas, sendo 12 para o público externo e 8 para o público interno, incluindo servidores e graduados em TI e Direito. Alinhada à Resolução CNJ nº 439/2022, a iniciativa visa capacitar profissionais, fomentar a inovação tecnológica e aumentar a inserção de especialistas no mercado, através de experiência.



7.6 Orçamento de TIC 2023-2024

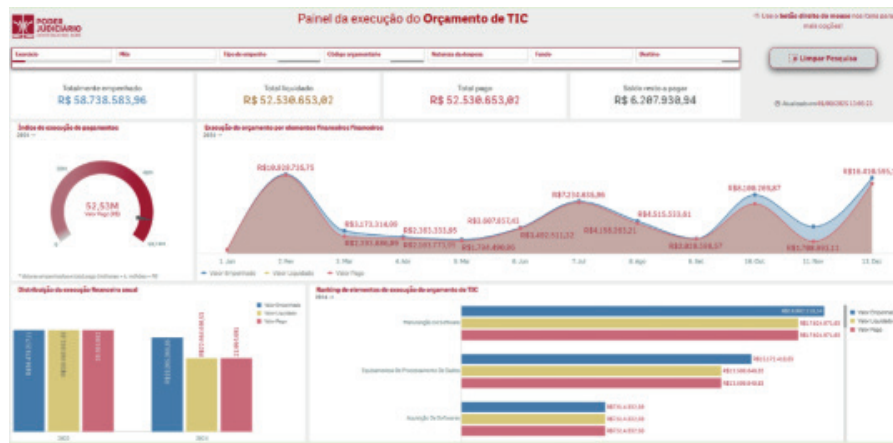
A evolução orçamentária e financeira levou à efetivação de ações estratégicas para a política de TIC durante o biênio 2023 -2024. Foi durante esse período que consolidou a priorização dos investimentos nesta área dando continuidade às proposições anteriores.

Desembolso anos de 2023-2024

- O valor total empenhado para o ano de 2023 foi de R\$30.473.217,11, sendo R\$13.131.884,79 com despesa custeio e R\$17.341.332,32 com despesa de investimento.
- O valor total liquidado e pago para o ano de 2023 foi de R\$30.465.962,49.
- O valor total empenhado para o ano de 2024 foi de R\$28.265.366,85, sendo R\$20.353.097,46 com despesa custeio e R\$7.912.269,09 com despesa de investimento.
- O valor total liquidado e pago para o ano de 2024 foi de R\$22.064.690,53.
- O valor total empenhado (valores reservados para despesas futuras) nos anos de 2023-2024 foi de R\$58.738.583,96.
- O valor total liquidado e pago nos anos de 2023-2024 foi de R\$52.530.653,02.

Os investimentos em TI que impactaram positiva e diretamente a DITEC, resultaram em soluções tecnológicas condensadas em valores, previamente, planejados, reafirmando o compromisso com o desenvolvimento da área, conforme o plano de gestão de 2023-2025.

Nesse sentido, o índice de execução financeira é de aproximadamente 89% do previsto e se apresentam da seguinte forma:



Fonte: DITEC/TJAC

7.7 Doação de Equipamentos de Informática

A doação de equipamentos de TI em bom estado vai além de um ato solidário: é uma forma de transformar vidas e proteger o meio ambiente.

Computadores e equipamentos de TI foram doados para entidades filantrópicas ou educacionais, o que amplia o acesso ao conhecimento e cria oportunidades de conhecimento e trabalho.

Além disso, a doação evitou o desperdício e o descarte inadequado, ajudando a preservar os recursos naturais. Este é um dos compromissos do Poder Judiciário com a sociedade e com a Política de Logística Sustentável-PLS.

Entidades beneficiadas:	Quantidade de equipamentos (diversificados) de TI
- DHPP - HUERB (Pronto Socorro) - Igreja Quadrangular - CT Indio Fight - Igreja Batista Seis de Agosto - Comunidade São Marcos - Tribunal de Justiça Esportiva do Estado do Acre - CRAS - ONVVES - Associação Eu Acredito - Instituto Bem-Estar - Igreja Batista do Bosque - Igreja Messiânica - BOPE - Paróquia Santa Inês - Afif Arão - Fundação da Comunicação - Paróquia São Miguel - Associação de idosos - Associações rurais - Escola Infantil de Porto Acre - Igreja Adventista - Grupo Escoteiro Leôncio de Carvalho - Polícia Militar do Estado do Acre – PMAC	1271 equipamentos

Doação de 15 computadores para Associação de Mulheres Negras do Acre



Doação de Computadores para o Projeto Inclusão Digital de Idosos

Doação de equipamentos de Informática à Igreja Adventista



Doação de Equipamentos de Informática para o Grupo Escoteiro Leôncio de Carvalho



Doação de mais de 1,4 mil Itens de Informática para Funtac



Doação de 100 computadores ao Instituto Socioeducativo do Acre



7.8 Ações Inovadoras

7.8.1 Gestão Documental

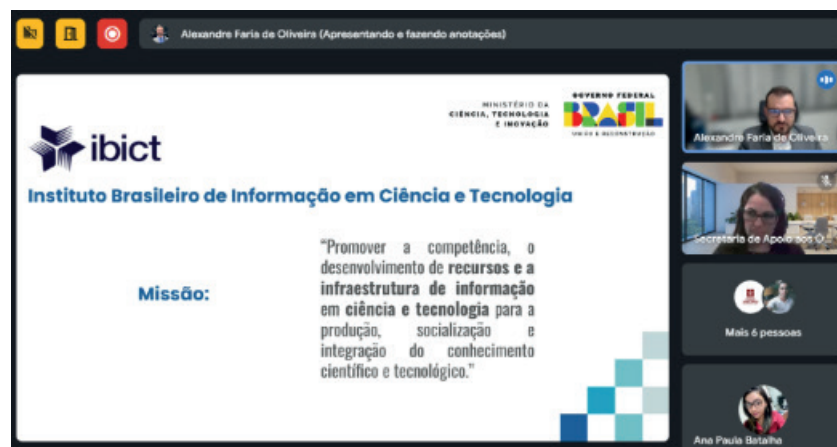
O Poder Judiciário acreano adotou a Gestão Documental como um conjunto de ações técnicas e organizadas para gerenciar a produção, tramitação, uso, arquivamento e destinação de documentos e processos. Essa prática, regulamentada pela Resolução CNJ n.º 324/2020, garante a preservação do patrimônio documental e facilita o acesso a informações essenciais ao exercício de direitos.



Entre as principais diretrizes seguidas pelo Poder Judiciário estão:

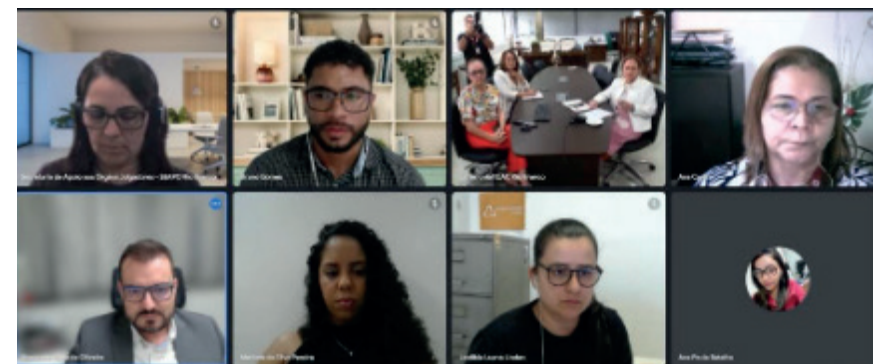
- Garantia de acesso às informações necessárias;
- Preservação de dados para extração de certidões, mesmo após a eliminação de autos;
- Manutenção de documentos em ambiente seguro, físico ou eletrônico;
- Classificação, avaliação e organização dos documentos conforme normas padronizadas;
- Recolhimento adequado de arquivos para gestão centralizada;
- Preservação da autenticidade e integridade documental.
- Com essas medidas, é possível a eficiência, a transparência e o respeito aos direitos de todos os envolvidos.

Em execução do projeto, foi contratada a empresa IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, que atuará na modernização e infraestrutura tecnológica para a política de gestão documental.



7.8.2 Implantação do Repositório Arquivístico Digital

O Poder Judiciário acreano firmou parceria com o IBICT para desenvolver o projeto de implementação do Modelo Hipátia de preservação digital, integrado ao Dje e ao SEI. A iniciativa visa modernizar a gestão de documentos digitais, alinhando-se às demandas por informação ágil e confiável, destacando o compromisso com a inovação e a qualidade no serviço público.



Os serviços de digitalização documental estão em execução, a partir da contratação de 05 mulheres egressas do sistema prisional. Avanço em prestação jurisdicional, cidadania e dignidade.

7.8.3 Sessões colegiadas transmitidas pelo YouTube com interpretação ao vivo de Língua Brasileira de Sinais (Libras)

A partir de fevereiro de 2024, todas as sessões colegiadas de julgamento, no âmbito do Segundo Grau de Jurisdição, contaram com a participação de profissionais intérpretes de libras.

A contratação de profissionais especializados em Língua Brasileira de Sinais (Libras), ocorre por meio de cadastro próprio.

Os profissionais de libras acompanham as sessões de julgamento do Poder Judiciário, que contam com transmissão ao vivo pelo YouTube, promovendo melhor acessibilidade à justiça.

A instalação de painéis digitais busca melhorar a visibilidade de informações institucionais e campanhas de interesse público, contribuindo para a comunicação eficaz tanto internamente quanto externamente. Além disso, proporciona um meio acessível e organizado para a divulgação de materiais informativos.

7.9.2 Comunicação Institucional Interna e Externa

Foi criado um canal exclusivo para divulgar informações relevantes aos servidores e magistrados, promovendo transparência e alinhamento das ações institucionais.

O Poder Judiciário estabeleceu parcerias com empresas privadas especializadas em comunicação e divulgação. Essa iniciativa fortalece a transparência e amplia o alcance das informações institucionais.



7.9.3 Atualização do Portal Institucional

O site oficial do PJAC foi modernizado para facilitar o acesso às informações públicas e melhorar a navegação para cidadãos e operadores do direito.

7.9.4 Campanhas de Comunicação Externa

Campanhas educativas foram realizadas para esclarecer à sociedade sobre serviços judiciais, por meio de parcerias com instituições privadas.

7.9.5 Redes Sociais Ativas

As redes sociais do PJAC foram fortalecidas, aumentando o alcance das informações institucionais e promovendo maior interação com a comunidade.

7.9.6 Boletins Informativos

A emissão periódica de informações eletrônicas manteve servidores, magistrados e o público externo atualizados sobre ações e eventos institucionais.

7.9.7 Produção Audiovisual

Vídeos institucionais foram produzidos para divulgar ações e serviços, utilizando linguagem acessível para atingir um público diversificado.

O Laboratório de Inovação tem como propósito moderar processos participativos e modelar projetos, contribuindo significativamente para o desenvolvimento e fortalecimento da política jurisdicional e a melhoria da gestão institucional. Utilizando metodologias participativas, com destaque para o Design Thinking, o laboratório já modelou durante o biênio, 10 (dez) Projetos e Planos, que incluem:

- Mariri: Integra atendimento na Central de Atermação com Núcleos de Práticas Jurídicas, capacitando estudantes para atuar em demandas judiciais, que atendeu a 1.378 pessoas.
- Ewã: Programa de valorização da mulher servidora, oferecendo apoio às gestantes e às vítimas de violência, com 12 servidoras atendidas até o momento.
- Pedalando Novos Tempos: Capacita jovens socioeducandos em conserto de bicicletas, fortalecendo a reintegração social em parceria com diversas instituições.
- Pedalando Novos Rumos: Oferece capacitação a reeducandos do sistema prisional em oficinas de bicicletas, possibilitando remissão de pena.
- Humanização na Sala de Custódia: Reforma e ambientação das salas de custódia para maior dignidade no atendimento às pessoas custodiadas.

- PIDJus: Ampliou o acesso à Justiça por meio de atendimento digital, envolvendo parceiros públicos e jovens, estudantes do ensino médio, como mediadores comunitários para facilitar o acesso da população à justiça. No Acre, foram instalados 11 Pontos. Os PidJus estão dentro de terras indígenas, voltado aos povos originários e ribeirinhos, dentro de região de assentamento rural. Além disso, o modelo de serviço do Pid foi levado para dentro do Centro de Atendimento às Pessoas em Situação de Rua, no Centro Pop de Rio Branco.
- CEJUC – Centro de Justiça e Cidadania: Facilita o acesso ao Judiciário e a realização de atendimentos e audiências virtuais em comarcas de difícil acesso em parceria com outras instituições do Poder Judiciário (justiça estadual e federal).
- Energia Fotovoltaica: Implementa o uso de energia limpa no PJAC, integrando a sustentabilidade na rotina administrativa e na infraestrutura local. O projeto possibilitou a geração de energia e se integra ao Plano de Logística Sustentável (PLS).
- Plano de Equidade Racial: Combate às desigualdades e discriminações no ambiente institucional, promovendo a equidade racial por meio de ações educativas e de sensibilização para a inclusão e racial no Poder Judiciário - ambiente de reflexão sobre o racismo institucional. que desenvolveu atividade formativas entre servidores e magistrados, organizou o mapeamento racial do Poder Judiciário.
- Plano de Linguagem Simples: Simplifica a comunicação no Judiciário, tornando-a mais acessível aos servidores e à população, um compromisso firmado com o CNJ que possibilita a inclusão. Rendeu título de reconhecimento ao PJAC.



- O Projeto Sandálias da Esperança foi remodelado pelo laboratório, otimizando sua execução para acelerar resultados. Essas iniciativas refletem o envolvimento em inovação, sustentabilidade e inclusão, contribuindo para um Judiciário mais eficiente e próximo da sociedade.
- Portal de Acolhimento: O portal representa um avanço significativo na interação com o público, sendo um marco no compromisso do PJAC com a inovação e a aproximação da Justiça às demandas da sociedade.

- Construção do site do LAPIS: A proposta do site do Laboratório de Inovação (LAPIS) foi modelada de forma coletiva, envolvendo diferentes perspectivas e ideias para garantir que o espaço digital atendesse às necessidades do projeto. O objetivo central do site é registrar e divulgar as produções do LAPIS, criando uma plataforma onde as ações desenvolvidas sejam sistematizadas e compartilhadas.

• *Linguagem Simples*



• *Humanização da custódia*



O Poder Judiciário acreano realizou importantes avanços no atendimento aos custodiados, com foco na humanização. Entre as principais iniciativas, destacam-se os investimentos na melhoria das instalações físicas. Além disso, houve reorganização dos serviços de assistência social e psicológica, garantindo um atendimento especializado e integral às necessidades dos custodiados.



7.11 PIDJUS

O Ponto de Inclusão Digital (PID) é um ambiente físico adequado para a realização de atos processuais, como depoimentos por videoconferência e atendimentos pelo Balcão Virtual, conforme as Resoluções CNJ n.º 372/2021 e 508/2023. A iniciativa é realizada em parceria entre o Poder Judiciário, outras instituições públicas, o Instituto de Mulheres da Amazônia (IMA) e a Associação de Intérpretes de Libras.

A execução conta com alunos estagiários de escolas públicas locais, capacitados por meio do subprojeto “Itinerário Formativo”, que atuam na facilitação do uso das ferramentas digitais.



MAPA DOS PIDJUS NO ACRE



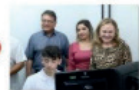
PIDJUS INSTALADOS

1º



Cidade do Povo
Escola de Gastronomia
(Rio Branco)

2º



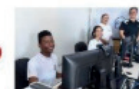
Regional da Baixada
Escola Heloisa Mourão Marques
(Rio Branco)

3º



Regional do São Francisco
Escola Clícia Gadelha
(Rio Branco)

4º



Regional do Calafate
Escola Henrique Lima
(Rio Branco)

5º



Terra Indígena Igarapé do Caucho
Escola Estirão do Caucho
(Tarauacá)

6º



Vila do Incra
Sede da Defensoria Pública
(Porto Acre)

7º



Vila Campinas
Escola Estadual de Educação Básica São Luiz Gonzaga
(Plácido de Castro)

8º



Assentamento Alcoobrás
Escola Estadual Rural Nova Esperança
(Capixaba)

9º



Terra Indígena Puyanawa
Escola Indígena Ixubai Rabul
Puyanawa
(Mâncio Lima)

10º



Marechal Thaumaturgo
CEJUC
(Marechal Thaumaturgo)

Instituições Parceiras

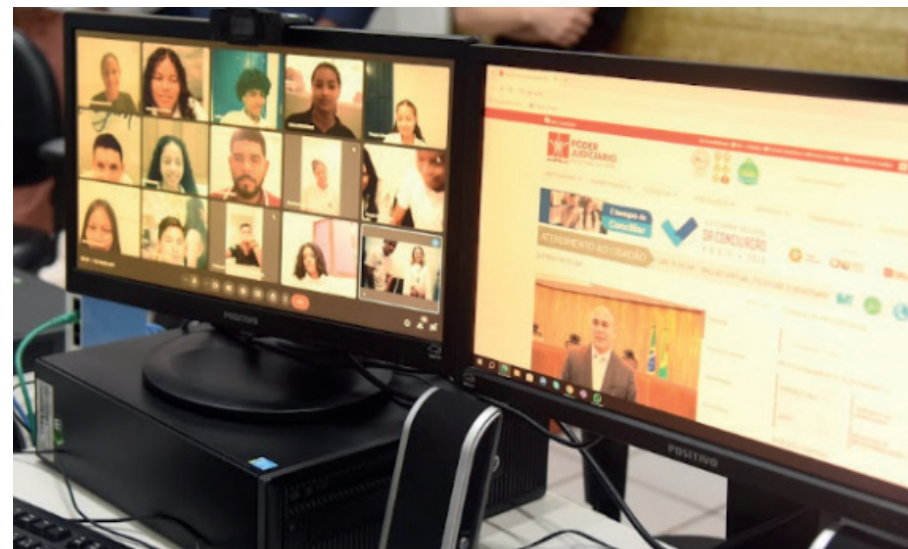


Capacitação de alunos das comunidades

Ciclos de capacitações voltadas para as áreas de noções básicas de informática, direitos básicos sociais, noções jurídicas, serviços ofertados pelos parceiros e acesso aos respectivos balcões virtuais.

Essa etapa é uma ação conjunta do Judiciário acreano, através de sua Diretoria de Gestão Estratégica (DIGES), Defensoria Pública Estadual, OCA e demais parceiros institucionais.

Cursos realizados pelos alunos



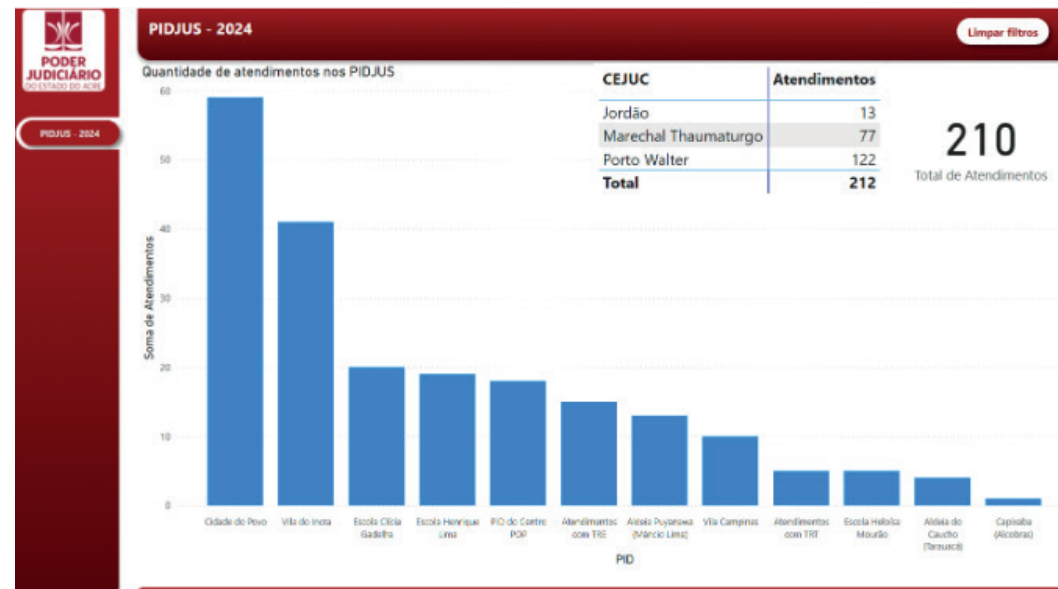
Os estagiários de ensino médio que atuam nos PIDJus participaram de capacitações online, seguindo o itinerário desenvolvido pelo Poder Judiciário. A iniciativa aprimora suas habilidades e contribui para um melhor desempenho nas atividades.

A quantidade de cursos de capacitação e aperfeiçoamento realizados pelos alunos reflete o esforço contínuo em busca de aprimoramento profissional, demonstrando um forte compromisso com o desenvolvimento de novas competências.



Atendimentos dos PIDJus

Durante o período avaliado, as principais demandas foram por orientações jurídicas, acesso a informações sobre direitos e deveres, e suporte técnico em ferramentas digitais. Observou-se uma grande procura por serviços da Defensoria Pública e esclarecimentos sobre questões legais básicas, reforçando a necessidade de campanhas informativas. Além disso, o aumento na demanda por suporte digital destaca a importância de treinamentos contínuos. Essas informações são essenciais para aprimorar o PIDJus, sugerindo ações de educação digital e divulgação de direitos para promover inclusão e cidadania.



7.11.1 PIDJus Pop-rua

O projeto PIDJus PopRuaJud destaca-se como um serviço essencial para garantir a acessibilidade da Justiça às pessoas em situação de vulnerabilidade. Essa iniciativa busca superar barreiras sociais, preconceitos e estigmas que frequentemente excluem essa parcela da população do Sistema de Justiça. A ação concretiza o compromisso do PJAC com uma Justiça mais humanizada.

8. Responsabilidade social

Com o objetivo de fortalecer as ações institucionais, foram promovidas políticas e eventos preventivos voltados à redução de danos sob a perspectiva jurisdicional.

No Plano de Gestão 2023-2025, o Poder Judiciário do Acre destacou-se pela implementação de iniciativas focadas na inclusão, na promoção da justiça e na construção da paz. Entre as principais ações, ressaltam-se:

- Garantir os direitos dos jurisdicionados;
- Fortalecer as relações institucionais;
- Fomentar a mediação de conflitos e reduzir os litígios.
- Essas medidas reforçam o papel do Judiciário na atuação sociojurisdicional, humanizada e alinhada às demandas da sociedade com a perspectiva de promover atendimentos judiciais e favorecer a redução de demandas.

8.1 Portal de Acolhimento ao Cidadão



O neologismo "sociojurisdicional" é justificado como a fusão dos termos "sócio", que remete à sociedade e às relações e ações de caráter social, e "jurisdicional", que se refere à atividade da jurisdição e ao exercício do Poder Judiciário. Esse termo busca expressar a interconexão entre a função jurisdicional e seu impacto social, evidenciando que a atuação do Judiciário vai além da aplicação da lei, abrangendo também o compromisso com a cidadania, os direitos fundamentais e a promoção da justiça social.

O Poder Judiciário acreano lançou o Portal de Acolhimento ao Cidadão, reafirmando seu compromisso com a prestação de serviços eficazes, céleres e humanizados. Essa iniciativa visa fortalecer a confiança da comunidade no Poder Judiciário ao proporcionar um atendimento mais acolhedor e personalizado, considerando as necessidades individuais de cada pessoa que busca soluções para seus problemas judiciais.

Com o portal, as cidadãs e cidadãos não precisam mais se deslocar em busca de atendimento, garantindo maior praticidade e agilidade na solução de suas demandas. Essa inovação fortalece a interação com o público e aproxima a Justiça das necessidades da sociedade, representando um marco no compromisso do PJAC com a acessibilidade e a eficiência.

Durante o biênio 2023 -2025 foram implantados portais de acolhimento nas Comarca de Rio Branco, Cruzeiro do Sul e Brasília.



8.2 Justiça e cidadania

O Poder Judiciário reafirmou o propósito de oferecer o acesso direto à Justiça por meio da instalação da Casa de Justiça e Cidadania. O espaço objetiva oferecer serviços de forma ágil e acessível, eliminando barreiras burocráticas e atendendo, especialmente, as populações mais vulneráveis.

Na ocasião da retomada das atividades, foi promovida uma ação de cidadania que incluiu a expedição gratuita de documentos de identidade para adolescentes, assistência jurídica nas áreas cível e criminal e atendimento aos cumpridores de pena em regimes abertos e semiabertos.



A Casa de Justiça e Cidadania também integra ações sociais vinculadas à capacitação e planejamento para atender demandas de vulnerabilidade social, alinhando educação, cidadania e acesso à Justiça em um único espaço.

8.3 Mobilidade reduzida

O Poder Judiciário acreano promoveu a adequação de suas estruturas físicas, que foram reformadas para garantir acessibilidade às pessoas com mobilidade reduzida e baixa visão. As medidas incluem a instalação de rampas, elevadores, sinalização e piso adaptado, assegurando um atendimento inclusivo e respeitoso às necessidades de todos os usuários.

8.4 Projeto MOAbilidade

Realização de audiências de instrução e julgamento dentro da Terra Indígena Nukini e Nawa.



Numa edição do Projeto Cidadão Indígena, o Judiciário acreano promoveu 17 audiências de instrução e julgamento em uma escola indígena na aldeia Isã Vakevu, terras Indígenas de Mâncio Lima, dentro da floresta amazônica.



O projeto ofereceu a transferência de documentos e serviços de saúde para comunidades indígenas e ribeirinhas, onde o acesso aos serviços públicos é limitado. Essa é a terceira edição com audiências realizadas por meio do Projeto MOAbilidade, idealizado pela juíza Gláucia Gomes, para atendimento de trânsito em áreas remotas da região.

8.5 Projetos Sociais com perspectivas “sociojurisdicionais”

As ações sociais desempenham um papel fundamental no fortalecimento da cidadania e na promoção da inclusão, oferecendo oportunidades para aqueles que enfrentam desafios significativos.

O Poder Judiciário acreano tem se destacado ao implementar uma série de projetos voltados à reintegração social, educação e capacitação de diversos públicos. Entre essas iniciativas, o projeto “Produzindo Liberdade” visa impulsionar o empreendedorismo feminino e possibilitar a redução de pena de mulheres privadas de liberdade.

Da mesma forma, outras ações com finalidade semelhante, capacitam adolescentes do sistema socioeducativo, promovem inclusão psicossocial e possibilitam a ampliação da perspectiva de mundo, com iniciativas que promovem a doação de equipamentos de informática, a criação do coral Vozes do Povo, dentre outros.

Esses são exemplos do compromisso do PJAC com a transformação social, contribuindo com uma justiça inclusiva acolhedora e, principalmente, possibilitando a redução de danos.

CERCA DE 40 MIL ATENDIMENTOS REALIZADOS NOS PROGRAMAS E PROJETOS SOCIAIS DURANTE O BIÊNIO

8.4.1 Fortalecimento das ações da política de Monitoramento e Fiscalização do sistema prisional

As inspeções realizadas em estabelecimentos penais e de medidas socioeducativas buscaram atender aos propósitos da Resolução do CNJ n.º 214/2015 e suas alterações e promover ações de redução de taxas de encarceramento no sistema prisional, contribuindo com a humanização, melhoramento das condições das unidades penitenciárias e o cumprimento de penas alternativas à prisão, afetando diretamente a questão da superpopulação carcerária no Acre.



AÇÕES DESENVOLVIDAS
Aprovação da lei de alternativas penais - decreto lei n.º 4.066/2022
Implantação do serviço de atendimento à pessoa custodiada - APEC
Promoção do diálogo interinstitucional para qualificação do espaço do IML
Política de implantação das Ciaps
Diálogo interinstitucional para a política de alternativas penais no PPA
Política de interiorização dos grupos reflexivos para pessoas autoras de crimes de violência doméstica
Política para proteção de vulnerabilidades acrescidas – POP RUA
Política para proteção de vulneráveis – POP RUA
Implantação do comitê de políticas penais - Portaria n.º 2297/2021
Política para prevenção e combate à tortura
Fluxo de prevenção e combate à tortura
A política de fortalecimento e disseminação da metodologia das Associações de Proteção e Assistência aos Condenados (Apacs)
Grupo de trabalho para transferência e recebimento de pessoas privadas de liberdade
Audiência pública sobre utilização de câmeras em uniformes da polícia
Política de geração de trabalho e renda para egressos e pessoas vulneráveis
Fortalecimento da política antimanicomial
Resultado da diminuição de adolescentes no sistema de socioeducação
Política de atendimento à vítimas de crimes e atos infracionais - Ceavi



8.4.2 Regularização fundiária

Em junção de esforços com a Corregedoria-Geral da Justiça, serventias extrajudiciais, ITERACRE e executivo estadual, a Presidência do TJAC participou de ações voltadas à regularização fundiária, com a expedição de mais de 4000 (quatro mil) títulos foram expedidos, objetivando sempre o fortalecimento da governança fundiária, promoção da Justiça, acesso regular à terra, segurança jurídica e proteção ambiental.

Destaca-se a criação, por meio da Resolução TPADM nº 322 de 2024, do Pleno Administrativo do TJAC, do Núcleo de Regularização Fundiária da COGER, com a finalidade de estimular e monitorar de forma contínua as atividades afetas à regularização fundiária no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Acre. Na prática, o órgão terá a importante função de estabelecer a interlocução entre os Poderes e instituições demandantes e a Corregedoria-Geral da Justiça.



GMF - Monitoramento e Proatividade

O GMF atua no Poder Judiciário junto ao sistema penitenciário, promovendo direitos, identificando problemas sistêmicos e propondo melhorias. Suas ações fortalecem a integridade, eficiência e confiança no sistema judicial, contribuindo para uma justiça mais justa e eficaz.

Ações	Objetivos
Promoção de ações de cultura, esporte, saúde e terapia para reeducandas.	Atender aos jovens em conflito com a lei, advindo de lares desestruturados e em situação de vulnerabilidade.
Monitoramento Combate a tortura e Justiça Restaurativa em formação de socioeducadores.	Conscientização sobre a importância de respeitar a lei e a dignidade da pessoa humana.
Criação do Comitê Multissetorial para desenvolvimento de ações voltadas à atenção às pessoas em situação de rua.	Conscientização sobre a importância de respeitar a lei e a dignidade da pessoa humana.
Instalação do PIDJus - PopRua.	Atendimento da População de rua.
Projetos de ressocialização e de dignidade - Escrivência/artes manuais.	Ressocialização de detentos por meio do contato com o universo da leitura e suas infinitas possibilidades e outras artes.
Acompanhamento e aprimoramento da central de vagas.	Garantia do direito de adolescentes em situação de conflito com a lei.
Políticas de ressocialização de reeducandas do sistema prisional.	Atividades alternativas de ressocialização, por meio de projetos e ações sóciojurisdicionais.
Ressocialização de egressas do sistema prisional por meio da reinserção no mercado de trabalho é tema de reunião do GMF.	Fluxo para contratação, por empresas e instituições acreanas, de mulheres que já cumpriram suas penas. Portaria n.º 2021/2023 (PJAC) - empresas que vencerem licitações para prestar serviço ao Judiciário destinem porcentagem de vagas para mulheres vítimas de violência doméstica, egressas do sistema e de outras vulnerabilidades.
Criação do Centro de Justiça Restaurativa da Comarca de Rio Branco – CEJURES.	O objetivo é implantar, expandir e estreitar as ações de Justiça Restaurativa em todo o estado do Acre.

8.4.3 Projeto “Produzindo Liberdade” e “Entrelinhas”

O projeto “Produzindo Liberdade” e “Entrelinhas”, lançado pelo Poder Judiciário acreano, Instituto de Administração Penitenciária (Iapen) e Federação das Associações Comerciais (Federacre), atende a mulheres com a perspectiva de fortalecer o empreendedorismo feminino e reduzir a pena das mulheres privadas de liberdade, conforme a Lei de Execução Penal n.º 7.210/1984. O projeto promove a exposição e venda de peças de artesanato, como tapetes e acessórios para cozinha, confeccionados por reeducandas do regime fechado e semiaberto.



8.4.4 Projeto Sandálias da Esperança

O Poder Judiciário acreano, em parceria com o IAPEN, consolidou o projeto “Sandálias da Esperança” para promover a reintegração social e a remição de pena, oferecendo trabalho digno aos reeducandos e fortalecendo valores de cidadania. Financiado pelo Orçamento Geral da União (OGU) e com recursos do PJAC, o projeto recebeu R\$375 mil em investimentos, sendo R\$305 mil provenientes de financiamento externo e R\$70 mil de recursos do PJAC para a aquisição de insumos necessários à produção. A proposta passou por diversas fases e foi reestruturada no Laboratório de Projetos e Inovação Social (LAPIS). Integrando a política de Monitoramento do Sistema Carcerário (GMF), a iniciativa está presente nas unidades prisionais de Senador Guimard, Cruzeiro do Sul e Rio Branco.

A gestão aprovou junto ao Ministério da Justiça R\$811 mil reais para continuidade do projeto, o que representa garantia de custeio (insumos e serviços).



8.4.5 Projeto Infância Literária

O objetivo central é democratizar o acesso aos livros e estimular o hábito da leitura entre os alunos e contribuir com o desenvolvimento intelectual e cultural das crianças na região.



8.4.6 Projeto “Padrinhos”

Incentiva o acolhimento de crianças e adolescent



O projeto apadrinhamento tem como objetivo mostrar à sociedade a realidade dos institucionalizados e estimular o exercício da cidadania, convidando as pessoas a apadrinhá-los por meio de gestos de afetividade e responsabilidade, além da convivência familiar, social e comunitária.

A ação social traz humanização e amor para muitos que vivem em unidades de acolhimento por muito tempo sem convivência e apoio familiar, sofrendo com a incerteza de seu futuro. As prioridades para acolhimento são crianças e adolescentes com a remota possibilidade de reinserção familiar ou colocação em família adotiva.

8.4.7 Instituição de Central de Vagas do Sistema Socioeducativo

O Poder Judiciário acreano e instituições do Sistema de Justiça firmaram a Portaria Conjunta n.º 58/2023, estabelecendo e regulamentando a Central de Regulação de Vagas (CRV) para o Sistema Socioeducativo do Acre. A CRV, integrada ao Instituto Socioeducativo do Estado do Acre (ISE), visa aprimorar a admissão de adolescentes no sistema, alinhando-se à capacidade de atendimento para evitar superlotação.

8.4.8 Instituição do Comitê Local da Primeira Infância do Judiciário do Acre

O Poder Judiciário acreano instituiu o Comitê Gestor Local da Primeira Infância por meio da Portaria n.301/2023, conforme publicação no Diário da Justiça Eletrônico, edição n.º 7.236, que tem como objetivo implementar o projeto “Justiça começa na infância: fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano e integral” e atender à Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância.



8.4.9 Programa Fortalecendo Vidas

Seu objetivo central é promover o desenvolvimento integral de jovens por meio da consideração de valores e princípios que contribuem para o fortalecimento de sua cidadania e autonomia como medida protetiva e socioeducativa.

Baseado na perspectiva de educação interdimensional, integrou diversas áreas do desenvolvimento humano - emocional, social, cultural e educacional - visando a uma formação profissional e humana.

Atendeu 809 crianças e adolescentes entre os anos de 2023 e 2024.

Na oportunidade, no contato com a comunidade a gestão promovia entrega solidária de pães.



8.4.10 Coral Vozes do Povo

O Poder Judiciário acreano, por meio da Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), em parceria com o Conservatório Musical do Juruá e a Escola Acreana de Música, lançou o coral Vozes do Povo que funcionará na Escola de Gastronomia, na Cidade do Povo, para atender crianças e adolescentes da região.

Financiado por recursos das Penas Pecuniárias da Vepma, o projeto conta com o apoio do Programa Fortalecendo Vidas, MPAC, Fundação Elias Mansur e Instituto de Educação Profissional e Técnica (IEPTEC). Sob a coordenação do promotor de justiça Iverson Bueno, oferece aulas de violão, violino, teclado e canto.

Com 250 inscrições já realizadas, a iniciativa busca melhorar a qualidade de vida e criar oportunidades para jovens da localidade.



8.4.11 Programa Radioativo

O Programa “Radioativo”, premiado por duas vezes, em parceria com a Federação das Indústrias do Acre – FIEAC, visa promover a qualificação profissional de adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade e risco social, desenvolvendo competências profissionais para uma inserção qualificada no mercado de trabalho, em continuidade às ações estabelecidas no Acordo de Cooperação Técnica n.º 3120/2018.



O programa promove a qualificação profissional por meio dos cursos de Aprendizagem ofertados pelo SENAI e SENAC, buscando a inclusão de jovens do Sistema Socioeducativo do Estado do Acre. A partir da experiência desse programa, foi possível incluir jovens no mercado de trabalho.

8.4.12 Programa Abraçando Filhos

O Comitê Gestor Local da Primeira Infância foi criado por meio da Portaria n.º 301/2023, conforme publicado na edição n.º 7.236, do Diário da Justiça Eletrônico. Este comitê visa implementar o projeto “Justiça começa na infância”, fortalecendo a atuação do sistema de justiça na promoção de direitos para o desenvolvimento humano e integral, em conformidade com a Política Judiciária Nacional para a Primeira Infância.



8.4.13 Projeto Cidadania e Justiça na Escola

O projeto visa contribuir com a formação de crianças como agentes multiplicadores de atividades formativas para cidadania e promover a interação entre o Poder Judiciário acreano e a sociedade, além de permitir aos magistrados uma compreensão mais profunda da realidade social. Em 2023, o projeto “Cidadania e Justiça na Escola” implementou ações em várias escolas do interior e da capital do Acre.



8.4.14 Projeto de lei estadual para implantação de grupos reflexivos

A presidente do Poder Judiciário acreano, desembargadora Regina Ferrari, e a coordenadora da Comsiv, desembargadora Eva Evangelista, entregaram a minuta do projeto de lei estadual para grupos reflexivos ao presidente da Aleac, deputado Luís Gonzaga, e ao primeiro secretário, deputado Nicolau Júnior.



O evento ocorreu durante a campanha “21 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Doméstica”, marcando o avanço da política de combate a essa violência e o desejo de ampliar ações educativas para redefinir padrões opressores.

8.4.15 Projeto Entre elas

Com o objetivo de amparar mulheres em situação de vulnerabilidade, especialmente aquelas que, devido a questões de dependência financeira ou pressões sociais, acabam solicitando o cancelamento dos serviços de proteção e desistem dos processos judiciais.

Esse projeto tem como prioridade preparar e incentivar as mulheres a darem continuidade aos serviços de proteção, reconhecendo a importância de preservar sua segurança, seus direitos e sua dignidade.



As ações incluem orientação, apoio psicológico e encaminhamento para programas de assistência social, para incentivar o enfrentamento diante das adversidades. Ao estimular a continuidade dos serviços e reforçar a proteção, a Vara busca não apenas garantir a justiça, constrói um ambiente de acolhimento e respeito que favoreça a superação das vulnerabilidades e a afirmação dos direitos das mulheres.

8.4.16 Ativação e revitalização dos Espaços Multidisciplinares

Em conformidade com a Lei n.º 11.340 de 2006, Lei Maria da Penha, art. 29, que define padrões de atendimento às vítimas, foi realizada a revitalização dos espaços multidisciplinares, garantindo um ambiente mais acolhedor e adequado às necessidades das mulheres atendidas. A ação reflete o compromisso com o cuidado humano ao proporcionar tranquilidade às vítimas, oferecendo um ambiente humanizado, com equipe multidisciplinar.

Esses ambientes são compostos de espaços lúdicos destinados aos filhos das vítimas, dotados de recursos e atividades de entretenimento. As atividades desenvolvidas têm o caráter de aliviar o impacto emocional e oferecer suporte durante o atendimento, fortalecendo a proteção, o amparo às famílias e o cuidado pontual da criança acompanhante.

8.4.17 Empresa Parceira

A ação busca articular, em parceria com o setor empresarial, oportunidades de inclusão e acolhimento para mulheres vítimas de violência. Além de possibilitar a redução da dependência socioeconômica, promovendo autonomia e liberdade, fundamentais para romper com ciclos de violência.

Nesse processo, prioriza-se a proteção da mulher, evitando qualquer contato com o agressor caso ambos compartilhem o mesmo ambiente de trabalho. Essa medida visa garantir segurança e condições para que as vítimas reconstruam suas vidas com dignidade, segurança e independência.

8.4.18 Campanhas de arrecadação de brinquedos e livros infantis - Justiça para as Crianças.



Iniciativa de arrecadação de brinquedos e livros a serem ofertados nos ambientes de acolhimento às crianças, filhos e filhas das vítimas. Ação pedagógica e humanizadora desenvolvida pela Vara de forma integral às ações multidisciplinares.

Dessa forma, reafirma-se o cuidado com o ambiente de acolhimento e proteção, para a prevenção da violência e a promoção de uma cultura de paz e de respeito e igualdade, conformando no espaço de “Justiça para as Crianças.”

8.4.19 Política de alternativas penais no judiciário acreano

A política de alternativas penais tem como objetivo a observância da Resolução CNJ n.º 288/2019 e da Lei Estadual n.º 4.066/2022, relativas à implantação de serviços de acompanhamento das medidas restritivas diversas do encarceramento. Tais medidas devem ser orientadas para a restauração das relações e promoção da cultura da paz, a partir da responsabilização com dignidade, autonomia e liberdade.

8.4.20 Projeto “Produzindo Liberdade”

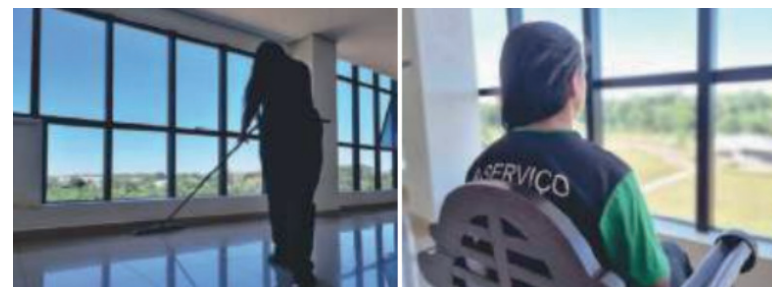
O Poder Judiciário acreano, em parceria com o Instituto de Administração Penitenciária (Iapen) e a Federacre, lançou o projeto “Produzindo Liberdade” com o objetivo de fortalecer o empreendedorismo feminino e reduzir penas de mulheres privadas de liberdade.

A iniciativa promove a venda de artesanato produzido por reeducandas do projeto “Entrelinhas” em feiras de empreendedorismo, possibilitando a remição de pena conforme a Lei de Execução Penal. Os recursos obtidos serão reinvestidos na compra de materiais para ampliar o projeto.



8.4.21 Cidadania às mulheres egressas do Sistema Prisional

O Poder Judiciário, por meio de recursos oriundos do Ministério Público do Trabalho, contratou, por meio de serviços terceirizados, mulheres egressas do Sistema Prisional, contemplando a Resolução n.º 307/2019 do CNJ.



8.4.22 Projeto ECA na Comunidade - Direitos e Deveres

O ECA na comunidade busca disseminar o Estatuto da Criança e do Adolescente entre pais, professores, alunos, equipe pedagógica e demais envolvidos na educação, o objetivo é fazer conscientizar sobre o ECA, Desenvolvido pela Coordenadoria da Infância e Juventude (CIJ), aborda temas como abuso sexual infantil, bullying e a importância do acompanhamento escolar pelos pais, disseminando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e promovendo a cidadania e a proteção dos direitos fundamentais. Já participaram 3.365 crianças e adolescentes.



8.4.23 Projeto Justiça e Cidadania na Escola – Rio Branco e Interior

Projeto desenvolvido no Acre, tem como proposta primordial complementar o ensino, estabelecendo relações entre o conteúdo curricular das escolas e as atividades do Poder Judiciário acreano no contexto do regime democrático brasileiro. Atendeu a 4.500 crianças na capital e interior.

Dentre os seus principais objetivos está a conscientização de crianças sobre a democracia, direitos e deveres, bem como sobre a estrutura e as atribuições do Poder Judiciário.



8.4.24 Projeto Arte do Ser

Com foco no desenvolvimento artístico, atendeu a 255 crianças e adolescentes. Estimula a concentração, disciplina e criatividade das crianças e adolescentes, impactando positivamente tanto no desenvolvimento escolar quanto no convívio social.

O projeto é uma extensão da sala de aula e leva atividades que ajudam na compreensão e reflexão de questões sociais. É realizado na escola Frei André, localizada no conjunto habitacional Cidade do Povo, no município de Rio Branco - Acre.

Trabalhos de Artes Manuais

Através de trabalhos de artes manuais, o projeto promove a reflexão sobre temas sociais como valorização pessoal, autonomia e relacionamentos interpessoais, além de aumentar a autoconfiança.

Arte do Ser – aulas de violão

São ofertadas aulas de violão para as crianças do Educandário Santa Margarida. A música tem estimulado o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças, despertando para a criatividade e harmonia.



8.4.25 Projeto “Pedalando Novos Tempos”

O projeto “Pedalando Novos Tempos”, promovido pelo Poder Judiciário acreano, tem como objetivo capacitar adolescentes do sistema socioeducativo e promover sua reintegração social. Em parceria com o Governo do Estado, o Instituto Socioeducativo (ISE), o Ministério Público do Acre e o SENAI, oferece cursos de conserto de bicicletas, proporcionando aos jovens oportunidades de aperfeiçoamento profissional e uma nova perspectiva de vida.



A iniciativa tem gerado impactos significativos, como a integração e a redução da reincidência, sendo reconhecida nacionalmente ao vencer a 4ª edição do Prêmio Prioridade Absoluta, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no eixo socioeducativo.

8.4.26 Proteção à Mulher

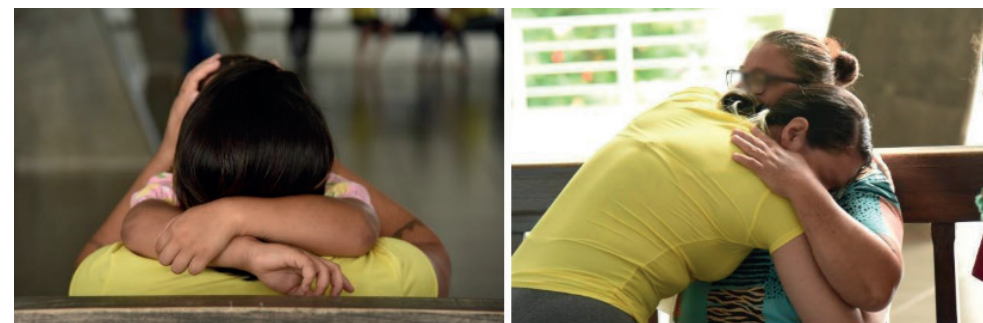
As Varas Especializadas de Proteção à Mulher, duas em Rio Branco e uma em Cruzeiro do Sul, desenvolvem projetos sociojurisdicionais alinhados ao princípio do bom acolhimento e da proteção às mulheres, atendendo às diretrizes do CNJ e às necessidades de amparo às vítimas.

Essas iniciativas buscam atender, de maneira humanizada e efetiva, às demandas específicas das mulheres em situação de vulnerabilidade, promovendo não apenas a aplicação da Justiça, mas também o fortalecimento de ações que amparem as vítimas de violência e assegurem seus direitos.

Por meio de um trabalho integrado, os projetos contemplam tantas medidas de apoio jurídico quanto ações voltadas à assistência social e à sensibilização da sociedade. Dessa forma, reafirma-se o compromisso com a construção de um ambiente de acolhimento e proteção, contribuindo para a prevenção da violência e a promoção de uma cultura de respeito e igualdade.

8.4.27 Projeto Abraçando filhos

O projeto é desenvolvido em três municípios: Rio Branco, Tarauacá e Cruzeiro do Sul e atendeu a 166 mães em 2023 e 252 em 2024, perfazendo um total de 358 famílias abraçadas.



Projeto Abraçando Filhos – Tarauacá – 2023/2024



Projeto Abraçando Filhos – Cruzeiro do Sul (2024)



O projeto foi iniciado em 2016 e já recebeu reconhecimento por sua contribuição ao sistema de justiça.

8.4.28 Projeto Colo de Amor

Colo de Amor é uma ação voltada às crianças em situação de vulnerabilidade. Realizado no Educandário Santa Margarida, o projeto já ofereceu conforto e carinho às 160 crianças abrigadas, distantes de seus familiares.

A ação proporcionou atividades recreativas, alimentação diferenciada e promoveu interação com as crianças, seguindo o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.



8.4.29 Projeto Cidadão

Projeto do Poder Judiciário acreano, com mais de 30 anos de existência, culminou no biênio 2023 e 2024 na execução de 29 edições, financiadas por recursos externos de emendas parlamentares, que atenderam à população urbana, rural e indígenas, além de edições especiais:

LOCALIDADES	DATA DO EVENTO
2023	
Seringal Paraíso - Tarauacá	19 e 20 de abril de 2023
Evento Especial (Parque de Exposições)	Período das Enchentes
Acrelândia (Casamento Coletivo)	26 de abril de 2023
Manoel Urbano	19 a 23 de maio de 2023
Sena Madureira	16 a 18 de agosto de 2023
Cruzeiro do Sul (Casamento Coletivo ExpoJuruá)	01 de setembro de 2023
Mâncio Lima (Aldeia Puyanawa)	21 de setembro de 2023
Mâncio Lima (Casamento Coletivo)	23 de setembro de 2023
Mâncio Lima	23 de setembro de 2023
Cruzeiro do Sul (Comunidade Santa Luzia)	26 e 27 de setembro de 2023
Cruzeiro do Sul	28 de setembro de 2023
Epitaciolândia	26 e 27 de outubro de 2023
Epitaciolândia (Casamento Coletivo)	28 de outubro de 2023
Capixaba (Casamento Coletivo)	01 de novembro de 2023

2024	
Manoel Urbano (Aldeia Boaçu – Madija))	14 a 24 de abril de 2024
Jordão	26 e 27 de abril de 2024
Jordão (Casamento Coletivo)	27 de abril de 2024
Plácido de Castro (Casamento Coletivo)	25 de maio de 2024
Marechal Thaumaturgo (Aldeia Apiwtxa - Ashaninka)	28 de maio de 2024
Epitaciolândia	31 de maio de 2024
Epitaciolândia (Casamento Coletivo)	31 de maio de 2024
Tarauacá (Comunidade União)	01 de junho de 2024
Tarauacá (Casamento Coletivo)	01 de junho de 2024
Mâncio Lima (Aldeia Isã Vakevu – Nukini)	
Mâncio Lima (Casamento Coletivo)	
Cruzeiro do Sul – ExpoJuruá (Casamento Coletivo)	03 de agosto de 2024
Feijó	15 de agosto de 2024
Feijó (Casamento Coletivo)	15 de agosto de 2024
Feijó (Aldeia Morada Nova – Shanenawa)	15 de agosto de 2024
Rio Branco – Centro Pop	22 de agosto de 2024
Rio Branco – ExpoAcre (Casamento Coletivo)	06 de setembro de 2024
Sena Madureira (Colocação Pracaúba)	19 de setembro de 2024
Assis Brasil (Aldeia Jatobá – Manchinieri)	22 a 25 de outubro de 2024
Porto Walter	26 a 28 de novembro de 2024

Fonte: SEPSO/TJAC



Projeto Cidadão Indígena

O Poder Judiciário acreano fez cumprir a Resolução CNJ n.º 454/2022, que estabelece as diretrizes e procedimentos de acesso dos povos indígenas ao Judiciário. O Judiciário inovou nessa proposta, atendeu às orientações de promover a inclusão, além de possibilitar o fortalecimento de outras políticas públicas como acesso aos direitos.

Etnias Indígenas	Número de Atendimentos (SEPSO/TJAC)
Jaminawa	2.350
Manchineri	
Ashaninka	
Puyanawa	
Nukini	
Huni Kuin	
Shanenawa	
Madija	

O Poder Judiciário acreano celebrou a Semana dos Povos Indígenas, levando atendimento do Projeto Cidadão à Aldeia Boaçu.



No geral, essas iniciativas, em parceria com outras instituições, tais como o Ministério Público do Acre (Projeto MP na Comunidade), a Funai e o DSEI Alto Rio Purus, Defensoria Pública, Poderes Executivos (federal, estadual e municipal) levaram justiça e cidadania às comunidades indígenas da região.



Destaques do Projeto cidadão

Assentados e produtores rurais recebem serviços da Justiça.



Idosos em atendimento.



- Atendimento de pessoas em situação de rua no ônibus da "Justiça sobre Rodas"

O Poder Judiciário acreano executou edições especiais do Projeto Cidadão para atender às pessoas em situação de rua. Ação integrada à Política Nacional Judicial de Atenção a Pessoas em Situação de Rua e suas interseccionalidades (Pop RuaJud). Com a participação das instituições que participam do Comitê Multinível, Multissetorial e Interinstitucional para Pessoas em Situação de Rua (Commi).

8.4.30 Casamentos coletivos

Foram realizadas sessões de casamentos coletivos tanto no Projeto Cidadão quanto em eventos específicos destinados a esse fim.



População de Jordão é atendida pelo Projeto Cidadão e Casamento Coletivo do Poder Judiciário acreano.

TOTAL DE CASAMENTOS

PROCEDIMENTOS	TOTAL
Comarca de Jordão	32 casais
Comarca de Plácido de Castro	47 casais
Comarca de Epitaciolândia	107 casais
Comarca de Mâncio Lima/ Aldeia República	12 casais
Comarca de Cruzeiro do Sul	400 casais
Comarca de Feijó	40 casais
Comarca de Rio Branco	500 casais
Comarca de Sena Madureira	75 casais
Comarca de Assis Brasil	107 casais
Total de pessoas impactadas	2.640 pessoas

Fonte: SEPSO/TJAC

8.4.31 Justiça Sobre Rodas

O programa foi adaptado para solucionar conflitos de forma rápida, com a presença de juízes, conciliadores e defensores públicos. Em Rio Branco, a Vara de Execuções de Penas utiliza ônibus adaptados (mesas, computadores) para atender pessoas em situação de rua, com atendimentos mensais no Centro da cidade e no Bairro Cidade do Povo.



A unidade móvel do Programa “Justiça sobre Rodas” atendeu um número considerável de pessoas durante o período de 2023 e 2024.

Os atendimentos realizados ocorrem em parceria com a Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COMSIV), Vara de Execuções de Penas e Medidas Alternativas (Vepma) e o Centro Especializado de Atenção às Vítimas de Crimes e Atos Infracionais (Ceavi) e são direcionados às mulheres, pessoas em situação de rua e a comunidade LGBTQIAPN+.

8.4.33 Programa Justiça Comunitária

Oferecimento de orientações jurídicas à população em situação de vulnerabilidade social, promovendo a conscientização sobre seus direitos e deveres. Com mediação e solução de pequenos conflitos de forma rápida e amigável, reduzindo demandas judiciais de forma rápida e amigável, por meio da mediação conduzida por agentes comunitários, com acompanhamento das unidades locais.

Justiça Comunitária na Comarca de Cruzeiro do Sul

Foram realizados atendimentos no município de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira, em 06 comunidades: Bairro da Cobal, João Alves, Cruzeirinho Novo, Comunidade Boa Vista e Telégrafo.

8.4.32 “Rotas da Cidadania” - uma parceria do TJAC e TRE-AC

A instituição utilizou o veículo em atendimentos itinerantes do projeto “Rota da Cidadania” em todo o estado.





Palestras ministradas:

- "Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher";
- "Delitos de Tóxicos e Justiça Restaurativa";
- "Discriminação a crianças, adolescentes, pessoas com doenças graves, deficiência física, idosos e ações sociais";
- Aula de Mediação Comunitária;
- "Casamento, união estável, direitos e deveres dos cônjuges".

Educação para os Direitos

- O núcleo da Justiça Comunitária de Sena Madureira levou informação a mais de 922 pessoas até setembro de 2024, em parcerias com escolas e sociedade civil para integrar serviços e recursos comunitários, visando melhorar a informação.

Parcerias institucionais para levar informações e garantir direitos de pessoas nas situações de vulnerabilidades, nas regiões de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul.

Núcleos da Justiça Comunitária da Comarca de Sena Madureira

As ações foram realizadas em Sena Madureira nos núcleos de atendimentos localizados em espaços comunitários do município, tais como: CRAS, APAE, CAPS e Postos de Saúde, conforme necessidade específica.

Encontros e Palestras – A Justiça conversa com as comunidades

Servidores, servidoras, magistrados e magistradas realizam palestras e levam a voz da justiça às comunidades.

PROCEDIMENTOS - Sena Madureira	TOTAL
Mediações	-
Encaminhamentos	5
Informações	131
Palestras	3
Visitas Domiciliares	38
Total de pessoas atendidas	384

Fonte: SEPSO/TJAC

PROCEDIMENTOS Cruzeiro do Sul	TOTAL
Mediações	4
Encaminhamentos	53
Informações	102
Palestras	25
Visitas Domiciliares	34
Total de pessoas atendidas	538

Fonte: SEPSO/TJAC



8.6 Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência - COMSIV

A Coordenadoria Estadual das Mulheres em Situação de Violência Doméstica e Familiar (COMSIV) tem se destacado pela atuação contínua na promoção da justiça e da paz, com foco no enfrentamento da violência doméstica e na proteção das mulheres vítimas dessa violência. Foram 28 atividades estruturantes de capacitação, sensibilização e seminários. A COMSIV tem buscado capacitar profissionais da área jurídica, servidores públicos e a sociedade em geral, com o objetivo de fortalecer as redes de apoio e aprimorar o atendimento às vítimas.

AÇÃO	PERÍODO
Reunião de parcerias para projetos com a Associação dos Municípios do Acre	Janeiro/2024
COMSIV em parceria com GMF garante oportunidade de emprego para vítimas de violência doméstica e mulheres egressas do sistema prisional	Fevereiro/2024
Projeto Mulher Cidadã - Para todas as Mulheres	Março/2024
Participação da posse de membros do Colégio de Coordenadores da Mulher em Situação de Violência Doméstica (COCEVID)	Março/2024
26ª Semana da Justiça pela Paz em Casa (Res. CNJ nº 254/2018)	Março/2024
ESJUD apoia a interiorização da política de enfrentamento à violência doméstica	Março/2024
TJAC e AMAC assinam protocolo de intenção para criação de grupos reflexivos	Maió/2024
Participação do Seminário de Resultados das Políticas Públicas para Mulheres do Acre	Maió/2024

Juíza de Direito Louise Santana ministra palestra sobre desafios e responsabilidades no combate ao assédio e a violência contra a mulher	Maio/2024
Escola na Cidade do Povo recebe equipe do programa Conscientização pela Paz no Lar	Maio/2024
Realização de palestras sobre violência doméstica na Escola Estadual Edmundo Pinto, em Porto Acre	Maio/2024
Ampliação da frente de atendimento às vítimas de violência doméstica em Cruzeiro do Sul	Junho/2024
Realização de palestras sobre violência doméstica na Escola Estadual São João Batista, no Bujari	Junho/2024
27ª Semana da Justiça pela Paz em Casa (Res. CNJ n.º 254/2018)	Agosto/2024
Capacitação para facilitadores de grupos reflexivos é realizada pela ESJUD em Sena Madureira	Agosto/2024
Iluminação especial faz parte das ações em apoio à campanha de conscientização pelo fim da violência contra a mulher	Agosto/2024
Representantes da classe dos oficiais de justiça apresentam propostas à COMSIV	Agosto/2024
Desembargadora Eva Evangelista e juíza de direito Louise Santana participam de atividade alusiva ao “Agosto Lilás” no TRE/AC	Agosto/2024
Juíza da Vara de Proteção à Mulher e Execuções Penais da Comarca de Cruzeiro do Sul palestra sobre o “Agosto Lilás”	Agosto/2024
Realização de palestras na escola Boa União durante a campanha “Agosto Lilás”	Agosto/2024
Realização de palestras sobre violência doméstica na Escola Estadual Tancredo Neves	Agosto/2024
Assistência Psicossocial: Cestas básicas doadas pelo projeto “Trote Legal” são entregues a vítimas de violência doméstica	Agosto/2024
Palestra “Nem todo cuidado é AMOR: Desvendando Relações Abusivas”	Setembro/2024
Realização de palestras sobre violência doméstica na escola estadual Pedro Martinello	Setembro/2024
Visita a Casa Abrigo Mãe da Mata	Setembro/2024
Reunião com a SEE – Programa Conscientização pela Paz no Lar	Setembro/2024
Projeto Comv-Vida	Janeiro a setembro/2024

Alcance social

Ano	números
2023	26.760 acessos
2024	16.500 acessos

Fonte: SEPSO/TJAC

9. Memórias e Honrarias



Desembargadora Regina Ferrari é condecorada no XII CONSEPRE

Nos dias 2 e 3 de outubro de 2024, em Belém (PA), ocorreu o XII Encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre). A desembargadora Regina Ferrari, presidente do Poder Judiciário acreano, participou do evento e foi uma das homenageadas com a Medalha do Mérito Judiciário.

Mérito Judiciário

A desembargadora Regina Ferrari, presidente do Poder Judiciário acreano, expressou gratidão ao receber a Grã-Cruz da Medalha do Mérito Judiciário, em reconhecimento ao trabalho realizado durante sua gestão de 2023-2025. A homenagem foi definida pela Portaria n.º 4.352/2024 do TJPA e integra as condecorações previstas na Resolução n.º 8/2005, que agracia os esforços em prol das causas públicas. Ao todo, 31 personalidades foram homenageadas, incluindo o conselheiro do CNJ Bandeira de Mello.



Servidores são homenageados em respeito à história

Em reconhecimento a prestação de serviços técnico e jurisdicionais, servidores com história de contribuição ao Poder Judiciário são homenageados.



Presidente do TJAC recebe homenagem do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Acre

A desembargadora Regina Ferrari encerra sua gestão à frente do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) em fevereiro de 2025, e recebe homenagem do sindicato de servidoras e servidores pela política de valorização da classe que desenvolveu ao longo de dois anos.



Desembargadora Regina Ferrari é agraciada com medalha Justiça e Cidadania no STF

No dia 22 de outubro de 2024, a presidente do Poder Judiciário acreano, desembargadora Regina Ferrari, recebeu a Medalha Justiça e Cidadania 25 anos em solenidade no Salão Branco do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. O evento marcou as comemorações pelos 25 anos da Revista Justiça e Cidadania e homenageou líderes de tribunais superiores, regionais e estaduais, em reconhecimento à promoção da justiça e cidadania no país.

Ordem do mérito Judiciário Trabalhista

No dia 19 de novembro de 2024, a presidente do Poder Judiciário acreano, desembargadora Regina Ferrari, foi homenageada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (TRT-14) em Porto Velho, recebendo a comenda “Ordem do Mérito Judiciário Trabalhista” no grau de Grão-Colar.

A honraria considera pessoas físicas ou instituições que se destacam no meio jurídico ou que prestaram relevantes serviços ao Poder Judiciário, especialmente à Justiça do Trabalho, à sociedade, ao Estado e à República Federativa do Brasil, bem como por méritos pessoais.



Desembargadora Regina Ferrari recebe a Ordem do Mérito Judiciário do Poder Judiciário do Amazonas

No dia 19 de dezembro de 2024, a presidente do Poder Judiciário acreano, desembargadora Regina Ferrari, recebeu a Ordem do Mérito Judiciário do Estado do Amazonas no grau "Grande Mérito".

A honraria foi entregue na Sessão Solene, realizada em Manaus, pela presidente do TJAM, a desembargadora Nélia Caminha e pelo desembargador João Simões. O evento contou com a presença do governador do Acre, Gladson Cameli, que destacou o respeito pela atuação do Poder Judiciário do Acre, que tem sido um parceiro institucional em diversas ações sociais.



Posse da Desembargadora Regina Ferrari como Vice-Presidente do Consepre

A nova Comissão Administrativa tomou posse na 9ª edição do encontro do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre), ocorrida no dia 26 de janeiro de 2024, em Foz do Iguaçu.

A presidente do Poder Judiciário acreano, desembargadora Regina Ferrari, foi empossada vice-presidente.



Homenagem aos 22 anos de Magistratura do Desembargador Samoel Evangelista

No dia 9 de agosto de 2024, o desembargador Samoel Evangelista, corregedor-geral da Justiça, foi homenageado por seus 22 anos como magistrado de 2º grau do TJAC. A deferência ocorreu durante a posse de dois novos servidores do Judiciário, com a presença da presidente do TJAC, a desembargadora Regina Ferrari, e dos desembargadores Elcio Mendes e Raimundo Nonato Maia.



Samoel Evangelista foi nomeado desembargador em 2002, após indicação pelo Ministério Público do Acre (MPAC) e escolha do então governador Jorge Viana, integrando oficialmente a Corte de Justiça acreana.

Homenagem à Desembargadora Eva Evangelista



No dia 24 de setembro de 2024, o Poder Judiciário do Acre homenageou a desembargadora Eva Evangelista por sua trajetória de quase cinco décadas de serviço público.

Pioneira na magistratura acreana, Eva Evangelista foi a primeira mulher a integrar o Judiciário do estado, ocupar o cargo de desembargadora, presidir o TJAC e o TRE/AC. A homenagem destacou seus 49 anos de dedicação à justiça, igualdade de gênero e direitos humanos. A presidente do Poder Judiciário acreano, desembargadora Regina Ferrari, exaltou seu pioneirismo e compromisso como inspiração para o Judiciário.

Entrega da Medalha da Ordem do Mérito Judiciário aos Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin

Ministra Rosa Weber

A ministra Rosa Weber, membro do Supremo Tribunal Federal (STF) e então Presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizou uma visita institucional ao Poder Judiciário acreano, na Comarca de Cruzeiro do Sul, ocasião em que também visitou a Aldeia Paraná (povo Marubo).

A ministra foi homenageada pelo Pleno Administrativo do TJAC com a maior honraria do Judiciário acreano.



Ministro Luís Roberto Barroso

Em 24 de julho de 2024, o Pleno Administrativo do Tribunal de Justiça do Acre realizou uma sessão solene com a participação de um convidado muito especial: o ministro Luís Roberto Barroso, presidente do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF).

A sessão, conduzida pela desembargadora-presidente Regina Ferrari, foi marcada por homenagens da magistratura acreana e pela outorga da honraria da Ordem do Mérito Judiciário do Acre, no grau Grã-Cruz, ao ministro.



Ministro Edson Fachin

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, pela primeira vez em solo acreano, foi recebido pelos membros do Poder Judiciário acreano e agraciado com a Ordem do Mérito do Poder Judiciário na solenidade ocorrida no dia 02 de abril de 2023.



Entrega do Mérito do Poder Judiciário Acreano para o Desembargador José Robles de Rondônia

Em 13 de novembro de 2024, o desembargador José Robles, do Poder Judiciário de Rondônia (TJRO), foi homenageado pelo Poder Judiciário acreano com a Medalha da Ordem do Mérito do Poder Judiciário.

A cerimônia ocorreu na sede do 2º grau da Justiça acreana e contou com a presença da desembargadora-presidente Regina Ferrari, dos desembargadores, autoridades e convidados. A presidente destacou a importância da cooperação entre os tribunais do Acre e Rondônia, ressaltando que a parceria fortalece a prestação jurisdicional e promove a troca de experiências.



Homenagem ao ministro Sérgio Kukina

O ministro do STJ, Sérgio Kukina, foi homenageado pelo Poder Judiciário do Acre durante evento promovido pela ESJUD, no qual ministrou a palestra “Novas perspectivas para a tomada de decisões”. A desembargadora Regina Ferrari destacou a importância da presença do ministro, bem como do tema abordado durante sua participação no evento.



Homenagem ao ministro Reynaldo da Fonseca

O PJAC homenageia o ministro do STJ, Reynaldo da Fonseca, em reconhecimento pela contribuição à Justiça brasileira com a medalha Ordem do Mérito Judiciário, a honraria de Grande Oficial.



Galeria de Vice-Presidentes

O novo espaço visa preservar a memória institucional e homenagear os desembargadores que desempenharam a função de vice-presidente na magistratura do Acre.



Galeria dos Corregedores-Gerais da Justiça

Em cerimônia realizada no edifício-sede, a presidente do Poder Judiciário acreano, desembargadora Regina Ferrari, inaugurou a Galeria dos Corregedores-Gerais da Justiça, localizada no hall das Câmaras. A galeria homenageia a história da Corregedoria-Geral, começando com o desembargador Mário Strano, primeiro vice-presidente e corregedor cumulativo em 1963, até a separação das funções em 1993-1995, com o desembargador Arquilau de Castro Melo assumindo o cargo de corregedor exclusivo em 1995. A presidente destacou a importância de preservar a memória e o legado do Judiciário como inspiração para as futuras gerações.

O desembargador Pedro Ranzi, que já foi corregedor do Poder Judiciário, enriqueceu o evento com sua presença simbolizando o seu respeito pela instituição.



Galeria "A Voz da Magistrada Cidadã"

Em 2024, as mulheres do Judiciário acreano, protagonistas de grandes transformações, foram homenageadas com a criação da galeria "A Voz da Magistrada Cidadã". Ao todo, 42 magistradas que contribuíram ou contribuem para a evolução do sistema de Justiça foram reconhecidas por sua coragem, pela atuação segura e coerente que gerou impactos em prol de um Judiciário mais justo e humano. Elas são exemplos de superação, profissionalismo e empatia, reafirmando a força das mulheres na construção de um Tribunal a serviço da cidadania.



Galeria “A Voz Cidadã Acreana”

Reconhecimento àquelas que chegaram primeiro. O Poder Judiciário do Acre ascendeu a importância das mulheres que atuaram e atuam em causas justas e que fizeram da suas vidas um marco importante para a história acreana. A Galeria rememora as mulheres que se destacaram promovendo qualidade de vida e justiça à sociedade.



Revitalização da Galeria dos desembargadores

Homens e mulheres que contribuíram para a história do Judiciário acreano. Cada foto representa um passo importante dessa trajetória, que, somados, nos levam ao Poder Judiciário de hoje, que é celebrado como um verdadeiro marco. A galeria é o reflexo de vivências e experiências que não podem ser esquecidas.

I Encontro de Tribunais de Justiça da Amazônia Legal

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre sediou o I Encontro de Tribunais de Justiça da Amazônia.

Com a temática ‘O Poder Judiciário na Amazônia: diálogos e cooperação para o bem servir’, o evento ocorreu no Palácio da Justiça e reuniu representantes dos tribunais dos estados do Acre, Pará, Mato Grosso, Amazonas, Tocantins e Amapá. O presidente da Corte Superior de Justiça de Madre de Deus, no Peru, juiz superior Adolfo Cayra, e o presidente do Tribunal Departamental de Justiça de Pando, na Bolívia, juiz superior Jorge Sotelo, foram os convidados internacionais.

O encontro, que conta com a parceria do Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça do Brasil (Consepre) e do Governo do Acre, tem a finalidade de promover o intercâmbio de experiências e boas práticas funcionais e administrativas, possibilitando a colaboração entre os tribunais na identificação de desafios comuns e a busca por soluções mais eficientes e consistentes em prol dos usuários da Justiça.



8º Encontro de Corregedores com atuação no Estado do Acre

O Tribunal de Justiça do Estado do Acre realizou o “8º Encontro de Corregedores com a atuação no Estado do Acre”.

O evento aconteceu no Palácio da Justiça, no dia 17 de dezembro de 2024, e reuniu mais de 15 órgãos de fiscalização e correição, com o objetivo principal de ampliar o diálogo entre esses órgãos para melhorar os serviços prestados à população.

A gestão digital, o fortalecimento dos canais de comunicação e a segurança das informações foram os assuntos debatidos. Foi possível realizar troca de experiências, estabelecer o diálogo sobre fluxos de trabalho, além de sugestões de práticas e medidas que podem ser adotadas para sanar os problemas na gestão correcional.

Sessões de Julgamento do Tribunal Pleno Jurisdicional nas Comarcas de Cruzeiro do Sul e Sena Madureira



Em 3 de abril de 2024, o Tribunal Pleno Jurisdicional realizou sessão extraordinária de julgamento no Fórum Desembargador Vieira Ferreira, em Sena Madureira. A sessão integrou as atividades de celebração pelos 120 anos de existência da Justiça no Acre e os 60 anos de instalação do TJAC.

Homenagem ao desembargador Arquilau Melo

O desembargador aposentado Arquilau de Castro Melo recebeu, em 28 de setembro de 2023, a condecoração da Ordem do Mérito Acreano, no grau Grã-Cruz, por seu relevante desempenho e dedicação à frente do Judiciário acreano no biênio 2001/2003.



Recebimento da medalha Ordem do Mérito no grau "Grã-Cruz", um reconhecimento pela história de vida na prestação de serviços ao Poder Judiciário .

Reconhecimento ao trabalho do desembargador Adair Longuini

O desembargador aposentado Adair Longuini foi homenageado, no dia 20 de dezembro de 2024, com uma placa em reconhecimento à sua atuação como magistrado no município de Xapuri, quando foi realizado o julgamento do processo de assassinato do ambientalista Chico Mendes.



Investidura de dezessete Delegatários

Em 22 de janeiro de 2025 ocorreu a solenidade de Outorga e Investidura das Novas Delegatárias e Delegatários dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Acre.

O evento marca a fase final do concurso público e o fortalecimento do atendimento à sociedade.



Homenagem de agradecimento ao Governo do Estado do Acre

"O potencial da humanidade é infinito, e todo ser tem uma contribuição a fazer para um mundo mais grandioso. Estamos todos nele juntos. Somos um!" A frase da filósofa Helena Blavatsky inspirou a homenagem prestada pela presidente, em nome de toda a Gestão, ao governador do Estado do Acre, Gladson Cameli, em reconhecimento à sua grande colaboração e parceria com o Poder Judiciário.



Ressalta-se que as relações institucionais fortalecem a prestação jurisdicional, permitindo uma atuação mais eficaz em prol da sociedade..

Entrega de placa honorífica ao governador do Estado do Acre



Cantatas de Natal

O Poder Judiciário do Acre realizou emocionantes “Cantatas de Natal”, momentos de celebração e união entre servidores, magistrados e colaboradores. Sob a condução do talentoso maestro Lidson Almeida, o evento destacou o espírito natalino, com apresentações musicais que encantaram e sensibilizaram o público presente.



A Cantata teve momentos de preparação nos setores de trabalho, o que reforçou os valores de fraternidade e integração, fomentando ações que aproximam pessoas e celebram a essência do Natal. Foram noites de arte, emoção e reflexão, valorizando o talento e a dedicação de todos os envolvidos (2023 e 2024).

Cantatas de Natal





Lançamento oficial da revista histórica “120 Anos de Justiça e Cidadania” e do Museu Virtual

O Poder Judiciário acreano promoveu o lançamento oficial da revista histórica “120 Anos de Justiça e Cidadania” e do Museu Virtual no dia 28 de janeiro de 2025. O evento ocorreu no Palácio da Justiça e marcou as comemorações acerca da memória da instituição.

Noite Magistral 2024 leva emoção ao palco do Palácio da Justiça

Em dezembro de 2024, o Palácio da Justiça foi palco da Noite Magistral, evento que celebrou as conquistas do Judiciário acreano ao longo do ano e o espírito natalino.

Com decoração temática e apresentações artísticas realizadas por servidores, magistrados e convidados, o evento emocionou o público com música, dança e poesia.

A noite contou ainda com a participação especial do coral Vozes do Povo, formado por crianças e adolescentes da Cidade do Povo, fruto de um projeto social do Poder Judiciário acreano em parceria com o Conservatório de Música do Juruá.



A publicação foi resultado de dois anos de pesquisa e editoração de conteúdos históricos marcantes da trajetória da instituição, liderados pela Presidência do TJAC e pela Diretoria de Informação Institucional (DIINS). “O intuito da Administração foi de fazer uma publicação que resgatasse a história, servindo como fonte de pesquisa para diversos públicos”, disse a diretora da DIINS, Andréa Zílio.

Prêmio para Ações Preventivas e Práticas Inovadoras

O Poder Judiciário do Acre lançou uma premiação externa ao reconhecimento de ações preventivas e práticas inovadoras realizadas por órgãos e entidades parceiras, por meio dos recursos das penas pecuniárias provenientes da Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas de Rio Branco.



A premiação tem o objetivo de incentivar projetos que contribuam para a promoção da justiça social, a ressocialização de apenados e o fortalecimento da cidadania, estimulando iniciativas que gerem impacto social.

Com essa ação, o Poder Judiciário acreano reforça seu compromisso com a inovação, a prevenção da criminalidade e a ampliação da parceria entre instituições na construção de uma sociedade mais justa.

A entrega da premiação foi realizada no dia 29 de janeiro de 2025, no Plenário do Tribunal de Justiça do Acre.

Roda de Conversa Pop Rua

Em 31 de janeiro de 2025, o Poder Judiciário do Acre promoveu uma “Roda de Conversa Pop Rua”, evento para ouvir mulheres em situação de rua.

A ação reafirma o compromisso do Judiciário acreano com a inclusão social e o respeito aos direitos fundamentais, fortalecendo a construção de políticas públicas mais acessíveis e alinhadas.

Com essa iniciativa, o Judiciário busca garantir maior visibilidade às questões enfrentadas por essas pessoas, incentivando a participação de diferentes instituições na formulação de estratégias distintas à promoção da dignidade e da cidadania.

Desembargadora Regina Ferrari Prestigia Posse Histórica da Primeira Mulher à Frente do TJPR em 103 anos

A presidente do Poder Judiciário do Acre (PJAC), desembargadora Regina Ferrari, prestigiou a cerimônia de posse da desembargadora Lídia Maejima, nova presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), realizada no dia 3 de fevereiro de 2025. O evento entrou para a história do Poder Judiciário paranaense, pois, pela primeira vez em 103 anos, uma mulher assume o comando do Judiciário paranaense.

Participaram também da posse, o vice-presidente do TJAC, desembargador Luís Camolez, e a juíza auxiliar da Presidência, a juíza de Direito, Zenice Mota.



Abertura do Ano Judiciário de 2025

Reforçando a tradição de iniciar uma nova jornada de trabalho com votos de união e dedicação, o Poder Judiciário acreano realizou a solenidade de abertura do Ano Judiciário de 2025. Na ocasião, foram apresentados votos de estima e sucesso ao presidente eleito, desembargador Laudivon Nogueira, que assume a missão de conduzir a instituição com responsabilidade e visão de futuro.

Em seu discurso, a presidente do Tribunal de Justiça, Regina Ferrari, destacou a importância da continuidade de investimento e cuidados com as estruturas da Justiça: "O Tribunal nunca termina; ele está em nós, como estará nas nossas gerações. Fazer o bem aqui e hoje é deixar uma boa mensagem para o futuro." Essas palavras reforçam o compromisso da instituição em trabalhar de forma eficiente no presente, sem perder de vista a construção de uma Justiça sólida e inspiradora para as próximas gerações.

A abertura simboliza o fortalecimento da união entre as instituições na promoção da Justiça, reiterando a importância de ações integradas para garantir a efetividade e a confiança nos serviços prestados à sociedade acreana.

10. Um olhar para o futuro



Novos desafios - outras ações

Mensagens que deixamos para o futuro

Deixamos uma cápsula para o futuro, que será aberta em 2053. Que os nossos sonhos de hoje se realizem nos corações e nas mentes de moças e moços, de boas pessoas que tenham a missão plena de dar continuidade à nossa história. Que deem o melhor de si para continuarem plantando outros sonhos para outros futuros. Que a resiliência e a coragem os alimentem.

Três Novas Vagas para o Desembargo

Após análises dos cenários de produtividade e prestação jurisdicional, a presidente do Poder Judiciário acreano, desembargadora Regina Ferrari, propôs a reestruturação das demandas judiciais com o objetivo de ampliar o quadro de desembargadores por meio da criação de três novas vagas. A justificativa para essa sugestão é o aumento no volume de processos e a necessidade de fortalecer serviços. A ampliação do número de desembargadores contribuirá para a melhor distribuição das tarefas, evitando sobrecarga e assegurando um julgamento mais rápido e justo para os cidadãos.

Implantação da APAC

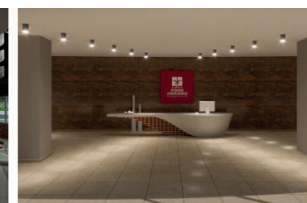
Em parceria com o Governo do Estado do Acre, foi iniciado o processo de instalação da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (APAC), uma alternativa ao sistema prisional estadual.

O Poder Judiciário participou ativamente dos estudos e da estruturação da APAC, que visa auxiliar na execução da pena por meio de oportunidades de ressocialização e da promoção da justiça restaurativa, alinhada às necessidades da sociedade.

Nesse contexto, o Poder Judiciário deverá acompanhar a implementação da APAC em colaboração com o Poder Executivo, garantindo sua efetividade e cumprimento dos princípios que norteiam o modelo.

3º Prédio da Cidade da Justiça - Novo Fórum Cível

A construção do terceiro prédio da Cidade da Justiça da Comarca de Rio Branco é uma medida estratégica para garantir a qualidade e a eficiência dos serviços, a fim de garantir melhorias estruturais a médio e longo prazo. O aumento do número de processos e a crescente demanda por serviços judiciais exigem a ampliação da infraestrutura, de modo a assegurar um ambiente adequado ao futuro.



Este novo espaço permitirá melhor organização, otimização no atendimento ao público e condições mais adequadas para os servidores e magistrados, garantindo uma prestação jurisdicional mais célere, estratégica e eficiente. Além disso, a ampliação está alinhada com o planejamento de modernização e adequação dos serviços. A construção do terceiro prédio, portanto, representa um investimento essencial para o futuro da Justiça, na ordem de 40 milhões.

Reestruturação das Políticas Sociojurisdicionais

A organização de procedimentos para a execução de políticas sociais integradas às demandas jurisdicionais visa potencializar a atuação do Poder Judiciário acreano, proporcionando uma abordagem mais eficaz e coordenada no enfrentamento das questões sociais que impactam o sistema judiciário na perspectiva de redução de danos.



Instalação da Residência Jurídica

A instalação da Residência Jurídica, atualmente em fase de negociação com Instituições de Ensino Superior (IES), representa um passo estratégico para o fortalecimento do atendimento qualificado no Poder Judiciário acreano. Essa iniciativa busca aprimorar as estratégias institucionais, promovendo capacitação prática e especializada para futuros profissionais do Direito, em benefício da eficiência e excelência na prestação jurisdicional.

Proposta de reestruturação organizacional

A gestão recebeu a nova proposta de estrutura organizacional da do Poder Judiciário. A proposta foi consolidada pela equipe técnica nomeada pela presidência, membros que comporão a gestão do desembargador Laudivon Nogueira, que coordenaram o processo. O gesto maduro de quem tem a justiça como missão e princípio.



11. Galeria de Prêmios

Durante o Biênio 2023-2025 o Poder Judiciário acreano recebeu os seguintes prêmios:

Prêmio de qualidade Selo Prata em 2023



1º lugar no “Eixo Governança” do Prêmio CNJ de Qualidade



Prêmio Prioridade Absoluta do CNJ por projeto de socioeducação de jovens



Pedalando Novos Rumos



PopRua Jud



Incluir para recomeçar



Radar da Transparência



Corregedoria Ética



Noite Magistral 2023: fraternidade, emoções e sustentabilidade

O Poder Judiciário acreano realizou a Noite Magistral de 2023, um evento marcado pela força do espírito natalino e pela demonstração de talentos artísticos dos servidores e artistas locais. A fraternidade envolveu a todos e todas presentes.

Durante o evento, foi realizada a premiação da comarca mais sustentável, em conformidade com as diretrizes da Agenda 2030. As comarcas foram avaliadas, tendo como vencedora a comarca de Senador Guimard.

Prêmio CNJ de Qualidade: Selo Ouro em 2024



“É com imensa alegria e orgulho que celebramos a conquista do Prêmio CNJ de Qualidade na categoria Ouro. Este é um reconhecimento ao empenho, à dedicação e ao trabalho incansável de todos os magistrados, magistradas, servidores, servidoras, colaboradores e colaboradoras do Poder Judiciário do Acre.”

(desembargadora-presidente do TJAC, Regina Ferrari).

12. Palavra Final

Por tudo agradeço!

O relatório de gestão do biênio 2023-2025, marco de nossa caminhada pautada por avanços notáveis, denota a consolidação de projetos que reafirmam o compromisso do Tribunal de Justiça do Estado do Acre com a excelência, a justiça social e o bem comum.

As conquistas alcançadas refletem o trabalho coletivo, os esforços dos servidores, magistrados, colaboradores e parceiros institucionais, todos unidos para enfrentar desafios com um profundo senso de propósito. Em cada ação desempenhada, brilhou o ideal de construir um Judiciário mais eficiente, acessível e humano, inspirado pelo amor à Justiça e pelo desejo de servir.

Expresso minha sincera gratidão pela confiança e pelo apoio que recebemos ao longo desta gestão, pilares essenciais para a concretização de nossos objetivos. Este relatório não é apenas um registro de ações, é um testemunho do poder do trabalho coletivo e da nossa devoção à sociedade acreana.

A Deus, na sua mais distinta sabedoria e compaixão, que nos deu a capacidade mínima do pensar, do servir e realizar.

A todas as servidoras, servidores, estagiários e colaboradores revestidos da capacidade técnica, dos conhecimentos e habilidades que, como homens e mulheres, conectaram-se do interior à capital, convencidos e sensibilizados a acolher processos de causas humanas e produzir os melhores resultados.

Às magistradas e magistrados que, com compromisso ético e espírito aguerrido, dedicaram-se de forma equânime a garantir Justiça àqueles que dela necessitam. Seus esforços refletem o apelo irrefutável de contribuir para a promoção da paz.

Aos desembargadores deste tribunal, parceiros na administração, que não mediram esforços para seguir de mãos dadas em prol da promoção dos direitos dos cidadãos que aqui buscaram saciar sua sede de Justiça.

Registro especial gratidão ao desembargador Samoel Evangelista (corregedor-geral da Justiça), desembargador Luís Camolez (vice-presidente) e ao desembargador Élcio Mendes (diretor da ESJUD), com quem ombreamos incontáveis horas de dedicação à gestão neste biênio.

Aos Tribunais de Justiça, Tribunais Regionais Federais e Tribunais Regionais do Trabalho, Tribunal Regional Eleitoral, parceiros em relevantes projetos para ampliar o acesso à Justiça aos jurisdicionados.

O Poder Legislativo, representado pela Assembleia Legislativa do Acre, acolheu de forma democrática e sensível às demandas do Poder Judiciário, viabilizando iniciativas e normativas fundamentais para o aperfeiçoamento da instituição. No mesmo compasso de zelo e sensibilidade, os parlamentares da bancada federal somaram-se ao Judiciário, proporcionando recursos para materializar propostas da gestão.

Com sentimento especial, agradeço ao Poder Executivo, na pessoa do governador do Estado do Acre, o qual, em companhia dos seus secretários, dialogou com esta gestão com respeito e notável espírito republicano, contribuindo sobremaneira em ações de cooperação que impulsionaram os ótimos resultados alcançados no biênio em favor da sociedade acreana.

Aos demais parceiros do sistema de justiça: Tribunal de Conta, Ministério Público, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil (AC), Procuradorias estadual e municipal, entidades autárquicas parceiras (ISE, IAPEN, DERACRE, FUNDHACRE, DETRAN), Universidades do Acre e de todo o Brasil, aos Notários e Registradores dos serviços extrajudiciais, as forças policiais (Polícia Federal, Civil, Militar, Corpo de Bombeiros, Exército Brasileiro - 4º BIS e 7º BEC, Polícia Rodoviária Federal), sempre presentes nas ações institucionais.

Assim, tudo que fizemos não pertence apenas à Presidência. É uma peça cerzida no biênio, tecida coletivamente, que passa a compor a história maior: a Justiça acreana.

Tornamo-nos, todas e todos, um coral de vozes em que cada um contribui com o seu naipe, no tempo afinado pelas necessidades e tocado pelos desafios de uma sociedade mais justa e fraterna. O diapasão que nos uniu e nos afinou foi a celeridade, o acolhimento, a fraternidade, a efetividade dos direitos humanos.

Chegamos ao epílogo de uma peça. Temos muito a fazer, ainda. A luta pela Justiça não se encerra, não tem posfácio. Ela deve ecoar com nossas vozes pelos caminhos, dando a tônica de novos dias a caminhar.

Diante de tantas colheitas já alcançadas e das que ainda estão por vir, sigamos. Inspirando-nos em Drummond: “O presente é tão grande, não nos afastemos”. E o presente de Deus foi generoso conosco. Por isso, nossas vozes devem permanecer unidas. Estaremos sempre à disposição pela Justiça e pela Paz. “Não nos afastemos, vamos de mãos dadas”.

Recordamos, com humildade e esperança, as palavras das bem-aventuranças: “Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão saciados” (Mateus 5:6). Guiados por este ensinamento, seguimos dedicados à missão de promover a Justiça como instrumento de transformação e dignidade para todos.

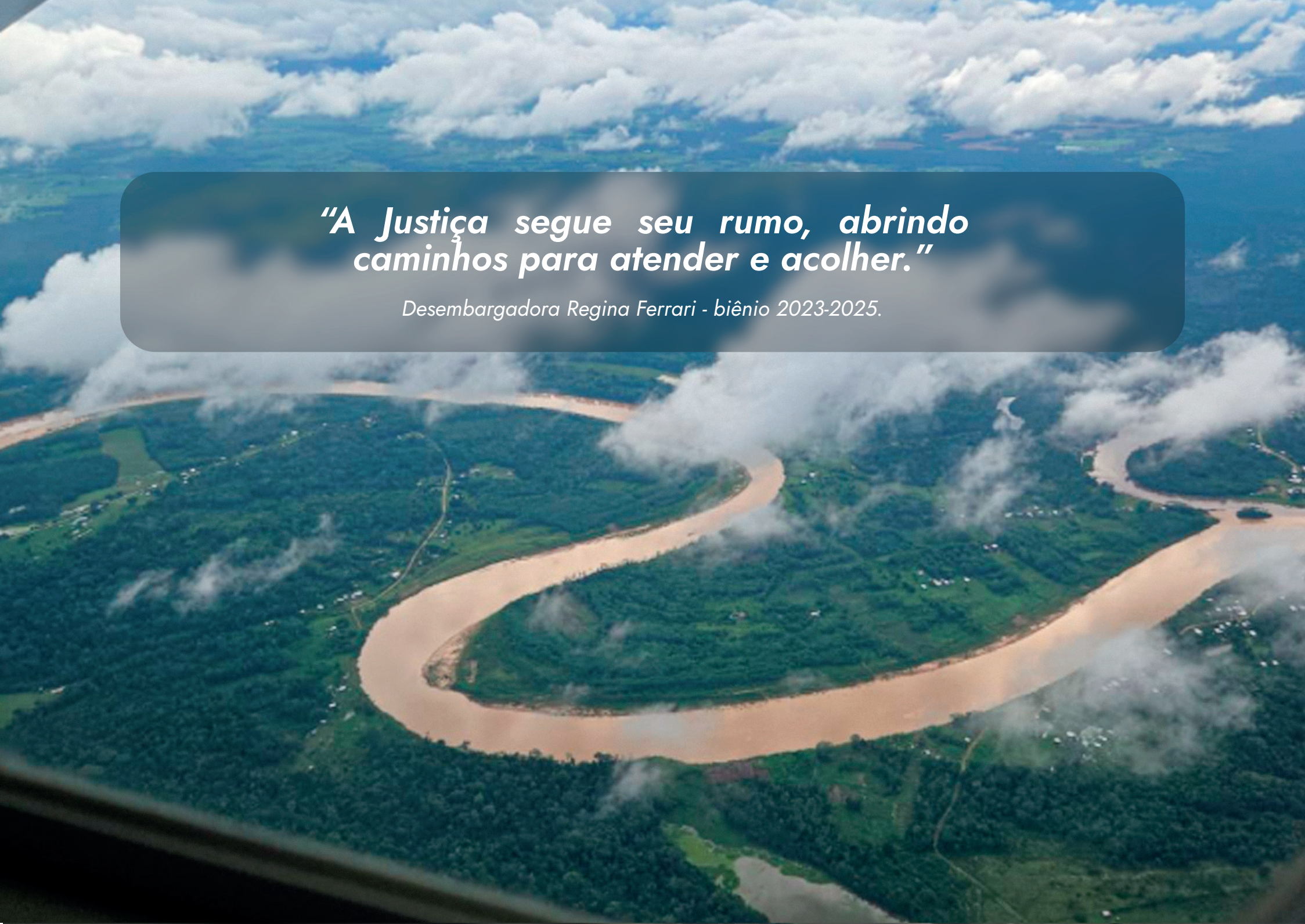
Sigamos firmes, com fé, esperança e responsabilidade, na missão de promover a Justiça, iluminados pela inovação e guiados pelos valores que sustentam esta instituição. Como os alicerces de uma obra duradoura, que se erguem sobre a verdade e a justiça, avançamos com a certeza de que o trabalho dedicado transforma vidas e fortalece o mundo na caminhada pela paz e fraternidade.

Sigamos juntos, rompendo nossa ilha, unidos nessa jornada permanente pela Justiça.

Desembargadora Regina Ferrari
Presidente do Tribunal de Justiça (biênio 2023-2025)



Uma justiça para todos os tempos e todos os povos!



***“A Justiça segue seu rumo, abrindo
caminhos para atender e acolher.”***

Desembargadora Regina Ferrari - biênio 2023-2025.

Relatório de **700 dias** de gestão!



**PODER
JUDICIÁRIO**
DO ESTADO DO ACRE

***CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA DO PODER
JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE (COGER)***